



Poder Executivo Municipal
Município de Nova Ibiá
Estado da Bahia



CONCORRÊNCIA

006/2026

CONTRATANTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA IBIÁ

OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DE PRAÇA DO EVANGÉLICO, LOCALIZADA NA RUA AURÉLIO LOPES, BAIRRO CENTRO, NO MUNICÍPIO DE NOVA IBIÁ-BAHIA, POR MEIO DO CONVÊNIO Nº 091/2026, FIRMADO ENTRE A COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO ESTADO DA BAHIA (CONDER) E A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA IBIÁ.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 356.387,70 (TREZENTOS E CINQUENTA E SEIS MIL, TREZENTOS E OITENTA E SETE REAIS E SETENTA CENTAVOS)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 27/05/2026 às 09:00 HS (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

MENOR PREÇO GLOBAL

MODO DE DISPUTA:

ABERTO/FECHADO

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM



Sumário

1. DO OBJETO	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	4
4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	
5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES	13
6. DA FASE DE JULGAMENTO.....	17
7. DA FASE DE HABILITAÇÃO	19
8. DOS RECURSOS.....	21
9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	21
10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	23
11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	23



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA IBIÁ
PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 124/2026
CONCORRENCIA PÚBLICA ELETRÔNICA Nº 006/2026
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 017/2026

O **MUNICÍPIO DE NOVA IBIÁ- BA**, inscrito no CNPJ sob nº. 32.697.583/0001-48, torna público que, por meio da Secretaria Municipal de infraestrutura, através do Departamento de Licitações e Contratos), sediado (a) Avenida Francisco Ribeiro da Silva nº 44, Centro, CEP: 45.452-000, Nova Ibiá-BA, realizará licitação, na modalidade **CONCORRÊNCIA**, na forma **ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, Regime de Execução **INDIRETA, EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), do Decreto Municipal nº. 2448, de 06 de abril de 2023 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas no presente instrumento convocatório.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a **Contratação de Empresa Especializada para Construção de Praça do Evangélico, localizada na Rua Aurélio Lopes, Bairro Centro, no Município de Nova Ibiá-Bahia, por meio do Convênio nº 091/2026, firmado entre a Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CONDER) e a Prefeitura Municipal de Nova Ibiá**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no instrumento convocatório, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em um único lote, conforme tabela constante no Projeto Básico, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar desta licitação os interessados que estiverem previamente credenciados na Licitanet Licitações Eletrônicas Eireli (licitanet.com.br).

2.1.1. O cadastro no Licitanet Licitações deverá ser feito no sítio <https://licitanet.com.br/>, por meio de certificado digital.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Não poderão disputar esta licitação:

2.5.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.5.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.5.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.5.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;



2.5.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.5.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.5.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.5.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.5.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.5.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.6. O impedimento de que trata o item 2.5.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.7. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.5.2 e 2.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.8. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.9. O disposto nos itens 2.5.2 e 2.7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.10. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

2.11. A vedação de que trata o item 2.5.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO – INVERSÃO DE FASES

3.1. Nos termos do art. 17, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021, e mediante ato administrativo motivado constante dos autos do processo licitatório, fica estabelecida, no presente certame, a inversão das fases procedimentais, de modo que a fase de habilitação antecederá as fases de apresentação, classificação e julgamento das propostas. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.2. Assim, neste processo licitatório destinado à Contratação de Empresa Especializada para Construção de Praça do Evangélico, localizada na Rua Aurélio Lopes, Bairro Centro, no Município de Nova Ibiá-Bahia, por meio do Convênio nº 091/2026, firmado entre a Companhia de Desenvolvimento



Poder Executivo Municipal
Município de Nova Ibiá
Estado da Bahia



Urbano do Estado da Bahia (CONDER) e a Prefeitura Municipal de Nova Ibiá, em atendimento a Secretaria Municipal de Infraestrutura, será observada a seguinte ordem procedimental:

- a) Apresentação dos documentos de habilitação e das propostas;
- b) Análise e julgamento da habilitação dos licitantes;
- c) Julgamento das propostas dos licitantes habilitados;
- d) Fase de disputa de lances, quando cabível;
- e) Fase recursal;
- f) Adjudicação e homologação.

3.3. Encerrado o prazo para apresentação da Habilitação, o Agente de Contratação procederá inicialmente à análise da documentação de habilitação dos fornecedores, na forma prevista neste Edital.

3.4. Serão analisados os documentos relativos à habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, qualificação técnica e qualificação econômico-financeira, nos termos definidos neste instrumento convocatório.

3.5. Em razão da inversão de fases, os licitantes poderão interpor recurso após a divulgação do resultado da fase de habilitação, na forma e prazos previstos na Lei nº 14.133/2021 e neste Edital.

3.6. Habilitados os fornecedores, o Agente de Contratação procederá à verificação das propostas apresentadas exclusivamente pelos licitantes declarados habilitados.

3.7. Após a classificação das propostas válidas, será aberta a fase de disputa de lances, quando prevista no critério de julgamento adotado.

3.8. Encerrada a fase de julgamento das propostas será oportunizada fase recursal, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.9. A adoção da inversão de fases no presente certame encontra-se devidamente motivada e fundamentada nos seguintes aspectos de interesse público:

3.9.1. GARANTIA DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PRÉVIA - Trata-se de Contratação de Empresa Especializada para Construção de Praça do Evangélico, localizada na Rua Aurélio Lopes, Bairro Centro, no Município de Nova Ibiá-Bahia, por meio do Convênio nº 091/2026, firmado entre a Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CONDER) e a Prefeitura Municipal de Nova Ibiá, em atendimento a Secretaria Municipal de Infraestrutura. Obras de engenharia possuem elevada complexidade técnica, exigem responsabilidade técnica formal, comprovação de capacidade operacional, qualificação profissional específica e adequada saúde financeira da contratada. A análise prévia da habilitação assegura que apenas empresas efetivamente aptas técnica e economicamente participem da fase competitiva de preços.

3.9.2. EFICIÊNCIA ADMINISTRATIVA - A inversão de fases evita que a Administração Pública despenda tempo e recursos analisando propostas e promovendo disputa de lances entre empresas que, ao final, poderiam ser inabilitadas por ausência de requisitos essenciais. Com a adoção da inversão de fases, reduz-se significativamente o retrabalho administrativo, uma vez que a Administração passa a analisar as propostas apenas dos licitantes previamente habilitados e aptos à contratação. Evita-se, assim, a eventual anulação de atos posteriores decorrente da inabilitação tardia de empresas que tenham participado da fase de julgamento. Além disso, diminui-se o risco de atrasos na contratação, pois eventuais controvérsias relativas à habilitação são resolvidas em momento anterior à análise das propostas. Como consequência, confere-se maior racionalidade, organização e eficiência ao procedimento licitatório, em consonância com os princípios que regem a Lei nº 14.133/2021.

3.9.3. PROTEÇÃO DO INTERESSE PÚBLICO – A Contratação de Empresa Especializada para Construção de Praça do Evangélico, localizada na Rua Aurélio Lopes, Bairro Centro, no Município de Nova Ibiá-Bahia, por meio do Convênio nº 091/2026, firmado entre a Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CONDER) e a Prefeitura Municipal de Nova Ibiá, está diretamente vinculada à promoção e proteção do interesse público.



3.9.3.1. A execução dos serviços permitirá a redução de problemas recorrentes, como poeira em períodos secos e formação de lama durante períodos chuvosos, fatores que impactam negativamente a saúde pública e o bem-estar dos moradores.

3.9.3.2. Ressalta-se que a contratação decorre do Termo de Convênio nº 091/2026, firmado entre o Município de Nova Ibiá e a Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CONDER), evidenciando o compromisso da Administração Municipal com a correta aplicação dos recursos públicos e com a execução de obras estruturantes.

3.9.3.3. Além disso, deverão ser observados rigorosamente os princípios que regem a Administração Pública — legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência — bem como as normas técnicas pertinentes, assegurando a qualidade dos serviços, a durabilidade da obra e a economicidade dos recursos empregados.

3.10.5. CONFORMIDADE COM OS PRINCÍPIOS DA LEI 14.133/2021 - Ao priorizar a análise da habilitação dos licitantes, a Administração atua de forma planejada e eficiente, direcionando seus esforços apenas às propostas apresentadas por empresas efetivamente aptas à execução do objeto. Tal sistemática promove maior segurança jurídica ao procedimento, reduz riscos de nulidades e reforça a objetividade das decisões administrativas. Além disso, contribui para a economicidade, ao evitar dispêndio de tempo e recursos com propostas de licitantes que não reúnam as condições necessárias para contratar com o Poder Público, sempre orientada pela supremacia do interesse público. Ressalte-se que a medida encontra expressa autorização legal no art. 17, §1º, da Lei nº 14.133/2021, estando devidamente prevista neste Edital e motivada nos autos do processo administrativo, em estrita observância à legalidade e à transparência que devem nortear os atos da Administração Pública.

3.10. Os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço.

3.11. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.11.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.11.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.11.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.11.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.12. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

3.12.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.12.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.



Poder Executivo Municipal Município de Nova Ibiá Estado da Bahia



3.13. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.12 ou 3.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.14. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.15. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.16. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.17. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.8.1 A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;

5.8.2 Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.18. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.18.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço;

3.18.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.19. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.18 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.20. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.21. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

Habilitação jurídica

3.22. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

3.23. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

3.24. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

3.25. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se



Poder Executivo Municipal
Município de Nova Ibiá
Estado da Bahia



localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

3.26. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

3.27. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

3.28. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

3.29. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

3.30. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

3.31. Prova de regularidade (CRF) junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

3.32. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

3.33. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

3.34. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

3.35. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

3.36. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

3.37. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

3.38. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

3.39. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

3.40. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

3.41. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.



3.42. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

3.43. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

3.44. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

3.45. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

3.45.1. Apresentar registro ou inscrição da empresa licitante perante Conselho Regional de Engenharia – CREA, Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU ou Conselho Federal dos Técnicos Industriais (CFT), em plena validade.

3.45.2. Para comprovação da capacidade técnico operacional, a licitante deverá apresentar em seu nome, a comprovação de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação, através da apresentação de ATESTADO, fornecido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrado(s) pela entidade profissional competente, E/OU

3.45.3. Para comprovação da capacidade técnico profissional, a licitante deverá apresentar em nome de profissional Engenheiro Civil, Arquiteto ou Técnico em Edificações, a comprovação de aptidão deste para o desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação, através da apresentação de ATESTADO, fornecido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrado(s) pela entidade profissional competente e acompanhado(s) da(s) respectiva(s) CAT(s) - Certidão de Acervo Técnico.

3.46. Observação: O(s) atestado(s) deverá(ão) ser apresentado(s) em papel timbrado da emitente, CNPJ, endereço, telefone, data de emissão, nome e cargo/função de quem assina o documento.

3.47. Os atestados deverão comprovar a execução de, no mínimo, 50% (Cinquenta por cento) do quantitativo das seguintes parcelas de maior relevância:

3.48. Para atendimento à qualificação TÉCNICO-PROFISSIONAL, comprovação do licitante de possuir em seu corpo técnico, na data de abertura das propostas, os profissionais de nível superior, ENGENHEIRO CIVIL, ARQUITETO OU TÉCNICO DE EDIFICAÇÕES, reconhecidos pelo CREA, CAU ou CFT, detentores de atestados de responsabilidades técnicas, devidamente registrados no conselho competente da região onde os serviços foram executados, acompanhados das respectivas Certidões de Acervo Técnico – CAT, Expedidas por esse Conselho, que comprovem ter o profissional, Executado, SERVIÇO DE RELEVÂNCIA TÉCNICA SIMILAR, para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, Federal, Estadual, Municipal ou Distrito Federal, ou ainda, para empresa privada, que não o próprio licitante.

3.49. A licitante (pessoa jurídica) deve ter experiência na execução de objeto das mesmas características e de igual complexidade ou superior, com atestado de capacidade técnica em nome da empresa e que comprove ter executado as parcelas da obra, de acordo com o Quadro 01, vinculado à anotação em acervo técnico, emitido por pessoa jurídica de direito privado.

3.50. A natureza da relação do(s) profissional(is) com a licitante deverá ser comprovada, para fins de habilitação, por meio da apresentação, de um dos seguintes documentos:

3.50.1. Carteira de Trabalho;

3.50.2. Certidão do Conselho Profissional;

3.50.3. Contrato Social;



3.50.4. Contrato de prestação de serviços;

Quadro 01 – Relação de serviços a serem comprovados pela licitante.

ITEM	SERVIÇOS	UND	PREVISTO	EXIGÊNCIA (50%)
3.2 / 3.3	ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO RETO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO,	M	375,90	187,95
3.4 / 3.5	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO RETANGULAR COR NATURAL DE 20 X 10 CM	M2	379,52	189,76
4.1.9	IMPERMEABILIZAÇÃO DE SUPERFÍCIE COM MANTA ASFÁLTICA, DUAS CAMADAS, INCLUSIVE APLICAÇÃO DE PRIMER ASFÁLTICO, E=3MM E E=4MM. AF_09/2023	M2	116,79	58,39
4.4.3	TELHAMENTO COM TELHA METÁLICA TERMOACÚSTICA E = 30 MM, COM ATÉ 2 ÁGUAS, INCLUSO IÇAMENTO. AF_07/2019	M2	99,88	49,94

3.51. O(s) Responsável (eis) técnico(s) deve ter experiência na execução de objeto das mesmas características e de igual complexidade ou superior, que comprove a parcela relevante, de acordo com o Quadro 02, conforme anotação em acervo técnico, emitido por pessoas jurídica e registrado o conselho de Classe Competente. Cada responsável técnico só poderá representar uma única empresa.

Quadro 02 – Relação de projetos/serviços a serem comprovados por profissionais do quadro permanente da empresa.

ITEM	SERVIÇOS	UND	PREVISTO	EXIGÊNCIA (50%)
3.2 / 3.3	ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO RETO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO,	M	375,90	187,95
3.4 / 3.5	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO RETANGULAR COR NATURAL DE 20 X 10 CM	M2	379,52	189,76
4.1.9	IMPERMEABILIZAÇÃO DE SUPERFÍCIE COM MANTA ASFÁLTICA, DUAS CAMADAS, INCLUSIVE APLICAÇÃO DE PRIMER ASFÁLTICO, E=3MM E E=4MM. AF_09/2023	M2	116,79	58,39
4.4.3	TELHAMENTO COM TELHA METÁLICA TERMOACÚSTICA E = 30 MM, COM ATÉ 2 ÁGUAS, INCLUSO IÇAMENTO. AF_07/2019	M2	99,88	49,94

3.52. Será aceito o somatório de atestados para a comprovação dos quantitativos mínimos exigidos.



DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR:

- 3.53.** Instrumento de procuração, se for o caso, por instrumento público ou particular, este último acompanhado da prova da legitimidade de quem outorgou os poderes;
- 3.54.** Declaração UNIFICADA (conforme modelo – Anexo IX);
- 3.55.** Declaração de enquadramento na Lei no 123/2006, quando for o caso, (conforme modelo do Anexo X);
- 3.56.** Declaração de cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007. (Se for o caso), (conforme modelo do Anexo XI);
- 3.57.** Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme disposição do artigo 63, §1º, da Lei nº 14.133/2021 (conforme modelo do Anexo XII);
- 3.58.** Declaração de pleno cumprimento dos requisitos de habilitação (conforme modelo do Anexo V);
- 3.59.** Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (conforme modelo do Anexo XIII);

VISTORIA

- 3.60.** Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.
- 3.61.** A ausência de vistoria técnica não exime o licitante do pleno conhecimento das condições de execução do objeto. Ao apresentar proposta, presume-se que o licitante analisou integralmente todos os documentos técnicos disponibilizados e assume os riscos decorrentes de sua interpretação, não sendo admitidas, posteriormente, alegações de desconhecimento, erro de avaliação ou imprevisibilidade de condições que estejam descritas ou sejam razoavelmente inferíveis a partir dos elementos constantes do processo. Nessas condições, não serão admitidos pedidos de rescisão contratual, revisão de preços, reequilíbrio econômico-financeiro ou qualquer outra pretensão indenizatória fundamentada exclusivamente na alegação de ausência de vistoria técnica ou de desconhecimento de informações que estavam disponíveis ou eram previsíveis a partir da documentação do certame.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 4.1.** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 4.1.1.** Valor unitário e valor total do item na planilha com o BDI incluso;
- 4.1.2.** Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação da planilha orçamentária do projeto;
- 4.2.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 4.2.1.** O licitante poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.
- 4.3.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 4.4.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.



- 4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 4.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.
- 4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Projeto Básico/Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 4.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.
- 4.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 4.11. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelos Órgãos de Controle e pela própria administração.
- 4.12. A PROPOSTA COMERCIAL deverá conter a proposta datilografada, sem emendas, rasuras, borrões ou entrelinhas, rubricada em todas as folhas e assinada pelo proponente e deverá atender os seguintes critérios sob pena de desclassificação:
- 4.12.1. Prazo de validade da proposta: não inferior a 60 (sessenta) dias, suspenso em caso de recursos administrativos ou judiciais.
- 4.12.2. Prazo de execução das obras: até 05 (cinco) meses, contados da data definida na emissão da Ordem de serviço, eventual prorrogação observa o art. 111 da Lei nº 14.133/2021.
- 4.12.3. Prazo de vigência do contrato: 12 (doze) meses, a vigência se estende até o adimplemento total do objeto.
- 4.12.4. Condições de Pagamento: O pagamento ocorrerá conforme medição a serem realizadas previstas no cronograma físico/financeiro aprovada pelo fiscal da obra, mediante emissão de nota fiscal, respeitado o prazo de até 10 (dez) dias para fins de liquidação.
- 4.12.5. Em se tratando de recursos provenientes de convênio, o pagamento estará vinculado a liberação dos recursos financeiros, não sendo considerado atraso.
- 4.12.6. Nome e número da Instituição Financeira, Agência e n.º da Conta Corrente para efetivação dos pagamentos.
- 4.13. **A PROPOSTA COMERCIAL**, deverá ainda conter o Comprovante de Garantia oferecido em qualquer das modalidades previstas no artigo 96, que será restituída após decorridos 10 (dez) dias úteis da assinatura do contrato pela licitante vencedora nos termos do § 1º do artigo 58, todos da Lei Federal nº 14.133/21, no valor correspondente a 1% do valor global estimado no orçamento base da licitação.
- 4.14. **A Proposta de Preços** será apresentada na plataforma do sistema www.licitanet.com.br, digitado em linguagem clara, concisa e objetiva, sem erros, rasuras ou entrelinhas, atendendo às condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, contendo os elementos a seguir relacionados:
- 4.15. **Carta Proposta**, assinada pelo sócio-gerente, diretor da empresa ou pessoa devidamente qualificada e autorizada, identificando os serviços a que o licitante está concorrendo, o Prazo de Execução dos Serviços, o Preço Global Estimado dos serviços em moeda corrente do País, esclarecendo que os preços se referem ao mês da licitação, com prazo de validade de 60 (sessenta) dias da data de entrega estabelecida no Edital;



4.16. Planilha contendo o Orçamento Detalhado, que deu origem à proposta discriminando todos os itens que constituem despesas diretas e indiretas, bem como a bonificação, totais por totais, item por item e total geral estimado, mantidos os quantitativos fornecidos que visam a homogeneidade das propostas, para efeito de classificação na fase de julgamento, que não poderão ser alterados na planilha, sob pena de inabilitação e desclassificação do licitante;

4.17. Planilha de Composição de Custos, a qual deverá estar em consonância com a Planilha Orçamentária apresentada;

4.17.1. A proponente deverá apresentar as **COMPOSIÇÕES DE CUSTOS DOS PREÇOS UNITÁRIOS DE TODOS OS ITENS DA PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, INCLUSIVE AS COMPOSIÇÕES AUXILIARES**, incluindo nela todos os insumos, serviços, equipamentos, veículos, máquinas e mão-de-obra necessárias para execução do item, além do percentual do BDI (Bonificação de Despesas Indiretas) e dos Encargos Sociais nela utilizado. Todavia não será preciso repetir a composição de preços para os serviços que apareçam mais de uma vez no Orçamento Estimativo da Prefeitura;

4.17.2. As composições devem seguir os itens indicados nos códigos **SINAPI/ORSE** do orçamento estimativo, compatibilizando OBRIGATORIAMENTE os valores de mão de obra para os disponibilizados no SINAPI/BAHIA, sob pena de não aceitabilidade.

4.17.3. O preço total ofertado na Proposta será o resultante da respectiva Planilha orçamentária e da Planilha de Composição de Custos, a qual deverá ser totalmente preenchida, devendo conter todos os preços unitários para todos os serviços nela constantes e o Benefício e Despesas Indiretas (B.D.I.)

4.17.4. Composição de BDI (Bonificação de Despesas Indiretas) utilizada na proposta orçamentária, atendendo as exigências e orientações contidas no Acórdão 2622/2013 do Tribunal de Contas da União – TCU e lei nº 13.161/2015, sob pena de não aceitabilidade;

4.17.4.1. As empresas Optantes pelo Simples Nacional ficam obrigadas a apresentar o valor da Receita Bruta Acumulada nos 12 (doze) meses (RBT12) anteriores ao período de apuração (licitação), para determinar a faixa e alíquota de impostos que estão obrigadas a recolher.

4.17.5. As empresas Optantes pelo Simples Nacional ficam obrigadas a apresentar o valor da Receita Bruta Acumulada nos 12 (doze) meses (RBT12) anteriores ao período de apuração (licitação), para determinar a faixa e alíquota de impostos que estão obrigadas a recolher.

4.17.6. Detalhamento de Encargos Sociais, OBRIGATORIAMENTE atualizada, atendendo as exigências e orientações contidas no Acórdão 2622/2013 do Tribunal de Contas da União – TCU e percentuais estabelecidos pelo SINAPI/BAHIA, disponível no caderno de encargos contidos no endereço eletrônico <https://www.caixa.gov.br/site/paginas/downloads.aspx>, sob pena de não aceitabilidade.

4.17.7. Conforme orientação do Acórdão 2622/2013 do Tribunal de Contas da União – TCU, as empresas licitantes optantes pelo Simples Nacional devem apresentar os percentuais de ISS, PIS e COFINS discriminados na composição do BDI que sejam compatíveis com as alíquotas a que estão obrigadas a recolher, previstas no Anexo IV da Lei Complementar n. 123/2006, bem como que a composição de encargos sociais não inclua os gastos relativos às contribuições que essas empresas estão dispensadas de recolhimento (Sesi, Senai, Sebrae etc.), conforme dispões o art. 13, § 3º, da referida Lei Complementar. A finalidade dessas composições é para que a proponente tenha ciência de todos os custos do contrato, sendo que assim, a mesma não possa questionar futuramente prejuízo por serviços inexecutáveis no quesito financeiro.

4.17.8. Cronograma Físico-Financeiro, em consonância com os percentuais e o prazo de execução estipulado no edital;

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.



- 5.2.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 5.3.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Comissão de Contratação/Comissão e os licitantes.
- 5.4.** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 5.5.** O lance deverá ser ofertado pelo valor total do item.
- 5.6.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 5.7.** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.8.** O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 100,00 (cem reais).
- 5.9.** O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 5.10.** O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 5.11.** Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 5.11.1.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 5.11.2.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 5.11.3.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 5.11.4.** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Comissão de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 5.11.5.** Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 5.12.** Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 5.12.1.** A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 5.12.2.** Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.12.3.** No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.



5.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.13. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

5.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 5.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

5.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Comissão de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.17. No caso de desconexão com o Comissão de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Comissão de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Comissão de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de



aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

5.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 10% (dez por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

5.21.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado do Estado da Bahia;

5.21.2.2. empresas brasileiras;

5.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Comissão de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.22.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.22.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.22.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.22.4. O Comissão de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada,



acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.22.5. É facultado ao Comissão de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.23. Após a negociação do preço, o Comissão de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o Comissão de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 2.5 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Comissão de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.5. “Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, a Comissão de Contratação verificará se faz jus ao benefício”.

6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Comissão de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.7.1. não apresentar a Declaração de Elaboração Independente de Proposta;

6.7.2. conter vícios insanáveis;

6.7.3. não obedecer às especificações técnicas contidas no Projeto Básico/Termo de Referência;

6.7.4. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.7.5. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.7.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.7.7. Apresentar, na composição de seus preços:

6.7.7.1. taxa de Encargos Sociais ou taxa de B.D.I. inverossímil;

6.7.7.2. custo de insumos em desacordo com os preços de mercado;



6.7.7.3. quantitativos de mão-de-obra, materiais ou equipamentos insuficientes para compor a unidade dos serviços;

6.7.7.4. Incompatibilização de Preços Horários de mão de obra (mão de obra com preços divergentes).

6.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do Comissão de Contratação/Comissão, que comprove:

6.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.9. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

6.9.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

6.9.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;

6.9.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

6.9.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

6.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.11.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

6.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

6.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.



6.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6.14. Não será permitido a alteração do percentual de BDI e dos Encargos Sociais ofertados inicialmente pela proponente.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no Projeto Básico/Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.3. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

7.3.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o projeto básico/termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 30 % (trinta por cento), para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

7.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

7.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.8.1. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

7.9. A habilitação das empresas que apresentarem registro cadastral do Sicafe, será verificada por meio do SICAF nos documentos por ele abrangidos.



7.9.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

7.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.10.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

7.11. A verificação pelo Comissão de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.11.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de NO MÍNIMO, DUAS HORAS, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Comissão de Contratação/Comissão.

7.11.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

7.12. A verificação dos documentos de habilitação e no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.12.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Projeto Básico/Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.12.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.13. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

7.13.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.13.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.14. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.15. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Comissão de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.11.1.

7.16. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.17. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto nº 8.538/2015](#)).



7.18. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

8.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico Licitanet Licitações Eletrônicas Eireli (licitanet.com.br).

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

9.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Comissão de Contratação/Comissão durante o certame;

9.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

9.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

9.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

9.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

9.1.2.4. deixar de apresentar amostra; ou

9.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;



Poder Executivo Municipal
Município de Nova Ibiá
Estado da Bahia



- 9.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 9.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 9.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 9.1.5. fraudar a licitação
- 9.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 9.1.6.1. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 9.1.6.2. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 9.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 9.1.8. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).
- 9.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 9.2.1. advertência;
- 9.2.2. multa;
- 9.2.3. impedimento de licitar e contratar; e
- 9.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 9.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
- 9.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 9.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 9.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 9.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 9.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **15 (quinze) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.
- 9.4.1. Para as infrações previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
- 9.4.2. Para as infrações previstas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 9.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração



Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).

9.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, sítio eletrônico Licitanet Licitações Eletrônicas Eireli (licitanet.com.br) até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.4. Qualquer pessoa é parte legítima para apresentar pedido de esclarecimentos sobre este Edital, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.5. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.6. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Comissão de Contratação, nos autos do processo de licitação.

10.7. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

11.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil



Poder Executivo Municipal
Município de Nova Ibiá
Estado da Bahia



subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Comissão de Contratação/ Comissão.

11.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

11.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

11.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

11.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

11.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

11.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

11.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

11.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico Licitanet Licitações Eletrônicas Eireli (licitanet.com.br).

Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato

ANEXO III - Modelo de Proposta Financeira

ANEXO IV – Modelo de Credencial

ANEXO V - Modelo Declaração de Inexistência de Impedimento

ANEXO VI - Declaração de Visita

Anexo VII – Declaração De Pleno Cumprimento Dos Requisitos De Habilitação

ANEXO VIII - Declaração Unificada

ANEXO IX - Declaração de enquadramento na Lei no 123/2006

ANEXO X – Declaração de propostas econômicas

ANEXO XI – Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social.

ANEXO XII - Declaração que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição

Nova Ibiá-Bahia, 12 de Maio de 2026.

Marcelo Henrique Pereira de Souza
Secretário Municipal de Infraestrutura
Decreto Municipal nº 3173/2025



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA IBIÁ
PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 124/2026
CONCORRENCIA PÚBLICA ELETRÔNICA Nº 006/2026
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 017/2026

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO E REGIME DE EXECUÇÃO

- 1.1. Contratação de Empresa Especializada para Construção de Praça do Evangélico, localizada na Rua Aurélio Lopes, Bairro Centro, no Município de Nova Ibiá-Bahia, por meio do Convênio nº 091/2026, firmado entre a Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CONDER) e a Prefeitura Municipal de Nova Ibiá, conforme natureza, condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:
- 1.2. Os documentos auxiliares e os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços de referência, nos termos do artigo 23 da Lei nº 14.133/2021, constam dos autos do processo administrativo nº 124/2026.
- 1.3. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de engenharia, nos termos do parágrafo único, do artigo 6º, inciso XXI, alínea "a", da Lei nº 14.133/2021.
- 1.4. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são discriminados na tabela anexa.
- 1.5. A presente contratação adota como regime de execução de fornecimento e prestação de serviço associado.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A **Contratação de Empresa Especializada para Construção de Praça do Evangélico, localizada na Rua Aurélio Lopes, Bairro Centro, no Município de Nova Ibiá-Bahia**, por meio do Convênio nº 091/2026, firmado entre a Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CONDER) e a Prefeitura Municipal de Nova Ibiá.
- 2.2. A necessidade da contratação decorre da carência de espaços públicos adequados destinados ao lazer, convivência social e realização de atividades comunitárias e religiosas, o que limita o uso organizado do espaço urbano pela população local. A implantação da referida praça visa proporcionar um ambiente estruturado, seguro e acessível, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos munícipes.
- 2.3. A intervenção contempla a execução de diversos serviços de engenharia, incluindo serviços preliminares, movimentação de terra, pavimentação, construção de palco, monumento temático, instalações elétricas, mobiliário urbano e paisagismo, conforme previsto nos projetos e orçamentos técnicos.
- 2.4. Dessa forma, a contratação é indispensável para viabilizar a execução do empreendimento, promovendo a valorização do espaço público, o desenvolvimento urbano e o atendimento ao interesse coletivo.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

- 3.1. A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada para a execução integral das obras de construção da Praça do Evangélico, localizada na Rua Aurélio Lopes, Bairro Centro, no Município de Nova Ibiá-BA, conforme projetos, especificações técnicas, planilhas orçamentárias e cronograma físico-financeiro.
- 3.2. A intervenção contempla a implantação de um espaço público urbanizado, planejado para atender às necessidades de lazer, convivência social e realização de eventos comunitários, com infraestrutura adequada, acessível e segura para a população.
- 3.3. A solução abrange a execução de serviços de engenharia de forma integrada, incluindo: serviços preliminares, movimentação de terra, pavimentação com piso intertravado, construção de palco para eventos, implantação de monumento temático, execução de instalações elétricas para iluminação pública, instalação de mobiliário urbano (bancos e lixeiras) e serviços de paisagismo, com plantio de grama e espécies ornamentais.
- 3.4. Também estão contempladas soluções voltadas à acessibilidade, como rampas e piso tátil, além de sinalização adequada, garantindo o uso inclusivo do espaço por pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.
- 3.5. A iluminação da praça será executada com equipamentos eficientes, visando segurança e conforto dos usuários no período noturno. O projeto também prevê organização do espaço físico de forma funcional e estética, promovendo valorização urbana da área.



3.6. A execução da obra será realizada conforme as normas técnicas vigentes, com utilização de materiais de qualidade e observância às exigências ambientais, garantindo durabilidade, sustentabilidade e baixo custo de manutenção.

3.7. Dessa forma, a solução proposta atende de forma completa à necessidade identificada, proporcionando um espaço público estruturado, funcional e adequado ao interesse coletivo, contribuindo para o desenvolvimento urbano e social do município.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Habilitação jurídica

4.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

4.2. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

4.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

4.4. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

4.5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

4.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

4.7. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

4.8. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

4.9. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

4.10. Prova de regularidade (CRF) junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

4.11. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

4.12. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

4.13. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;



4.14. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

4.15. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

4.16. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

4.17. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

4.18. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

4.19. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

4.20. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

4.21. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

4.22. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

4.23. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

4.24. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

4.24.1. Apresentar registro ou inscrição da empresa licitante perante Conselho Regional de Engenharia – CREA, Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU ou Conselho Federal dos Técnicos Industriais (CFT), em plena validade.

4.24.2. Para comprovação da capacidade técnico operacional, a licitante deverá apresentar em seu nome, a comprovação de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação, através da apresentação de ATESTADO, fornecido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrado(s) pela entidade profissional competente, E/OU

4.24.3. Para comprovação da capacidade técnico profissional, a licitante deverá apresentar em nome de profissional Engenheiro Civil, Arquiteto ou Técnico em Edificações, a comprovação de aptidão deste para o desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação, através da apresentação de ATESTADO, fornecido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrado(s) pela entidade profissional competente e acompanhado(s) da(s) respectiva(s) CAT(s) - Certidão de Acervo Técnico.

4.25. Observação: O(s) atestado(s) deverá(ão) ser apresentado(s) em papel timbrado da emitente, CNPJ, endereço, telefone, data de emissão, nome e cargo/função de quem assina o documento.

4.26. Os atestados deverão comprovar a execução de, no mínimo, 50% (Cinquenta por cento) do quantitativo das seguintes parcelas de maior relevância:

4.27. Para atendimento à qualificação TÉCNICO-PROFISSIONAL, comprovação do licitante de possuir em seu corpo técnico, na data de abertura das propostas, os profissionais de nível superior, ENGENHEIRO CIVIL, ARQUITETO OU TÉCNICO DE EDIFICAÇÕES, reconhecidos pelo CREA, CAU ou CFT, detentores de atestados de responsabilidades técnicas, devidamente registrados no conselho competente da região onde os serviços foram executados, acompanhados das respectivas Certidões de Acervo Técnico – CAT, Expedidas por



esse Conselho, que comprovem ter o profissional, Executado, SERVIÇO DE RELEVÂNCIA TÉCNICA SIMILAR, para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, Federal, Estadual, Municipal ou Distrito Federal, ou ainda, para empresa privada, que não o próprio licitante.

4.28. A licitante (pessoa jurídica) deve ter experiência na execução de objeto das mesmas características e de igual complexidade ou superior, com atestado de capacidade técnica em nome da empresa e que comprove ter executado as parcelas da obra, de acordo com o Quadro 01, vinculado à anotação em acervo técnico, emitido por pessoa jurídica de direito privado.

4.29. A natureza da relação do(s) profissional(is) com a licitante deverá ser comprovada, para fins de habilitação, por meio da apresentação, de um dos seguintes documentos:

4.29.1. Carteira de Trabalho;

4.29.2. Certidão do Conselho Profissional;

4.29.3. Contrato Social;

4.29.4. Contrato de prestação de serviços;

Quadro 01 – Relação de serviços a serem comprovados pela licitante.

ITEM	SERVIÇOS	UND	PREVISTO	EXIGÊNCIA (50%)
3.2 / 3.3	ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO RETO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO,	M	375,90	187,95
3.4 / 3.5	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO RETANGULAR COR NATURAL DE 20 X 10 CM	M2	379,52	189,76
4.1.9	IMPERMEABILIZAÇÃO DE SUPERFÍCIE COM MANTA ASFÁLTICA, DUAS CAMADAS, INCLUSIVE APLICAÇÃO DE PRIMER ASFÁLTICO, E=3MM E E=4MM. AF_09/2023	M2	116,79	58,39
4.4.3	TELHAMENTO COM TELHA METÁLICA TERMOACÚSTICA E = 30 MM, COM ATÉ 2 ÁGUAS, INCLUSO IÇAMENTO. AF_07/2019	M2	99,88	49,94

4.30. O(s) Responsável (eis) técnico(s) deve ter experiência na execução de objeto das mesmas características e de igual complexidade ou superior, que comprove a parcela relevante, de acordo com o Quadro 02, conforme anotação em acervo técnico, emitido por pessoas jurídica e registrado o conselho de Classe Competente. Cada responsável técnico só poderá representar uma única empresa.

Quadro 02 – Relação de projetos/serviços a serem comprovados por profissionais do quadro permanente da empresa.

ITEM	SERVIÇOS	UND	PREVISTO	EXIGÊNCIA (50%)
3.2 / 3.3	ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO RETO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO,	M	375,90	187,95



3.4 / 3.5	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO RETANGULAR COR NATURAL DE 20 X 10 CM	M2	379,52	189,76
4.1.9	IMPERMEABILIZAÇÃO DE SUPERFÍCIE COM MANTA ASFÁLTICA, DUAS CAMADAS, INCLUSIVE APLICAÇÃO DE PRIMER ASFÁLTICO, E=3MM E E=4MM. AF_09/2023	M2	116,79	58,39
4.4.3	TELHAMENTO COM TELHA METÁLICA TERMOACÚSTICA E = 30 MM, COM ATÉ 2 ÁGUAS, INCLUSO IÇAMENTO. AF_07/2019	M2	99,88	49,94

4.31. Será aceito o somatório de atestados para a comprovação dos quantitativos mínimos exigidos.

DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR:

4.32. Instrumento de procuração, se for o caso, por instrumento público ou particular, este último acompanhado da prova da legitimidade de quem outorgou os poderes;

4.33. Declaração UNIFICADA (conforme modelo – Anexo IX);

4.34. Declaração de enquadramento na Lei nº 123/2006, quando for o caso, (conforme modelo do Anexo X);

4.35. Declaração de cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007. (Se for o caso), (conforme modelo do Anexo XI);

4.36. Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme disposição do artigo 63, §1º, da Lei nº 14.133/2021 (conforme modelo do Anexo XII);

4.37. Declaração de pleno cumprimento dos requisitos de habilitação (conforme modelo do Anexo V);

4.38. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (conforme modelo do Anexo XIII)

VISTORIA

4.39. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

4.40. A ausência de vistoria técnica não exime o licitante do pleno conhecimento das condições de execução do objeto. Ao apresentar proposta, presume-se que o licitante analisou integralmente todos os documentos técnicos disponibilizados e assume os riscos decorrentes de sua interpretação, não sendo admitidas, posteriormente, alegações de desconhecimento, erro de avaliação ou imprevisibilidade de condições que estejam descritas ou sejam razoavelmente inferíveis a partir dos elementos constantes do processo. Nessas condições, não serão admitidos pedidos de rescisão contratual, revisão de preços, reequilíbrio econômico-financeiro ou qualquer outra pretensão indenizatória fundamentada exclusivamente na alegação de ausência de vistoria técnica ou de desconhecimento de informações que estavam disponíveis ou eram previsíveis a partir da documentação do certame.

5. JUSTIFICATIVA DOS ÍNDICES DE RELEVÂNCIA

5.1. A definição dos índices de relevância técnica e financeira para fins de habilitação na **Contratação de Empresa Especializada para Construção da Praça do Evangélico**, localizada na Rua Aurélio Lopes, Bairro Centro, no Município de Nova Ibiá/BA, objeto do Convênio nº 091/2026 firmado entre a CONDER e o Município, fundamenta-se na necessidade de assegurar que a futura contratada possua capacidade técnica e operacional compatível com a complexidade e as características do empreendimento



5.2. Os índices estabelecidos visam garantir a seleção de empresa que demonstre experiência prévia em execução de serviços similares, especialmente no que se refere a obras de urbanização, pavimentação, drenagem, paisagismo e instalação de equipamentos urbanos, considerados elementos essenciais e de maior relevância técnica do objeto

5.3. A exigência de comprovação de execução de parcelas de maior relevância não tem caráter restritivo, mas sim preventivo, objetivando mitigar riscos à Administração Pública, tais como atrasos na execução, falhas construtivas e eventual inexecução contratual. Dessa forma, observa-se o princípio da razoabilidade, ao limitar tais exigências aos itens tecnicamente mais significativos da obra, conforme entendimento consolidado pelos órgãos de controle, como o TCU

5.4. No tocante aos índices econômico-financeiros, estes foram definidos em patamares usuais de mercado, compatíveis com o porte da contratação, com o objetivo de aferir a saúde financeira da empresa licitante e sua capacidade de suportar os encargos decorrentes da execução contratual, evitando riscos de paralisação da obra por insuficiência de recursos

5.5. Ressalta-se que todos os critérios adotados observam os princípios da isonomia, competitividade e seleção da proposta mais vantajosa, previstos na Lei nº 14.133/2021, não implicando restrição indevida à participação de licitantes, mas sim assegurando a adequada execução do objeto contratado

5.6. Por fim, destaca-se que a obra possui relevante interesse público, por se tratar de espaço destinado à convivência social, lazer e realização de eventos da comunidade, sendo imprescindível a contratação de empresa qualificada para garantir a entrega de infraestrutura segura, funcional e duradoura.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. Os serviços serão executados em conformidade com as especificações constantes no projeto básico, o qual compõe memorial descritivo, planta baixa, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro, composição de BDI e demais documentos complementares, todos dispostos no processo de licitatório.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Rotinas de Fiscalização

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato, o senhor Rikson Andrade Souza Filho, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

7.6. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

7.7. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

7.8. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.



7.9. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

7.10. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

7.11. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

7.12. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

7.13. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

Gestor do Contrato

7.14. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

7.15. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

7.16. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

7.17. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

7.18. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

7.19. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

7.20. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO DE PAGAMENTO

8.1. A avaliação da execução do objeto utilizará a Medição para aferição da qualidade da prestação dos serviços.

8.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

8.1.1.1. não produzir os resultados acordados,

8.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou



8.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

8.2. A utilização do instrumento não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

Do recebimento

8.3. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.

8.3.1. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

8.3.2. O contratado também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.

8.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 5 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto Municipal nº 2449, de 2023).

8.4.1. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

8.4.2. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto Municipal nº 2449, de 2023).

8.4.3. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto Municipal nº 2449, de 2023)

8.4.4. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

8.4.5. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

8.4.6. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

8.4.7. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

8.4.8. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

8.4.9. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

8.4.10. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.5. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

8.6. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

8.6.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto Municipal nº 2449, de 2023).



Poder Executivo Municipal Município de Nova Ibiá Estado da Bahia



8.6.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

8.6.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

8.6.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

8.6.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

8.7. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.8. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

8.9. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.10.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

8.11. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.12. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

8.13. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

8.14. A Administração deverá: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

8.15. Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.16. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.17. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.18. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

Prazo de pagamento

8.19. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.20. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante correção monetária.



Forma de pagamento

- 8.21.** O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 8.22.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 8.23.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 8.23.1.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 8.24.** O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

- 8.25.** A presente contratação não permite a antecipação de pagamento.

Cessão de crédito

- 8.26.** Não é admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

- 9.1.** O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade CONCORRÊNCIA, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

10. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 10.1** O valor estimado para contratação destes serviços é de **R\$ 356.387,70 (trezentos e cinquenta e seis mil, trezentos e oitenta e sete reais e setenta centavos).**

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 11.1.** As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento para o exercício de 2026, na classificação abaixo:

UNIDADE: 02.04.001 – SECRETARIA DE OBRAS
PROJETO: 1.002 – INFRAESTRUTURA URBANA E RURAL
PROGRAMA DE TRABALHO: 4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES
FONTE: 701 – Transf de Convenios – Outros – Estado

Nova Ibiá, 04 de Maio de 2026

Marcelo Henrique Pereira De Souza
Secretário Municipal de infraestrutura e Obras
Decreto Municipal nº 3173/2025



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA IBIÁ
PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 124/2026
CONCORRENCIA PÚBLICA ELETRÔNICA Nº 006/2026
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 017/2026

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. INTRODUÇÃO

1.1. O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada. O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A **Contratação de Empresa Especializada para Construção de Praça do Evangélico, localizada na Rua Aurélio Lopes, Bairro Centro, no Município de Nova Ibiá-Bahia**, por meio do Convênio nº 091/2026, firmado entre a Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CONDER) e a Prefeitura Municipal de Nova Ibiá.

2.2. A necessidade da contratação decorre da carência de espaços públicos adequados destinados ao lazer, convivência social e realização de atividades comunitárias e religiosas, o que limita o uso organizado do espaço urbano pela população local. A implantação da referida praça visa proporcionar um ambiente estruturado, seguro e acessível, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos munícipes.

2.3. A intervenção contempla a execução de diversos serviços de engenharia, incluindo serviços preliminares, movimentação de terra, pavimentação, construção de palco, monumento temático, instalações elétricas, mobiliário urbano e paisagismo, conforme previsto nos projetos e orçamentos técnicos.

2.4. Dessa forma, a contratação é indispensável para viabilizar a execução do empreendimento, promovendo a valorização do espaço público, o desenvolvimento urbano e o atendimento ao interesse coletivo.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Habilitação jurídica

3.1. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

3.2. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

3.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

3.4. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

3.5. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

3.6. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz



3.7. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

3.8. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

3.9. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

3.10. Prova de regularidade (CRF) junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

3.11. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

3.12. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

3.13. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

3.14. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

3.15. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

3.16. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

3.17. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

3.18. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

3.19. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

3.20. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

3.21. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

3.22. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

3.23. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

3.24. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica



4.25. Apresentar registro ou inscrição da empresa licitante perante Conselho Regional de Engenharia – CREA, Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU ou Conselho Federal dos Técnicos Industriais (CFT), em plena validade.

4.25.1. Para comprovação da capacidade técnico operacional, a licitante deverá apresentar em seu nome, a comprovação de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação, através da apresentação de ATESTADO, fornecido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrado(s) pela entidade profissional competente, E/OU

4.25.2. Para comprovação da capacidade técnico profissional, a licitante deverá apresentar em nome de profissional Engenheiro Civil, Arquiteto ou Técnico em Edificações, a comprovação de aptidão deste para o desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação, através da apresentação de ATESTADO, fornecido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrado(s) pela entidade profissional competente e acompanhado(s) da(s) respectiva(s) CAT(s) - Certidão de Acervo Técnico.

4.26. Observação: O(s) atestado(s) deverá(ão) ser apresentado(s) em papel timbrado da emitente, CNPJ, endereço, telefone, data de emissão, nome e cargo/função de quem assina o documento.

4.27. Os atestados deverão comprovar a execução de, no mínimo, 50% (Cinquenta por cento) do quantitativo das seguintes parcelas de maior relevância:

4.28. Para atendimento à qualificação TÉCNICO-PROFISSIONAL, comprovação do licitante de possuir em seu corpo técnico, na data de abertura das propostas, os profissionais de nível superior, ENGENHEIRO CIVIL, ARQUITETO OU TÉCNICO DE EDIFICAÇÕES, reconhecidos pelo CREA, CAU ou CFT, detentores de atestados de responsabilidades técnicas, devidamente registrados no conselho competente da região onde os serviços foram executados, acompanhados das respectivas Certidões de Acervo Técnico – CAT, Expedidas por esse Conselho, que comprovem ter o profissional, Executado, SERVIÇO DE RELEVÂNCIA TÉCNICA SIMILAR, para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, Federal, Estadual, Municipal ou Distrito Federal, ou ainda, para empresa privada, que não o próprio licitante.

4.29. A licitante (pessoa jurídica) deve ter experiência na execução de objeto das mesmas características e de igual complexidade ou superior, com atestado de capacidade técnica em nome da empresa e que comprove ter executado as parcelas da obra, de acordo com o Quadro 01, vinculado à anotação em acervo técnico, emitido por pessoa jurídica de direito privado.

4.30. A natureza da relação do(s) profissional(is) com a licitante deverá ser comprovada, para fins de habilitação, por meio da apresentação, de um dos seguintes documentos:

4.30.1. Carteira de Trabalho;

4.30.2. Certidão do Conselho Profissional;

4.30.3. Contrato Social;

4.30.4. Contrato de prestação de serviços;

Quadro 01 – Relação de serviços a serem comprovados pela licitante.

ITEM	SERVIÇOS	UND	PREVISTO	EXIGÊNCIA (50%)
3.2 / 3.3	ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO RETO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO,	M	375,90	187,95
3.4 / 3.5	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO RETANGULAR COR NATURAL DE 20 X 10 CM	M2	379,52	189,76
4.1.9	IMPERMEABILIZAÇÃO DE SUPERFÍCIE COM MANTA ASFÁLTICA, DUAS CAMADAS, INCLUSIVE APLICAÇÃO DE PRIMER ASFÁLTICO, E=3MM E E=4MM. AF_09/2023	M2	116,79	58,39



4.4.3	TELHAMENTO COM TELHA METÁLICA TERMOACÚSTICA E = 30 MM, COM ATÉ 2 ÁGUAS, INCLUSO IÇAMENTO. AF_07/2019	M2	99,88	49,94
-------	--	----	-------	-------

4.31. O(s) Responsável (eis) técnico(s) deve ter experiência na execução de objeto das mesmas características e de igual complexidade ou superior, que comprove a parcela relevante, de acordo com o Quadro 02, conforme anotação em acervo técnico, emitido por pessoas jurídica e registrado o conselho de Classe Competente. Cada responsável técnico só poderá representar uma única empresa.

Quadro 02 – Relação de projetos/serviços a serem comprovados por profissionais do quadro permanente da empresa.

ITEM	SERVIÇOS	UND	PREVISTO	EXIGÊNCIA (50%)
3.2 / 3.3	ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO RETO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO,	M	375,90	187,95
3.4 / 3.5	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO RETANGULAR COR NATURAL DE 20 X 10 CM	M2	379,52	189,76
4.1.9	IMPERMEABILIZAÇÃO DE SUPERFÍCIE COM MANTA ASFÁLTICA, DUAS CAMADAS, INCLUSIVE APLICAÇÃO DE PRIMER ASFÁLTICO, E=3MM E E=4MM. AF_09/2023	M2	116,79	58,39
4.4.3	TELHAMENTO COM TELHA METÁLICA TERMOACÚSTICA E = 30 MM, COM ATÉ 2 ÁGUAS, INCLUSO IÇAMENTO. AF_07/2019	M2	99,88	49,94

4.32. Será aceito o somatório de atestados para a comprovação dos quantitativos mínimos exigidos.

DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR:

4.33. Instrumento de procuração, se for o caso, por instrumento público ou particular, este último acompanhado da prova da legitimidade de quem outorgou os poderes;

4.34. Declaração UNIFICADA (conforme modelo – Anexo IX);

4.35. Declaração de enquadramento na Lei nº 123/2006, quando for o caso, (conforme modelo do Anexo X);

4.36. Declaração de cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007. (Se for o caso), (conforme modelo do Anexo XI);

4.37. Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme disposição do artigo 63, §1º, da Lei nº 14.133/2021 (conforme modelo do Anexo XII);

4.38. Declaração de pleno cumprimento dos requisitos de habilitação (conforme modelo do Anexo V);



4.39. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (conforme modelo do Anexo XIII);

VISTORIA

4.40. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

4.41. A ausência de vistoria técnica não exige do licitante do pleno conhecimento das condições de execução do objeto. Ao apresentar proposta, presume-se que o licitante analisou integralmente todos os documentos técnicos disponibilizados e assume os riscos decorrentes de sua interpretação, não sendo admitidas, posteriormente, alegações de desconhecimento, erro de avaliação ou imprevisibilidade de condições que estejam descritas ou sejam razoavelmente inferíveis a partir dos elementos constantes do processo. Nessas condições, não serão admitidos pedidos de rescisão contratual, revisão de preços, reequilíbrio econômico-financeiro ou qualquer outra pretensão indenizatória fundamentada exclusivamente na alegação de ausência de vistoria técnica ou de desconhecimento de informações que estavam disponíveis ou eram previsíveis a partir da documentação do certame.

5. JUSTIFICATIVA PARA INVERSÃO DE FASES

5.1. A presente justificativa tem por finalidade fundamentar a adoção da inversão de fases no procedimento licitatório destinado à contratação de empresa especializada para a construção da Praça do Evangélico, localizada na Rua Aurélio Lopes, Bairro Centro, no Município de Nova Ibiá-Bahia, objeto do Convênio nº 091/2026, firmado entre a Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CONDER) e a Prefeitura Municipal de Nova Ibiá.

5.2. A inversão de fases, prevista na Lei nº 14.133/2021, consiste na análise inicial das propostas de preços, seguida da verificação dos documentos de habilitação apenas do licitante melhor classificado. Tal medida visa conferir maior eficiência, celeridade e racionalização ao processo licitatório, reduzindo o tempo e os custos administrativos envolvidos na análise documental de todos os participantes.

5.3. No caso em tela, a adoção da inversão de fases mostra-se adequada e vantajosa, considerando que:

5.3.1. O objeto da contratação possui natureza comum no âmbito da engenharia, com especificações bem definidas no projeto básico/executivo, o que permite julgamento objetivo das propostas;

5.3.2. Há expectativa de participação de múltiplos licitantes, o que tornaria a análise prévia da habilitação de todos os concorrentes mais morosa e onerosa para a Administração;

5.3.3. A inversão de fases contribui para maior competitividade, ao priorizar a seleção da proposta mais vantajosa antes da verificação documental;

5.3.4. Garante-se o atendimento aos princípios da eficiência, economicidade e celeridade, previstos no art. 37 da Constituição Federal.

5.4. Ressalta-se que serão observados todos os requisitos legais quanto à habilitação do licitante vencedor, assegurando-se a regularidade jurídica, fiscal, trabalhista e técnica da futura contratada.

6. LEVANTAMENTO DE MERCADO

6.1. Consideradas as premissas definidas como condições para a execução, definidas no tópico REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO, efetivou-se, para os itens sem preços definidos nas tabelas oficiais, pesquisa mercadológica, visando verificar e identificar os produtos disponíveis no mercado que atendem aos requisitos estabelecidos, de tal forma que se possibilite alcançar os resultados pretendidos e atender à necessidade da contratação, com os respectivos preços estimados, levando-se em conta aspectos de economicidade, eficácia, eficiência e padronização.

6.2. Os serviços relacionados na planilha de quantidades e preços serão executados em consonância às Normas Técnicas vigentes e recomendações dos fabricantes para o tipo de serviço a que se destinam. Para referência de preço foram utilizadas tabelas de preços oficiais: **SINAPI – 09/2025 – Bahia, ORSE - 09/2025 – Sergipe**.

6.3. O levantamento de mercado foi realizado com base em referências oficiais de custos e na análise de contratações similares no âmbito da administração pública, considerando obras de características equivalentes, como construção de praças e espaços públicos urbanizados.

6.4. A formação dos preços estimados, foram utilizadas como principais referências as tabelas do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI) e do Sistema de Orçamentos de Obras de Sergipe (ORSE), amplamente adotadas em obras públicas, garantindo maior confiabilidade e aderência aos valores praticados no mercado.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO



7.1. A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada para a execução integral das obras de construção da Praça do Evangélico, localizada na Rua Aurélio Lopes, Bairro Centro, no Município de Nova Ibiá-BA, conforme projetos, especificações técnicas, planilhas orçamentárias e cronograma físico-financeiro.

7.2. A intervenção contempla a implantação de um espaço público urbanizado, planejado para atender às necessidades de lazer, convivência social e realização de eventos comunitários, com infraestrutura adequada, acessível e segura para a população.

7.3. A solução abrange a execução de serviços de engenharia de forma integrada, incluindo: serviços preliminares, movimentação de terra, pavimentação com piso intertravado, construção de palco para eventos, implantação de monumento temático, execução de instalações elétricas para iluminação pública, instalação de mobiliário urbano (bancos e lixeiras) e serviços de paisagismo, com plantio de grama e espécies ornamentais.

7.4. Também estão contempladas soluções voltadas à acessibilidade, como rampas e piso tátil, além de sinalização adequada, garantindo o uso inclusivo do espaço por pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

7.5. A iluminação da praça será executada com equipamentos eficientes, visando segurança e conforto dos usuários no período noturno. O projeto também prevê organização do espaço físico de forma funcional e estética, promovendo valorização urbana da área.

7.6. A execução da obra será realizada conforme as normas técnicas vigentes, com utilização de materiais de qualidade e observância às exigências ambientais, garantindo durabilidade, sustentabilidade e baixo custo de manutenção.

7.7. Dessa forma, a solução proposta atende de forma completa à necessidade identificada, proporcionando um espaço público estruturado, funcional e adequado ao interesse coletivo, contribuindo para o desenvolvimento urbano e social do município.

8. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES

8.1. Fundamentação:

8.1.1. A estimativa das quantidades a serem contratadas foi elaborada com base nos projetos técnicos de engenharia (arquitetônico, estrutural, elétrico, entre outros), memorial descritivo e demais documentos que compõem o projeto básico da obra.

8.1.2. As quantidades foram definidas a partir de levantamentos detalhados realizados por profissional habilitado, considerando as dimensões da área de intervenção, as especificações técnicas dos serviços e a metodologia executiva adotada. Para tanto, foram utilizadas memórias de cálculo específicas para cada etapa da obra, garantindo precisão e compatibilidade entre os serviços previstos.

8.2. Destaca-se que a estimativa levou em consideração a interdependência entre as etapas construtivas, assegurando coerência entre os quantitativos e possibilitando ganho de eficiência e economia de escala na execução do objeto, conforme previsto no Art. 7º, inciso V da IN nº 40/2020 e no inciso IV do §1º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021.

9. ESTIMATIVAS DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

9.1. A estimativa do valor da contratação para execução da obra de construção da Praça do Evangélico, localizada no Município de Nova Ibiá-BA, foi elaborada com base na planilha orçamentária consolidada, nas memórias de cálculo e no cronograma físico-financeiro, observando os projetos técnicos que compõem o Convênio nº 091/2026, firmado entre a CONDER e o Município.

9.2. O valor global estimado da contratação é de **R\$ 356.387,70 (trezentos e cinquenta e seis mil, trezentos e oitenta e sete reais e setenta centavos).**

9.3. A composição do valor estimado considerou:

9.3.1. Levantamento detalhado dos quantitativos, com base nos projetos técnicos e respectivas memórias de cálculo;

9.3.2. Utilização de referências oficiais de custos, com base nas tabelas SINAPI (09/2025 – Bahia) e ORSE (09/2025);



9.3.3. Aplicação de BDI no percentual de 25,59%, contemplando despesas indiretas, tributos, riscos, administração e lucro da contratada;

9.3.4. Inclusão dos encargos sociais incidentes sobre a mão de obra, conforme parâmetros das bases de referência adotadas.

9.4. O valor estimado contempla a execução integral do objeto, abrangendo serviços preliminares, movimentação de terra, pavimentação, construção de palco, monumento temático (Bíblia), instalações elétricas, mobiliário urbano e paisagismo, além de todos os insumos e serviços necessários à plena funcionalidade do equipamento público.

9.5. Destaca-se que os maiores impactos financeiros concentram-se nas etapas de pavimentação e construção do palco, evidenciando a predominância de serviços de infraestrutura e elementos estruturais no empreendimento, compatíveis com a natureza da obra.

9.6. A metodologia adotada assegura que os preços estimados estejam compatíveis com os praticados no mercado da construção civil, atendendo aos princípios da economicidade, eficiência e transparência, bem como às disposições do art. 23 da Lei nº 14.133/2021, garantindo a adequada aplicação dos recursos públicos e a viabilidade da contratação.

10. JUSTIFICATIVA DE OPÇÃO POR PARCELAMENTO OU NÃO DO OBJETO

10.1. Nos termos do art. 18, §1º, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021, a Administração deve avaliar a viabilidade do parcelamento do objeto, com vistas à ampliação da competitividade e à obtenção de melhores condições de contratação, desde que não haja prejuízo técnico ou econômico.

10.2. Considerando a natureza do empreendimento, verificou-se que os serviços previstos para a construção da Praça do Evangélico são interdependentes e possuem forte vinculação técnica, especialmente entre as etapas de movimentação de terra, pavimentação, execução do palco, instalações elétricas, mobiliário urbano e paisagismo.

10.3. A eventual divisão do objeto em lotes distintos poderia comprometer a eficiência da execução, gerar conflitos de responsabilidade entre diferentes contratadas, dificultar o gerenciamento e a fiscalização da obra, além de aumentar o risco de incompatibilidades técnicas entre as etapas executivas.

10.4. Do ponto de vista econômico, o parcelamento não se mostra vantajoso, uma vez que a contratação integrada dos serviços possibilita ganhos de escala, melhor otimização de recursos, redução de custos indiretos e maior eficiência na mobilização de equipamentos e mão de obra.

10.5. Ademais, a execução por uma única empresa facilita o cumprimento do cronograma físico-financeiro, a padronização dos serviços e a garantia da qualidade final do empreendimento.

10.6. Ressalta-se que o objeto é comum no mercado da construção civil, havendo diversas empresas com capacidade técnica e operacional para sua execução integral, não havendo prejuízo à competitividade do certame.

10.7. Diante do exposto, conclui-se pela não adoção do parcelamento do objeto, recomendando-se a contratação por lote único, por se tratar da solução mais adequada sob os aspectos técnico, econômico e de gestão contratual.

11. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

11.1. A presente contratação encontra-se alinhada com o planejamento estratégico da Prefeitura Municipal de Nova Ibiá, estando compatível com as diretrizes de desenvolvimento urbano, melhoria da infraestrutura pública e promoção do bem-estar social da população.

11.2. A execução da obra da Praça do Evangélico integra as ações voltadas à valorização dos espaços públicos e ao incentivo à convivência comunitária, contribuindo para o fortalecimento das atividades sociais, culturais e religiosas no município.

11.3. A contratação está prevista no planejamento administrativo e orçamentário do ente público, estando vinculada ao Convênio nº 091/2026, firmado entre a Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CONDER) e o Município de Nova Ibiá, garantindo a disponibilidade de recursos financeiros para sua execução.



11.4. O objeto da contratação guarda compatibilidade com o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA), estando inserido nas ações governamentais voltadas à infraestrutura urbana e desenvolvimento local.

11.5. Ademais, a contratação está em consonância com o planejamento das contratações públicas do órgão, observando os princípios da eficiência, economicidade e racionalização dos gastos públicos.

11.6. Dessa forma, verifica-se que a contratação está devidamente alinhada ao planejamento institucional e orçamentário, sendo compatível com as políticas públicas e prioridades da Administração Municipal.

12. INFORMANDO OS RESULTADOS PRETENDIDOS

12.1. A contratação tem como objetivo principal a implantação de um espaço público urbanizado, adequado para lazer, convivência social e realização de eventos comunitários, atendendo às demandas da população do Município de Nova Ibiá–BA.

12.2. Como resultados pretendidos, destacam-se:

12.2.1. Disponibilizar à população um espaço público estruturado, seguro e acessível, promovendo a integração social e a melhoria da qualidade de vida;

12.2.2. Fomentar a realização de atividades culturais, sociais e religiosas, por meio da construção de estrutura adequada, incluindo palco e áreas de convivência;

12.2.3. Promover a valorização urbana da área de intervenção, contribuindo para o ordenamento do espaço público e melhoria do aspecto paisagístico;

12.2.4. Garantir condições de acessibilidade, com implantação de rampas e sinalização adequada, possibilitando o uso inclusivo por pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida;

12.2.5. Assegurar maior segurança aos usuários, por meio da implantação de iluminação pública eficiente e organização adequada do espaço;

12.2.6. Proporcionar conforto e funcionalidade, com a instalação de mobiliário urbano e áreas de permanência;

12.2.7. Executar a obra com qualidade técnica, dentro dos prazos estabelecidos e em conformidade com as normas vigentes.

12.3. Indicadores de Resultado (referenciais):

12.3.1. Percentual de execução física da obra conforme cronograma (meta: 100%);

12.3.2. Entrega do empreendimento dentro do prazo contratual (meta: cumprimento integral do cronograma);

12.3.3. Conformidade dos serviços com os projetos e normas técnicas (meta: 100% de conformidade);

12.3.4. Grau de funcionalidade do espaço após a entrega (meta: plena utilização pela população);

12.3.5. Ausência de inconformidades relevantes apontadas pela fiscalização e órgãos de controle.

12.4. Dessa forma, os resultados pretendidos estão alinhados à melhoria da infraestrutura urbana e ao atendimento do interesse público, assegurando a adequada aplicação dos recursos e a efetividade da contratação.

13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO

13.1. Fundamentação: Providências a serem adotadas pela administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual ou adequação do ambiente da organização; (Art. 7º, inciso XI da IN 40/2020 e inciso X do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133/21).

13.2. Para a adequada execução da contratação, a Administração deverá adotar previamente as seguintes providências:

13.2.1. Garantir a disponibilidade orçamentária e financeira para execução do objeto, conforme previsto no Convênio nº 091/2026 firmado com a CONDER;



- 13.2.2. Promover a elaboração, conferência e aprovação de todos os documentos técnicos que compõem o projeto básico, incluindo projetos, planilhas orçamentárias, memórias de cálculo e cronograma físico-financeiro;
- 13.2.3. Realizar o processo licitatório, observando as disposições da Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis, assegurando ampla competitividade e seleção da proposta mais vantajosa;
- 13.2.4. Designar formalmente o gestor e o fiscal do contrato, preferencialmente servidores com qualificação técnica compatível com o objeto da contratação;
- 13.2.5. Disponibilizar local adequado e desimpedido para execução da obra, promovendo, se necessário, a limpeza prévia da área e a regularização fundiária ou dominial;
- 13.2.6. Providenciar as licenças, autorizações e demais requisitos legais necessários à execução da obra, quando aplicável;
- 13.2.7. Assegurar o acompanhamento e fiscalização contínua da execução contratual, verificando o cumprimento dos prazos, qualidade dos serviços e conformidade com os projetos e especificações técnicas;
- 13.2.8. Adotar medidas para garantir a segurança no entorno da obra durante sua execução, minimizando impactos à população local;
- 13.2.9. Realizar o recebimento provisório e definitivo da obra, conforme critérios estabelecidos no contrato e na legislação vigente.
- 13.3. Ressalta-se que o cumprimento dessas providências é essencial para assegurar a boa execução do objeto, mitigar riscos e garantir a efetividade da contratação.

14. IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS MITIGADORAS

- 14.1. A execução das obras de construção da Praça do Evangélico poderá gerar impactos ambientais pontuais e temporários, típicos de atividades de construção civil, especialmente durante as etapas de limpeza do terreno, movimentação de terra e execução dos serviços.
- 14.2. Dentre os principais impactos ambientais identificados, destacam-se:
- 14.2.1. Geração de resíduos da construção civil (entulhos, restos de materiais, embalagens);
- 14.2.2. Emissão de poeira e particulados durante a movimentação de terra e transporte de materiais;
- 14.2.3. Geração de ruídos provenientes do uso de máquinas e equipamentos;
- 14.2.4. Possível interferência no solo, com alteração temporária de suas características naturais;
- 14.2.5. Consumo de recursos naturais, como água e energia elétrica durante a execução da obra.
- 14.3. Como medidas mitigadoras, deverão ser adotadas as seguintes ações:
- 14.3.1. Realizar a correta segregação, armazenamento e destinação final dos resíduos da construção civil, conforme legislação ambiental vigente;
- 14.3.2. Promover a umidificação periódica do solo e das áreas de circulação de veículos, a fim de reduzir a emissão de poeira;
- 14.3.3. Controlar os níveis de ruído, restringindo atividades mais impactantes a horários adequados, conforme normas locais;
- 14.3.4. Minimizar a supressão de vegetação, preservando, sempre que possível, elementos naturais existentes;
- 14.3.5. Utilizar racionalmente os recursos naturais, evitando desperdícios de água e energia;
- 14.3.6. Garantir que os equipamentos utilizados estejam em boas condições de funcionamento, reduzindo emissões e riscos de contaminação;
- 14.3.7. Promover a recomposição paisagística da área ao final da obra, com plantio de grama e espécies ornamentais, conforme previsto no projeto.



14.4. Ressalta-se que, por se tratar de obra de pequeno porte e impacto local, não são esperados impactos ambientais significativos ou de grande magnitude, desde que observadas as medidas de controle e mitigação previstas.

14.5. Dessa forma, conclui-se que os impactos ambientais decorrentes da execução da obra são controláveis e mitigáveis, não representando impedimento à sua realização.

15. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

15.1. Com base nos estudos realizados, conclui-se que a contratação de empresa especializada para execução das obras de construção da Praça do Evangélico, no Município de Nova Ibiá-BA, mostra-se tecnicamente viável, economicamente adequada e ambientalmente sustentável.

15.2. A solução proposta atende de forma satisfatória à necessidade identificada, estando devidamente fundamentada em projetos técnicos consistentes, estimativas de custos compatíveis com o mercado e planejamento adequado da execução.

15.3. Verificou-se a existência de disponibilidade orçamentária, bem como alinhamento com os instrumentos de planejamento da Administração Pública, além de viabilidade operacional para execução do objeto.

15.4. Os riscos identificados são considerados controláveis, havendo previsão de medidas mitigadoras, especialmente no que se refere aos aspectos ambientais e à gestão contratual.

15.5. A contratação encontra respaldo no Convênio nº 091/2026, firmado entre a CONDER e o Município de Nova Ibiá, garantindo os recursos necessários para sua execução.

15.6. Dessa forma, conclui-se pela viabilidade da contratação, recomendando-se o prosseguimento do processo licitatório, com vistas à seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

Nova Ibiá-Bahia, 05 de Maio de 2026

Adebaldo Rodrigues dos Santos
CREA/BA nº 18.459/D

Marcelo Henrique Pereira De Souza
Secretário Municipal de infraestrutura e Obras
Decreto Municipal nº 3173/2025



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA IBIÁ
PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 124/2026
CONCORRÊNCIA PÚBLICA ELETRÔNICA Nº 006/2026
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 017/2026

ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/....., QUE
FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE NOVA IBIÁ, POR
INTERMÉDIO DO (A)
..... E
.....

O MUNICÍPIO DE NOVA IBIÁ, inscrita no CNPJ sob o nº 32.697.583/0001-48, com sede na Avenida Francisco Ribeiro da Silva nº 44, Centro, Nova Ibiá – Bahia, CEP 45.452-000, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. **Marcio Tarantine Souza Sampaio**, brasileiro portador da cédula de identidade nº 706340841 SSP/BA e CPF nº 947.559.575-91, portador da Cédula de Identidade nº 03014320 90 SSP/BA e CPF/MF 423.494.195 68, aqui denominado **CONTRATANTE**, e o(a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Concorrência Eletrônica n. .../..., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a
XX, em atendimento a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1					
2					
3					
...					

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;



1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.4. O regime de execução é o de empreitada por preço global.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência do presente contrato é de 12 (doze) meses, a contar da assinatura do presente instrumento, podendo ser prorrogado, se houver necessidade e interesse entre as partes, respeitando os limites previstos na Lei 14.133/2021.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. Os serviços serão executados em conformidade com as especificações constantes no projeto básico, o qual compõe memorial descritivo, planta baixa, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro, composição de BDI e demais documentos complementares, todos dispostos no processo de licitatório.

Gestão contratuais:

3.2. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

3.3. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

3.4. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

3.5. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

3.6. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Rotinas de Fiscalização

3.7. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato, o senhor Rikson Andrade Souza Filho, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

3.8. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

3.9. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

3.10. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

3.11. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

3.12. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.



3.13. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

3.14. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

3.15. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

Gestor do Contrato

3.16. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

3.17. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

3.18. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

3.19. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

3.20. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

3.21. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

3.22. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – PREÇO

1.1. O valor total da contratação é de R\$ **xxxxxx (xxxxxxxxx)**, conforme Planilha Orçamentária (PO) adjudicada, executado de acordo com o Cronograma Físico-Financeiro.

4.1. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO



5.1 A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento para aferição da qualidade da prestação dos serviços.

5.1.1 Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

5.1.1.1 não produzir os resultados acordados,

5.1.1.2 deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

5.1.1.3 deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

5.2 A utilização do instrumento a ser utilizado pela Administração não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

Do recebimento

5.3 Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico - Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.

5.3.1 Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

5.3.2 O contratado também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.

5.4 Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 5 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

5.4.1 O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

5.4.2 O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

5.4.3 O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022)

5.4.4 O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

5.4.5 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

5.4.6 Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

5.4.7 O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

5.4.8 A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)



5.4.9 O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

5.4.10 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.5 Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

5.6 Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

5.6.1 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

5.6.2 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

5.6.3 Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

5.6.4 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

5.6.5 Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

5.7 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

5.8 Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

5.9 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

5.10 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

5.10.1 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

5.11 Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.



5.12 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

5.13 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

5.14 A Administração deverá: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

5.15 Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

5.16 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

5.17 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

5.18 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

Prazo de pagamento

5.19 O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

5.20 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante correção monetária.

Forma de pagamento

5.21 O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

5.22 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5.23 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.23.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.24 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

5.25 A presente contratação não permite a antecipação de pagamento.

Cessão de crédito

5.26 Não é admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira.

6. CLÁUSULA SÉXTA – REAJUSTE



- 6.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.
- 6.2. Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice Geral de Preço de Mercado exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 6.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 6.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
- 6.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 6.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 6.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 6.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

7. CLÁUSULA SETIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

7.1. São obrigações do CONTRATANTE:

- 7.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 7.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 7.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;
- 7.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;
- 7.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 7.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 7.1.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 7.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:
- 7.1.8.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto CONTRATADO;
- 7.1.8.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;
- 7.1.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;
- 7.1.8.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;
- 7.1.8.5. demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e
- 7.1.8.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.
- 7.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;
- 7.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
- 7.1.10.1. A Administração terá o prazo de 01 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 7.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 01 (um) mês
- 7.1.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;
- 7.1.13. Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 7.1.14. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
- 7.1.15. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;



7.1.16. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo CONTRATADO, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado;

7.1.17. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

7.1.18. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

8.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

8.2. A contratada poderá substituir qualquer técnico de sua equipe que presta o serviço contratado, por técnico igualmente qualificado, desde que justificado e tenha a anuência por escrito da contratante.

8.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

8.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

8.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

8.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

8.6.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

8.6.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

8.6.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

8.6.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

8.6.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

8.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

8.8. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

8.9. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

8.10. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;



- 8.11.** Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 8.12.** Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 8.13.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 8.14.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.15.** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- 8.16.** Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;
- 8.17.** Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;
- 8.18.** Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;
- 8.19.** Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 8.20.** Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 8.21.** Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 8.22.** Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 8.23.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 8.24.** Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 8.25.** Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 8.26.** Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato;
- 8.27.** A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade;
- 8.28.** Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 8.29.** Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;



- 8.30.** Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- 8.31.** Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;
- 8.32.** Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 8.33.** Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado.
- 8.34.** Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração.
- 8.35.** Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 8.36.** Efetuar comunicação ao CONTRATANTE, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.
- 8.37.** Manter os empregados nos horários predeterminados pelo CONTRATANTE;
- 8.38.** Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá;
- 8.39.** Apresentar ao CONTRATANTE, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço;
- 8.40.** Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional;
- 8.41.** Atender às solicitações do CONTRATANTE quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto;
- 8.42.** Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do CONTRATANTE;
- 8.43.** Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 8.44.** Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do CONTRATANTE;
- 8.45.** Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação;
- 8.46.** Estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade;
- 8.47.** Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;
- 8.48.** Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto;
- 8.49.** Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de



construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo;

8.50. Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de:

8.50.1. manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;

8.50.2. supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;

8.50.3. florestas plantadas; e

8.50.4. outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.

8.50.5. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

8.50.6. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte.

8.50.7. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 1990, e legislação correlata.

8.50.8. Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes.

8.50.9. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do CONTRATANTE, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.

8.50.10. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas que lhe caibam necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto nas especificações.

8.50.11. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação etc.).

9. CLÁUSULA NONA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

9.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

10.2. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Comissão de Contratação/Comissão durante o certame;

10.3. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

10.4. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;



Poder Executivo Municipal
Município de Nova Ibiá
Estado da Bahia



- 10.5. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 10.6. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
- 10.7. deixar de apresentar amostra; ou
- 10.8. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 10.9. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 10.10. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 10.11. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 10.12. fraudar a licitação
- 10.13. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 10.14. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 10.15. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 10.16. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 10.17. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).
- 10.18. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
 - 10.19. advertência;
 - 10.20. multa;
 - 10.21. impedimento de licitar e contratar; e
 - 10.22. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
 - 10.23. Na aplicação das sanções serão considerados:
 - 10.24. a natureza e a gravidade da infração cometida.
 - 10.25. as peculiaridades do caso concreto;
 - 10.26. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - 10.27. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
 - 10.28. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 10.29. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 10.30. Para as infrações previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
- 10.31. Para as infrações previstas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 10.32. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 10.33. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 10.34. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 10.35. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).
- 10.36. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à



imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME nº 73, de 2022](#).

10.37. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

10.38. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.39. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

10.40. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.41. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

11.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

11.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

11.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:

11.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

11.3.2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual

11.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.5. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

11.6. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

11.7. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.8. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

11.8.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.8.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.8.3. Das indenizações e multas.

11.9. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

11.10. O CONTRATANTE poderá ainda:



11.10.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

11.10.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

11.11. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – ALTERAÇÕES

12.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

12.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

12.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

12.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

12.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO

13.1. A ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas no art. 137 da Lei n.º 14.133/2021 ensejará a extinção do contrato.

13.2. A rescisão poderá se processar pelas hipóteses definidas no art. 138, inciso I, II e III, e estará sob as consequências determinadas pelo art. 139, todos da Lei n.º 14.133/2021.

13.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.4. Em caso de inadimplemento por parte do CONTRATANTE, o presente contrato poderá ser rescindido ou suspenso, bem como eventuais residuais pecuniários de inadimplência, inclusive no caso de perdas e danos, serão atualizados pelo IPCA, ou outro que o venha substituir, e incidentes de juros moratórios de 0,5% ao mês para quem der causa à inadimplência.

13.5. A alteração de qualquer dos dispositivos estabelecidos neste contrato, somente se reputará válida se tomadas expressamente em instrumento aditivo, passando a dele fazer parte.

13.6. As partes poderão adotar meios alternativos de resolução de controvérsias, nos termos do disposto pelos arts. 151, 152, 153 e 154 da Lei n.º 14.133/2021.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

UNIDADE; 02.04.001 – SECRETARIA DE OBRAS



PROJETO: 1.002 – INFRAESTRUTURA URBANA E RURAL

PROGRAMA DE TRABALHO: 4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES

FONTE: 701 – Transf de Convenios – Outros - Estado

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal do Município, na forma prevista no art. 94, § 3º da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA – FORO

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Gandu para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA IBIÁ
PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 124/2026
CONCORRENCIA PÚBLICA ELETRÔNICA Nº 006/2026
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 017/2026

ANEXO III
MODELO DE PROPOSTA FINANCEIRA

À PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA IBIÁ
Ref.: CONCORRÊNCIA Nº xxxxxxxxxxxx/2026.
Objeto: xxxxxxxxxxxxxxxxx

Prezados Senhores, segue abaixo os preços conforme solicitações solicitadas:

Após a análise, da documentação da licitação em referência e de seus anexos, propomos executar, sob nossa inteira responsabilidade, o objeto desta Concorrência Pública, conforme descrição abaixo:

- 1) que o valor Global da Proposta será de R\$... (Por extenso)
- 2) que nos responsabilizamos pela execução dos serviços e pela fiel observância das especificações técnicas (assinada também por técnico legalmente habilitado);

A nossa Proposta tem validade de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de apresentação da proposta e o Prazo de Execução será de xx Meses após OS.

Declaramos que:

- Aceitamos as condições estipuladas na planilha anexo VIII deste Edital;
- Ter pleno conhecimento de todos os termos e condições do Edital da presente licitação e aceita, sem ressalvas, as condições nele previstas;
- Serão prestados os serviços, de acordo com as especificações constantes no edital;
- Que entre nossos dirigentes, gerentes, sócios, responsáveis técnicos e demais profissionais não figuram empregados da Prefeitura Municipal de Nova Ibiá e que os mesmos estão aptos a participar desta licitação.

_____, _____ de _____ de 2026.

RAZÃO SOCIAL CNPJ
NOME DO REPRESENTANTE LEGAL E ASSINATURA
TELFAX E-MAIL



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA IBIÁ
PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 124/2026
CONCORRENCIA PÚBLICA ELETRÔNICA Nº 006/2026
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 017/2026

ANEXO III
MODELO DE PROPOSTA FINANCEIRA

À PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA IBIÁ
Ref.: CONCORRÊNCIA Nº xxxxxxxxxxxx/2026.
Objeto: xxxxxxxxxxxxxxxxx

Prezados Senhores, segue abaixo os preços conforme solicitações solicitadas:

Após a análise, da documentação da licitação em referência e de seus anexos, propomos executar, sob nossa inteira responsabilidade, o objeto desta Concorrência Pública, conforme descrição abaixo:

- 1) que o valor Global da Proposta será de R\$... (Por extenso)
- 2) que nos responsabilizamos pela execução dos serviços e pela fiel observância das especificações técnicas (assinada também por técnico legalmente habilitado);

A nossa Proposta tem validade de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de apresentação da proposta e o Prazo de Execução será de xx Meses após OS.

Declaramos que:

- Aceitamos as condições estipuladas na planilha anexo VIII deste Edital;
- Ter pleno conhecimento de todos os termos e condições do Edital da presente licitação e aceita, sem ressalvas, as condições nele previstas;
- Serão prestados os serviços, de acordo com as especificações constantes no edital;
- Que entre nossos dirigentes, gerentes, sócios, responsáveis técnicos e demais profissionais não figuram empregados da Prefeitura Municipal de Nova Ibiá e que os mesmos estão aptos a participar desta licitação.

_____, _____ de _____ de 2026.

RAZÃO SOCIAL CNPJ
NOME DO REPRESENTANTE LEGAL E ASSINATURA
TELFAX E-MAIL



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA IBIÁ
PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 124/2026
CONCORRENCIA PÚBLICA ELETRÔNICA Nº 006/2026
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 017/2026

ANEXO III
MODELO DE PROPOSTA FINANCEIRA

À PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA IBIÁ
Ref.: CONCORRÊNCIA Nº xxxxxxxxxxxx/2026.
Objeto: xxxxxxxxxxxxxxxxx

Prezados Senhores, segue abaixo os preços conforme solicitações solicitadas:

Após a análise, da documentação da licitação em referência e de seus anexos, propomos executar, sob nossa inteira responsabilidade, o objeto desta Concorrência Pública, conforme descrição abaixo:

- 1) que o valor Global da Proposta será de R\$... (Por extenso)
- 2) que nos responsabilizamos pela execução dos serviços e pela fiel observância das especificações técnicas (assinada também por técnico legalmente habilitado);

A nossa Proposta tem validade de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de apresentação da proposta e o Prazo de Execução será de xx Meses após OS.

Declaramos que:

- Aceitamos as condições estipuladas na planilha anexo VIII deste Edital;
- Ter pleno conhecimento de todos os termos e condições do Edital da presente licitação e aceita, sem ressalvas, as condições nele previstas;
- Serão prestados os serviços, de acordo com as especificações constantes no edital;
- Que entre nossos dirigentes, gerentes, sócios, responsáveis técnicos e demais profissionais não figuram empregados da Prefeitura Municipal de Nova Ibiá e que os mesmos estão aptos a participar desta licitação.

_____, _____ de _____ de 2026.

RAZÃO SOCIAL CNPJ
NOME DO REPRESENTANTE LEGAL E ASSINATURA
TELFAX E-MAIL



Poder Executivo Municipal
Município de Nova Ibiá
Estado da Bahia



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA IBIÁ
PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 124/2026
CONCORRÊNCIA PÚBLICA ELETRÔNICA Nº 006/2026
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 017/2026

ANEXO IV
MODELO DE CREDENCIAL

Credencio o Senhor(a), (nacionalidade, estado civil, profissão), portador do Registro de Identidade nº, expedido pela, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda, sob o nº, residente à rua, nº como meu mandatário, para representar esta empresa, podendo praticar todos os atos necessários relativos ao procedimento licitatório, concernente a Concorrência Pública, na forma do Edital de nº XXX/2025.

Oportunamente, declaro que a nossa empresa aceita, sem ressalvas, as condições previstas no Edital.

_____, _____ de _____ de 2026.

RAZÃO SOCIAL CNPJ
NOME DO REPRESENTANTE LEGAL E ASSINATURA
TELFAX E-MAIL



Poder Executivo Municipal
Município de Nova Ibiá
Estado da Bahia



**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA IBIÁ
PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 124/2026
CONCORRENCIA PÚBLICA ELETRÔNICA Nº 006/2026
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 017/2026**

ANEXO V - MODELO DE DECLARAÇÃO DE PROTEÇÃO AO TRABALHO DO MENOR

Modalidade de Licitação

**CONCORRENCIA PÚBLICA
Nº XXX/2025**

Declaramos, sob as penas da lei, em atendimento ao quanto previsto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, para os fins do disposto no inciso V do art. 98 da Lei Estadual 9.433/05, que não empregamos menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, (x) nem menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.

_____, _____ de _____ de 2026

**RAZÃO SOCIAL CNPJ
NOME DO REPRESENTANTE LEGAL E ASSINATURA
TELFAX E-MAIL**



Poder Executivo Municipal
Município de Nova Ibiá
Estado da Bahia



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA IBIÁ
PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 124/2026
CONCORRENCIA PÚBLICA ELETRÔNICA Nº 006/2026
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 017/2026

ANEXO VI MODELO DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTO

Eu,, representante da empresa, inscrita no CNPJ sob nº., interessado em participar do Processo Licitatório, CONCORRENCIA ELETRONICA Nº .../2026, da PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE NOVA IBIÁ, DECLARO, sob as penas da Lei, que inexistente impedimento legal contra esta empresa que impeça de licitar ou contratar com a Administração Pública.

_____, _____ de _____ de 2026

RAZÃO SOCIAL CNPJ
NOME DO REPRESENTANTE LEGAL E ASSINATURA

Obs.: Esta declaração deverá ser apresentada após o credenciamento



Poder Executivo Municipal
Município de Nova Ibiá
Estado da Bahia



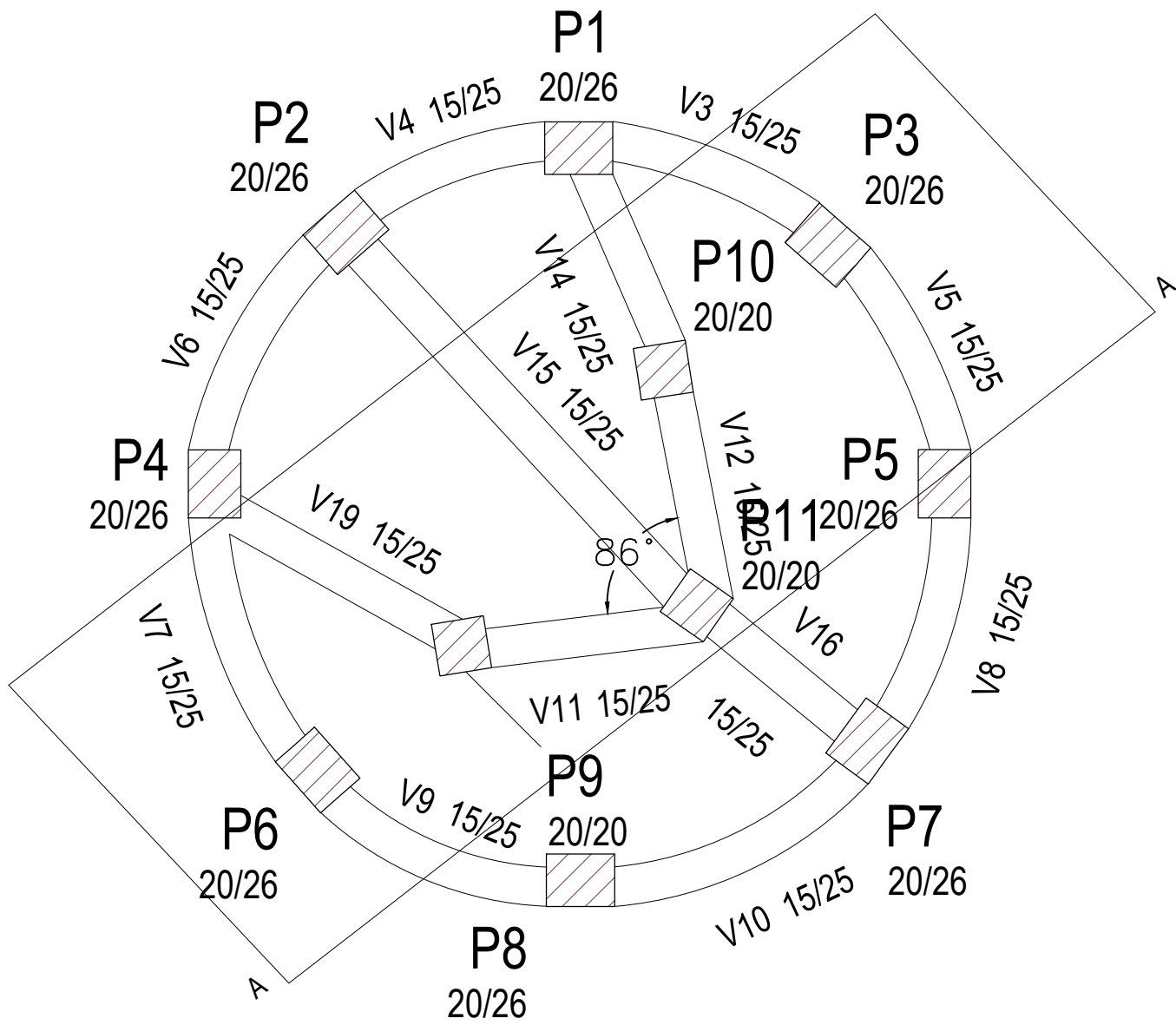
**PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 124/2026
CONCORRENCIA PÚBLICA ELETRÔNICA Nº 006/2026
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 017/2026**

ANEXO VII - DECLARAÇÃO DE VISITA

Declaro para os devidos fins de cumprimento do disposto no EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº XXX/2026, que a empresa, através do Engº/Arqº, CREA nº.XX, tomou conhecimento das condições atuais do local onde será executada a obra em epígrafe.

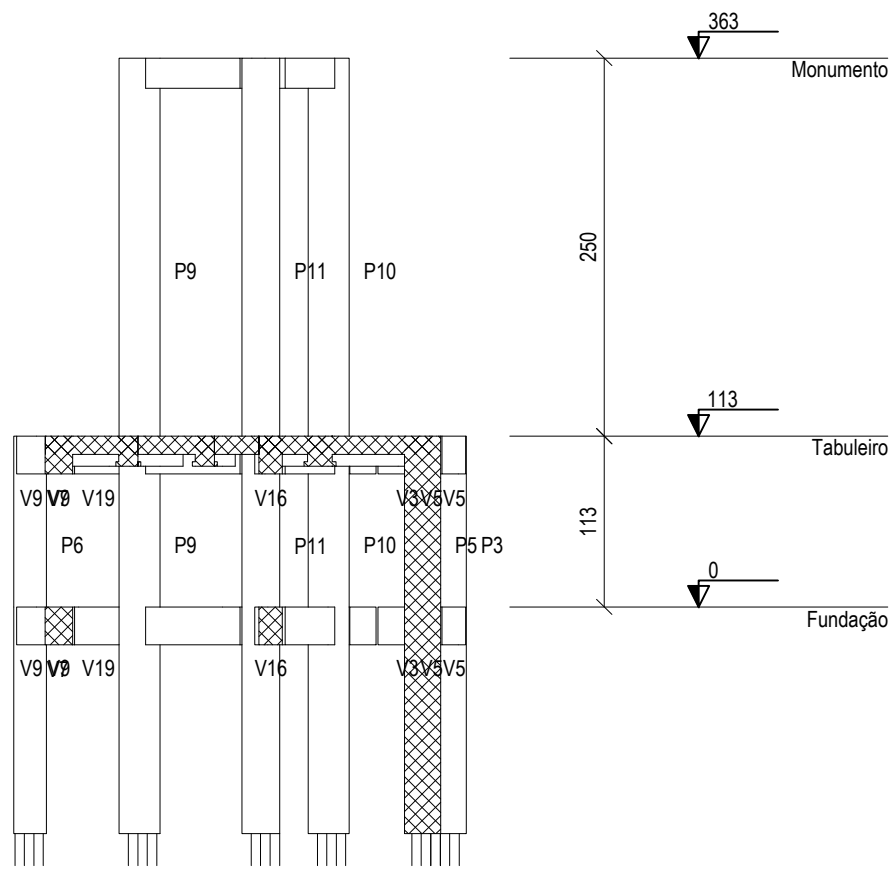
_____, _____ de _____ de 2026

**RAZÃO SOCIAL CNPJ
NOME DO REPRESENTANTE LEGAL E ASSINATURA
TELFAX E-MAIL**

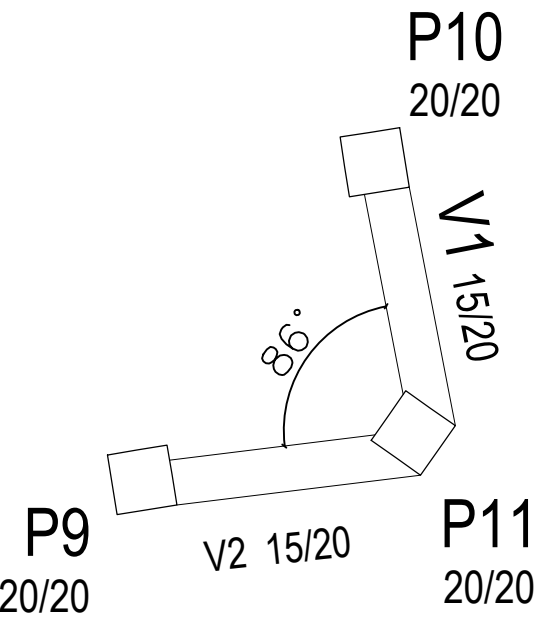


Forma do pavimento Fundação (Nível 0)
escala 1:50

Legenda dos pilares	
<div></div>	Pilar que passa

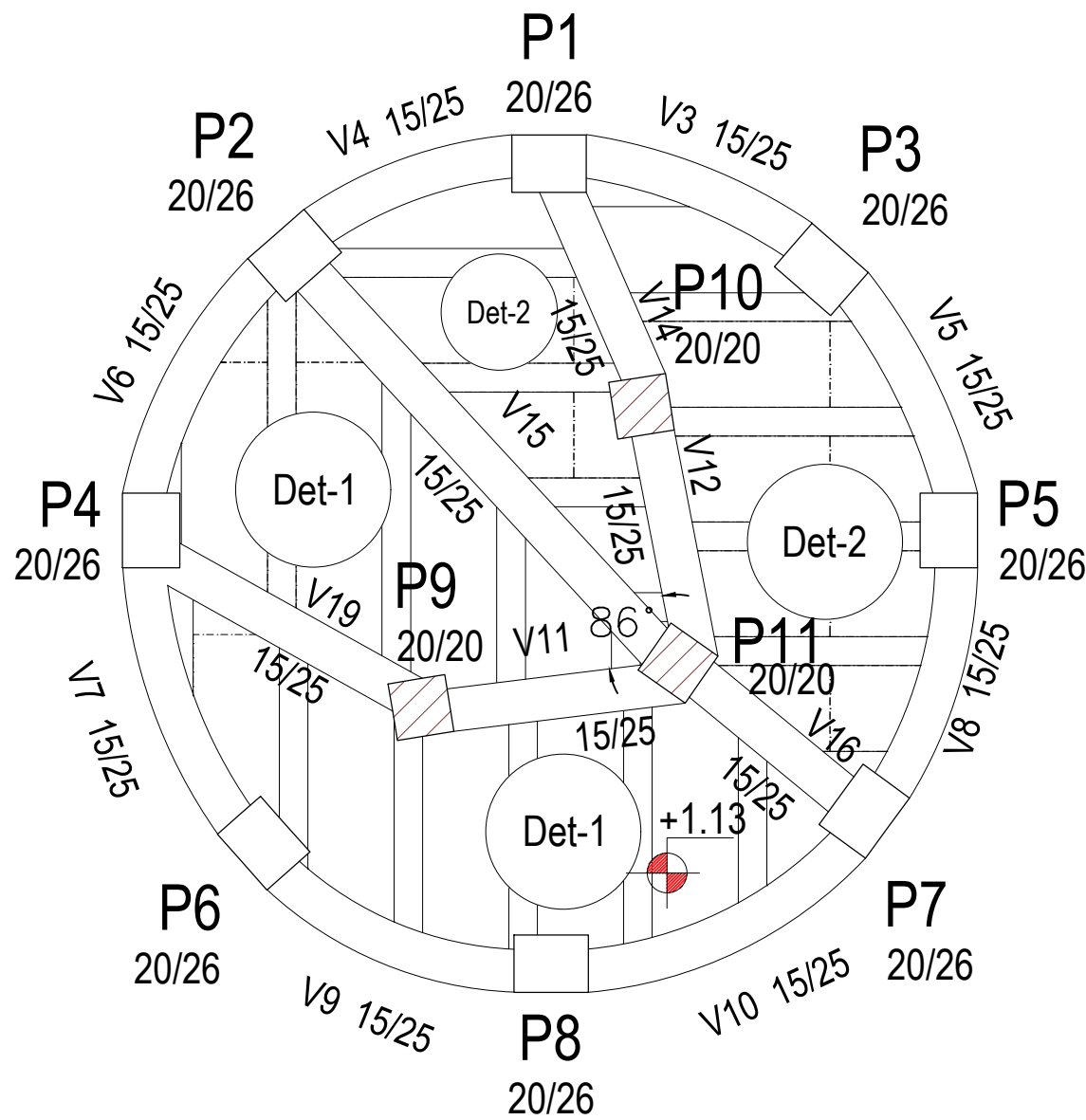


Corte A-A
escala 1:50



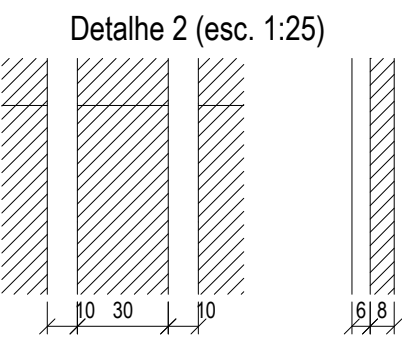
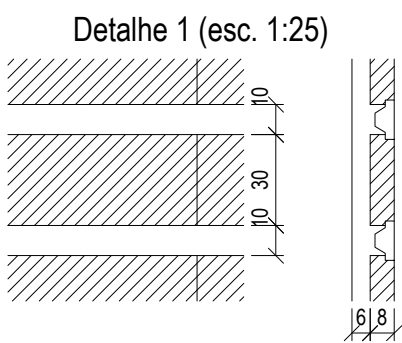
Forma do pavimento Monumento (Nível 363)
escala 1:50

Legenda dos pilares	
<div></div>	Pilar que morre



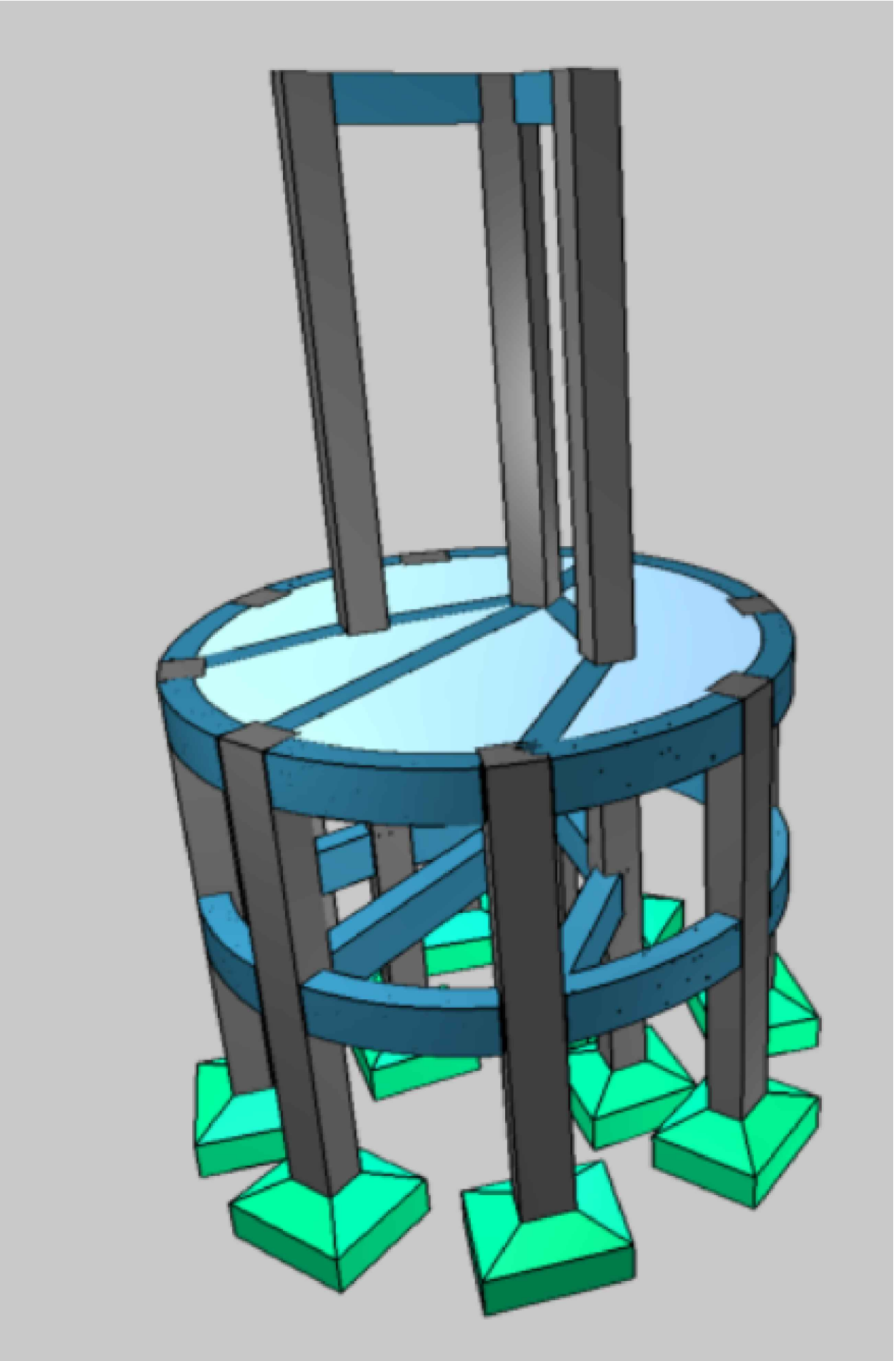
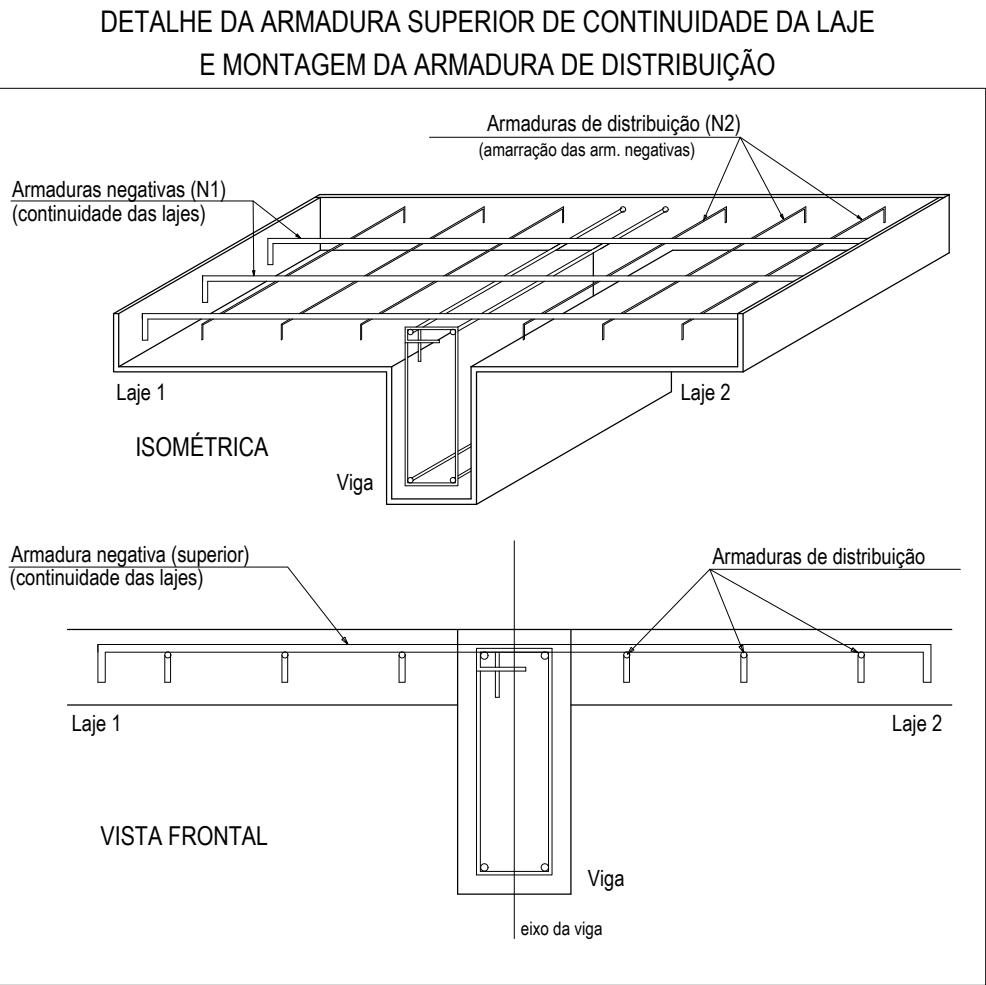
Forma do pavimento Tabuleiro (Nível 113)
escala 1:50

Legenda dos pilares	
<div></div>	Pilar que morre



Treliça TR 08644

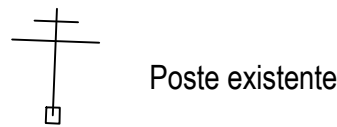
Blocos de enchimento						Carregamento		
Detalhe	Tipo	Nome	Dimensões(cm)			Quantidade	(kgf/m²)	
			hb	bx	by		AC	REV
1/2	EPS Unidirecional	B8/30/125	8	30	125	64	150	80



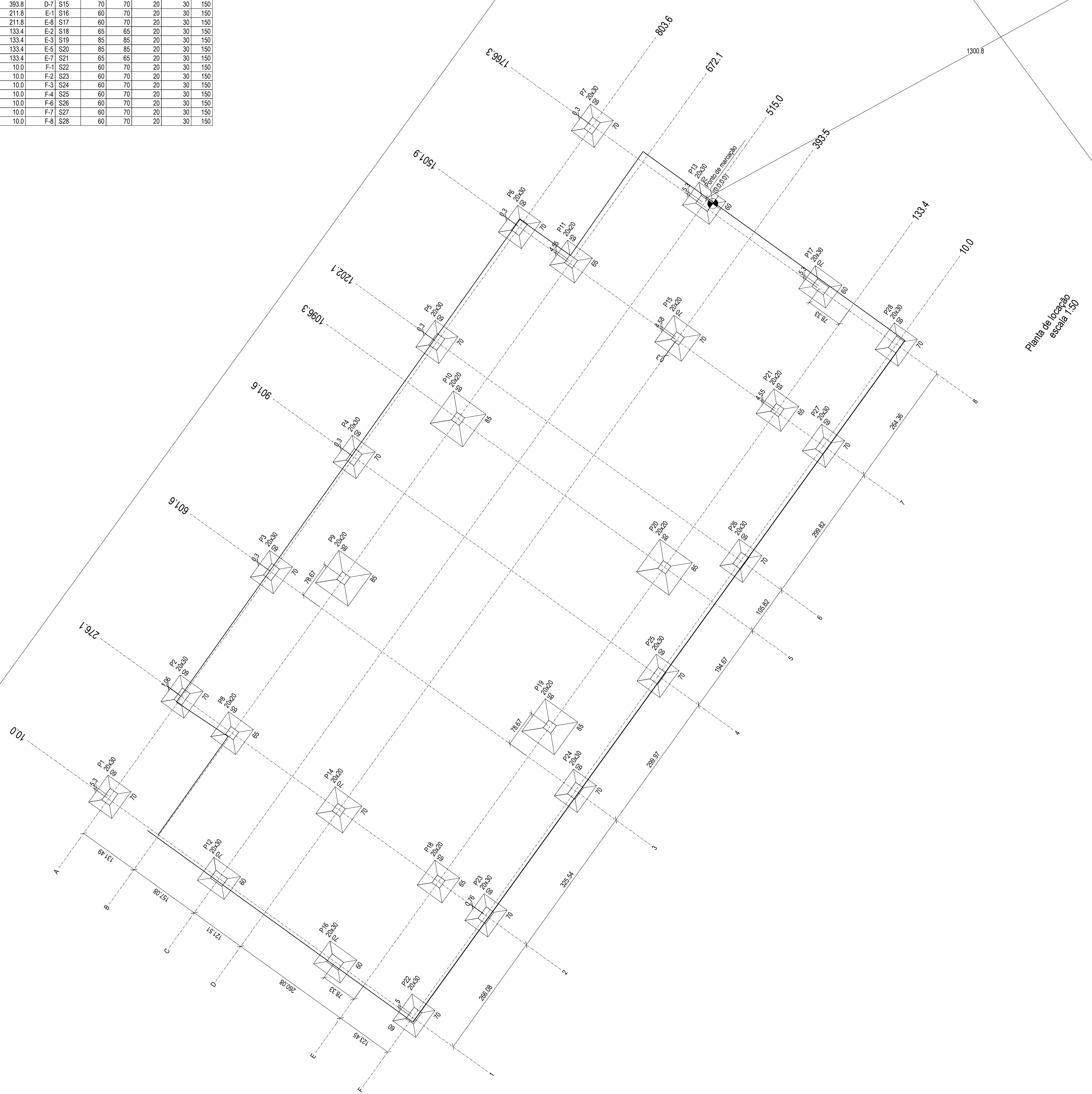
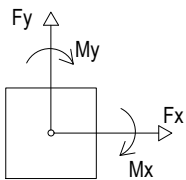
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA IBIÁ

PROJETO
ESTRUTURAL - MONUMENTO DA BÍBLIA PRAÇA DO EVANGÉLICO

LOCAL: NOVA IBIÁ / BA		OBJETO:	
ENDEREÇO: ZONA URBANA			
RESPONSÁVEL TÉCNICO: ADEBALDO RODRIGUES DOS SANTOS ENG. CIVIL CREA 184/690		ART:	FRANCA:
ÁREA:	ESCALA: indicada	DATA: MAIO/2025	VERSÃO: 01



Pilar				Fundação							
Nome	Seção (cm)	X (cm)	Y (cm)	Posição	Nome	Lado B (cm)	Lado H (cm)	h0 / ha (cm)	h1 / hb (cm)	df (cm)	
P1	20x30	15.3	803.6	A-1	S1	60	70	20	30	150	
P2	20x30	277.1	803.6	A-2	S2	60	70	20	30	150	
P3	20x30	601.9	803.6	A-3	S3	60	70	20	30	150	
P4	20x30	901.9	803.6	A-4	S4	60	70	20	30	150	
P5	20x30	1202.4	803.6	A-6	S5	60	70	20	30	150	
P6	20x30	1502.2	803.6	A-7	S6	60	70	20	30	150	
P7	20x30	1766.6	803.6	A-8	S7	60	70	20	30	150	
P8	20x20	276.1	672.1	B-2	S8	65	65	20	30	150	
P9	20x20	680.3	672.1	B-3	S9	85	85	20	30	150	
P10	20x20	1096.3	672.1	B-5	S10	85	85	20	30	150	
P11	20x20	1506.5	672.1	B-7	S11	65	65	20	30	150	
P12	20x30	10.0	515.0	C-1	S12	60	70	20	30	150	
P13	20x30	1771.6	515.0	C-8	S13	60	70	20	30	150	
P14	20x20	276.1	393.5	D-2	S14	70	70	20	30	150	
P15	20x20	1506.5	393.5	D-7	S15	70	70	20	30	150	
P16	20x30	10.0	211.8	E-1	S16	60	70	20	30	150	
P17	20x30	1771.6	211.8	E-8	S17	60	70	20	30	150	
P18	20x20	276.1	133.4	E-2	S18	65	65	20	30	150	
P19	20x20	680.3	133.4	E-3	S19	85	85	20	30	150	
P20	20x20	1096.3	133.4	E-5	S20	85	85	20	30	150	
P21	20x20	1506.5	133.4	E-7	S21	65	65	20	30	150	
P22	20x30	15.0	10.0	F-1	S22	60	70	20	30	150	
P23	20x30	276.8	10.0	F-2	S23	60	70	20	30	150	
P24	20x30	601.6	10.0	F-3	S24	60	70	20	30	150	
P25	20x30	901.6	10.0	F-4	S25	60	70	20	30	150	
P26	20x30	1202.1	10.0	F-6	S26	60	70	20	30	150	
P27	20x30	1501.9	10.0	F-7	S27	60	70	20	30	150	
P28	20x30	1766.3	10.0	F-8	S28	60	70	20	30	150	

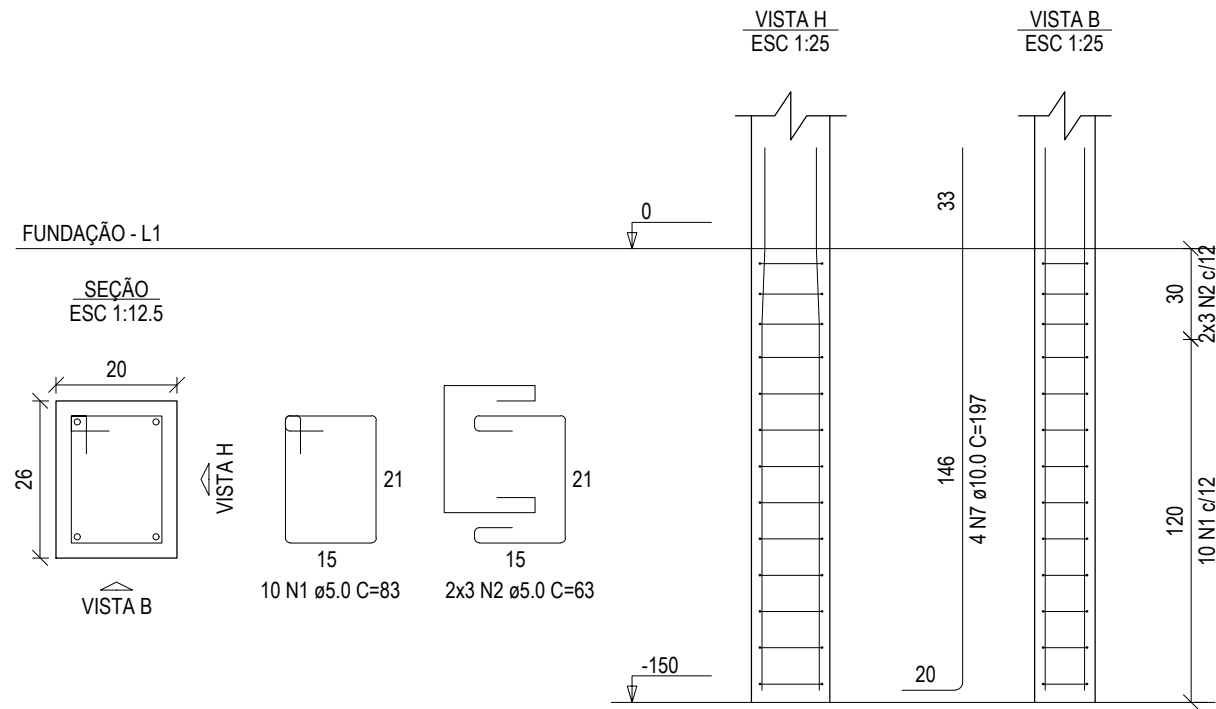


PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA IBIA

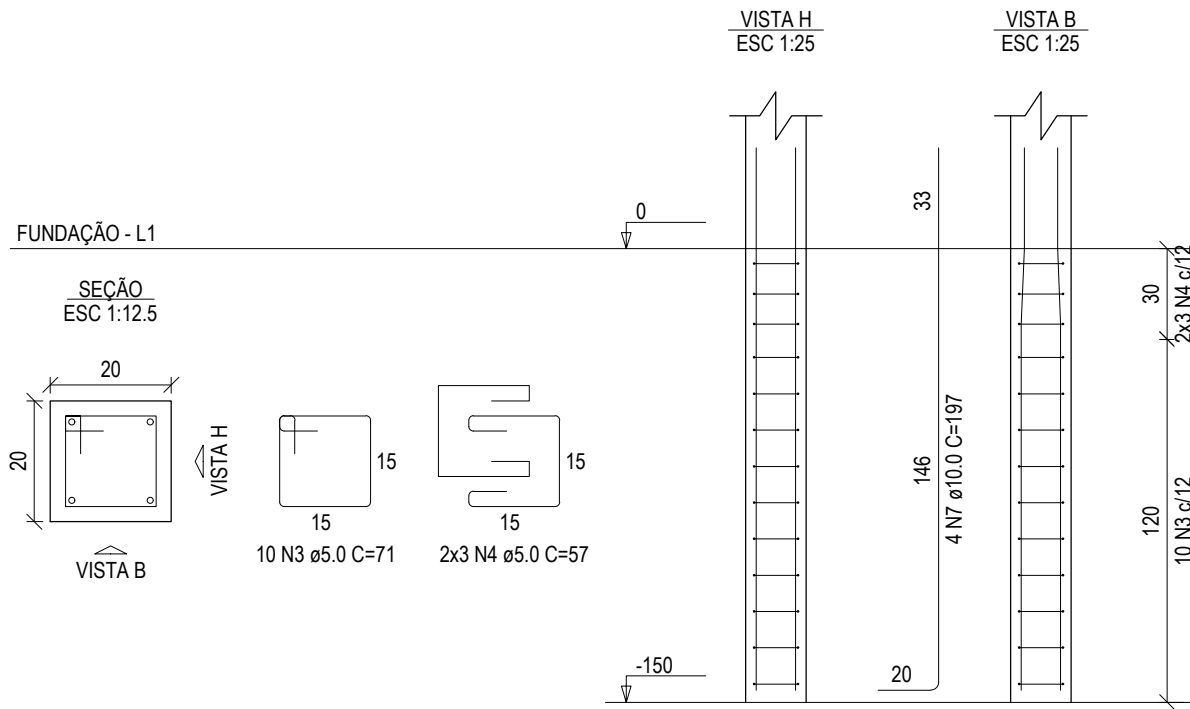
PROJETO: ESTRUTURAL PALCO - PRAÇA DO EVANGÉLICO			
LOCAL: NOVA IBIA / BA		OBJETO: PLANTA DE REFERÊNCIA	
ENDEREÇO: ZONA URBANA			
RESPONSÁVEL TÉCNICO: ADEBALDO RODRIGUES DOS SANTOS ENG. CIVIL CREA-18458/0		ART: 01	
ÁREA:	ESCALA: indicada	DATA: MAIO/2025	FRANCA: 01



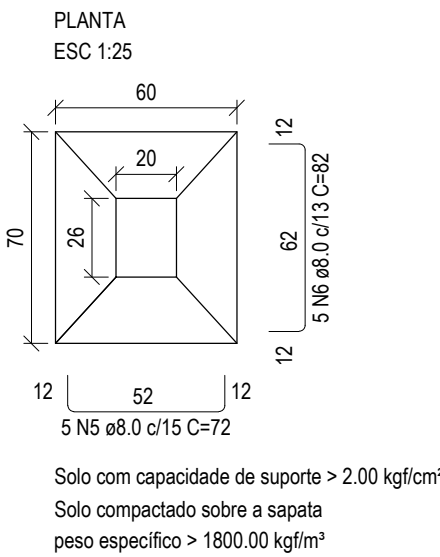
P1=P2=P3=P4=P5=P6=P7=P8



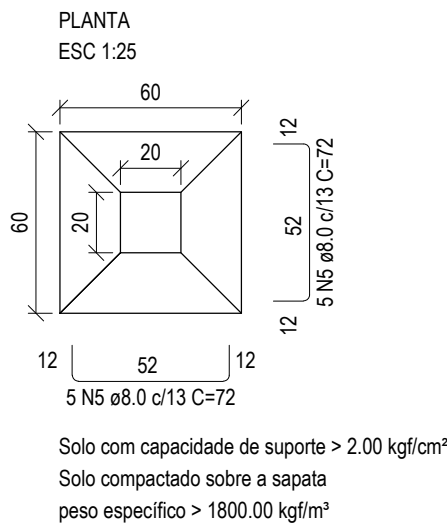
P9=P10=P11



S1=S2=S3=S4=S5=S6=S7=S8



S9=S10=S11



RELAÇÃO DO AÇO

AÇO	N	DIAM (mm)	QUANT	C.UNIT (cm)	C.TOTAL (cm)
CA60	1	5.0	80	63	6640
CA50	2	5.0	48	63	3024
	3	5.0	30	71	2130
	4	5.0	18	57	1026
	5	8.0	70	72	5040
	6	8.0	40	82	3280
	7	10.0	44	197	8668

RESUMO DO AÇO

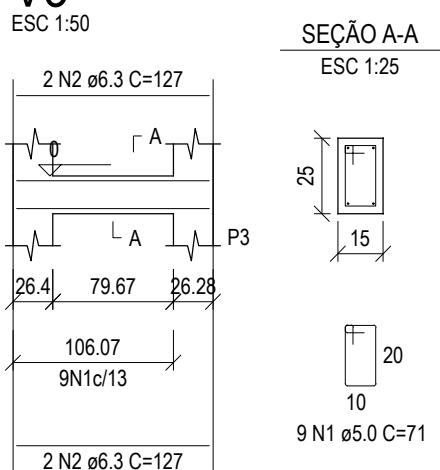
AÇO	DIAM (mm)	C.TOTAL (m)	PESO + 0% (kg)
CA50	8.0	83.2	32.8
CA60	10.0	86.7	53.4
	5.0	128.2	19.8
PESO TOTAL (kg)		86.3	19.8

Volume de concreto (C-30) = 1.75 m³
Área de forma = 17.31 m²

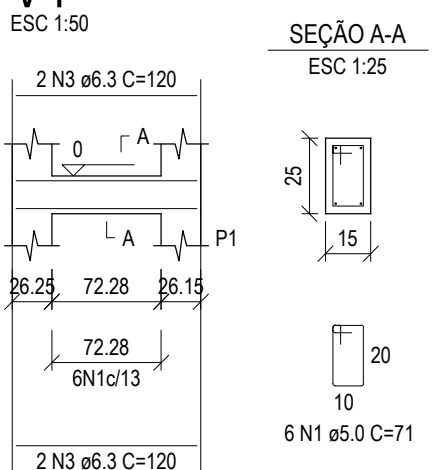
NOTAS:

Resistência do concreto: 25MPa
Tensão admissível do solo: 2,00 kgf/cm²
Cobrimento das armaduras:
- Pilares: 3cm
- Vigas: 3cm
- Sapatas: 4.5cm
- Lajes: 2.5cm
Classe de Agressividade Ambiental: II

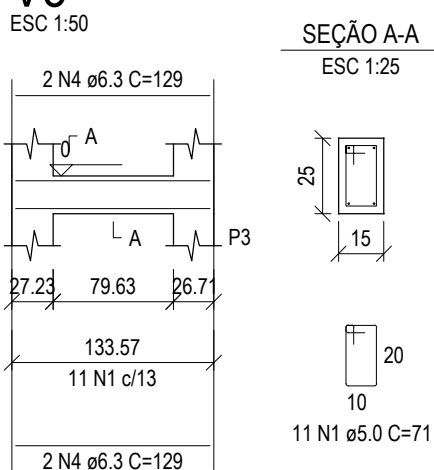
V3



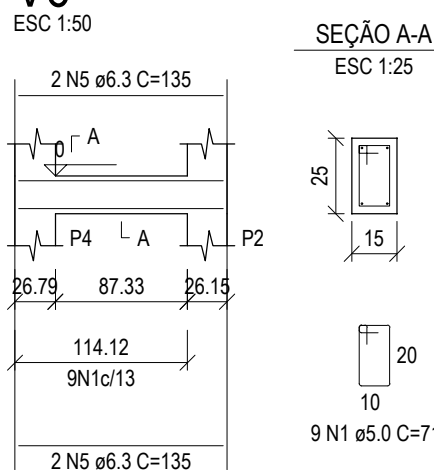
V4



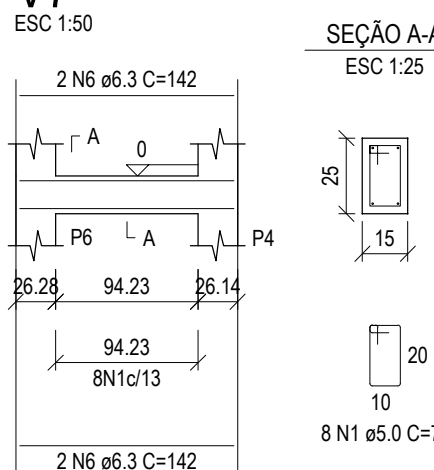
V5



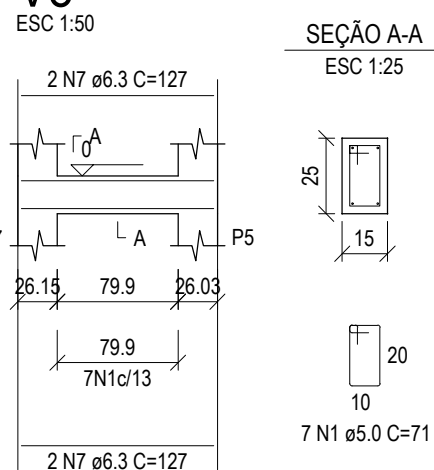
V6



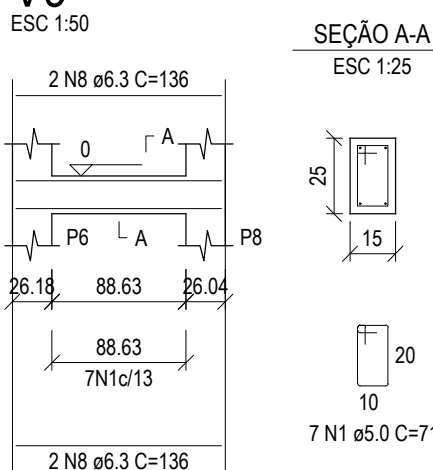
V7



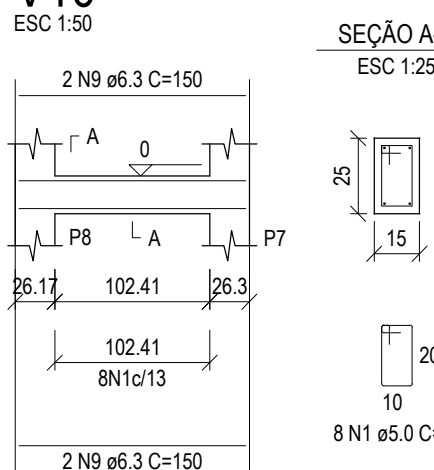
V8



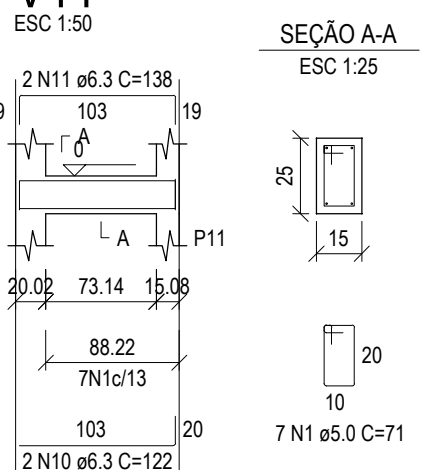
V9



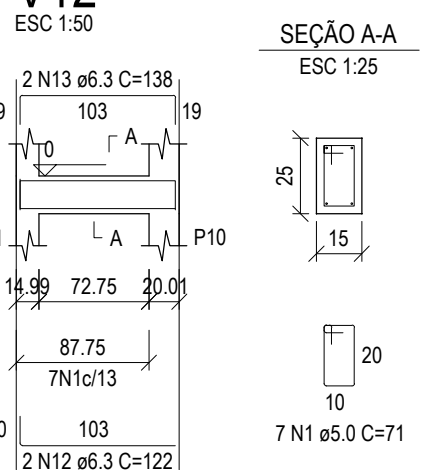
V10



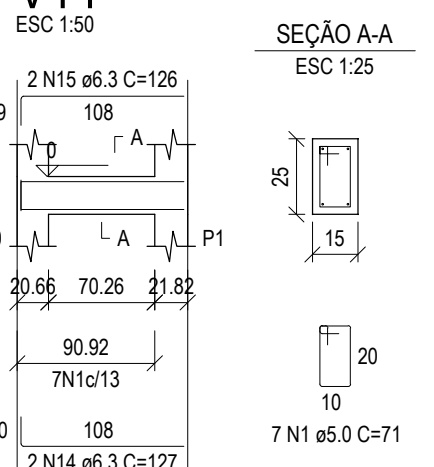
V11



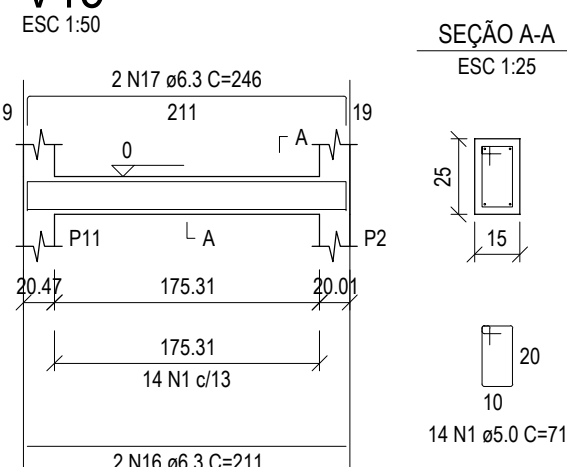
V12



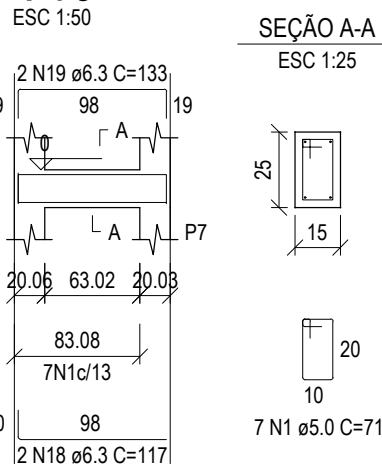
V14



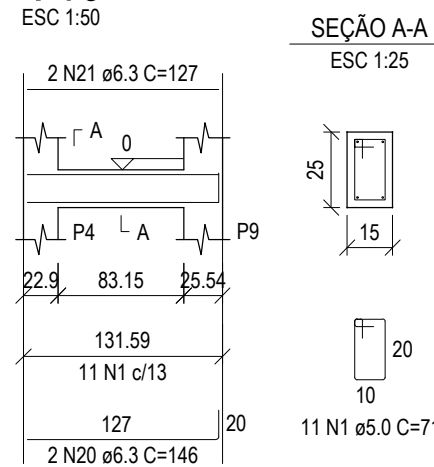
V15



V16



V19



RELAÇÃO DO AÇO

AÇO	N	DIAM (mm)	QUANT	C.UNIT (cm)	C.TOTAL (cm)
CA60	1	5.0	118	71	8378
CA50	2	6.3	4	127	508
	3	6.3	4	120	480
	4	6.3	4	129	516
	5	6.3	4	135	540
	6	6.3	4	142	568
	7	6.3	4	127	508
	8	6.3	4	136	544
	9	6.3	4	150	600
	10	6.3	2	122	244
	11	6.3	2	138	276
	12	6.3	2	122	244
	13	6.3	2	138	276
	14	6.3	2	127	254
	15	6.3	2	126	252
	16	6.3	2	211	422
	17	6.3	2	246	492
	18	6.3	2	117	234
	19	6.3	2	133	266
	20	6.3	2	146	292
	21	6.3	2	127	254

RESUMO DO AÇO

AÇO	DIAM (mm)	C.TOTAL (m)	PESO + 0% (kg)
CA50	6.3	77.7	19
CA60	5.0	63.8	12.9
PESO TOTAL (kg)		19	12.9

Volume de concreto (C-30) = 0.48 m³
Área de forma = 8.26 m²

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA IBIÁ

PROJETO
ESTRUTURAL - MONUMENTO DA BÍBLIA PRAÇA DO EVANGÉLICO

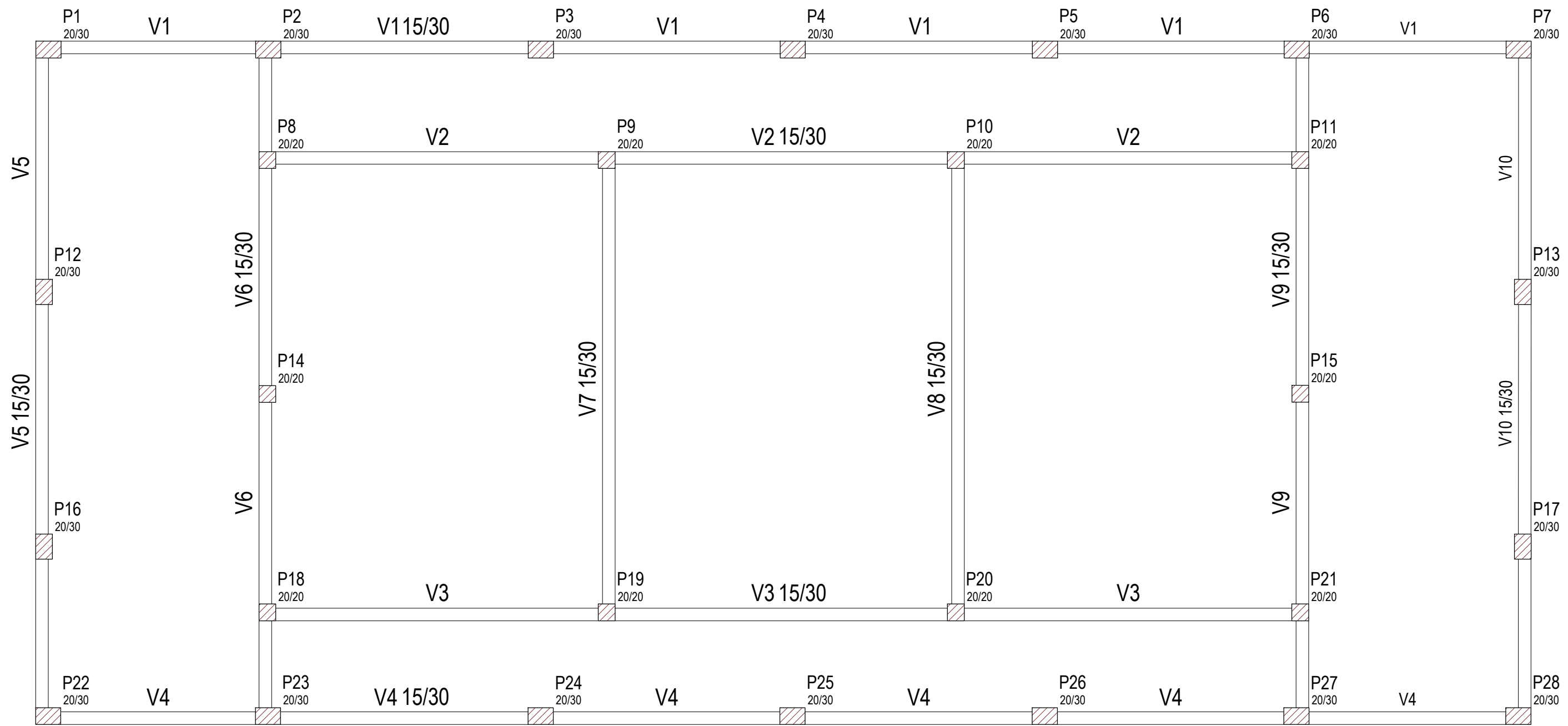
LOCAL:	NOVA IBIÁ / BA	OBJETO:	FUNDAÇÃO
ENDEREÇO:	ZONA URBANA	ART:	
RESPONSÁVEL TÉCNICO:	ADEBALDO RODRIGUES DOS SANTOS ENG. CIVIL CREA-184690	FRANCHA:	
ÁREA:	ESCALA: Indicada	DATA:	MAIO/2025
		VERSÃO:	01

NOTAS:

Resistência do concreto: 25MPa
Tensão admissível do solo: 2,00 kgf/cm²
Cobrimento das armaduras:

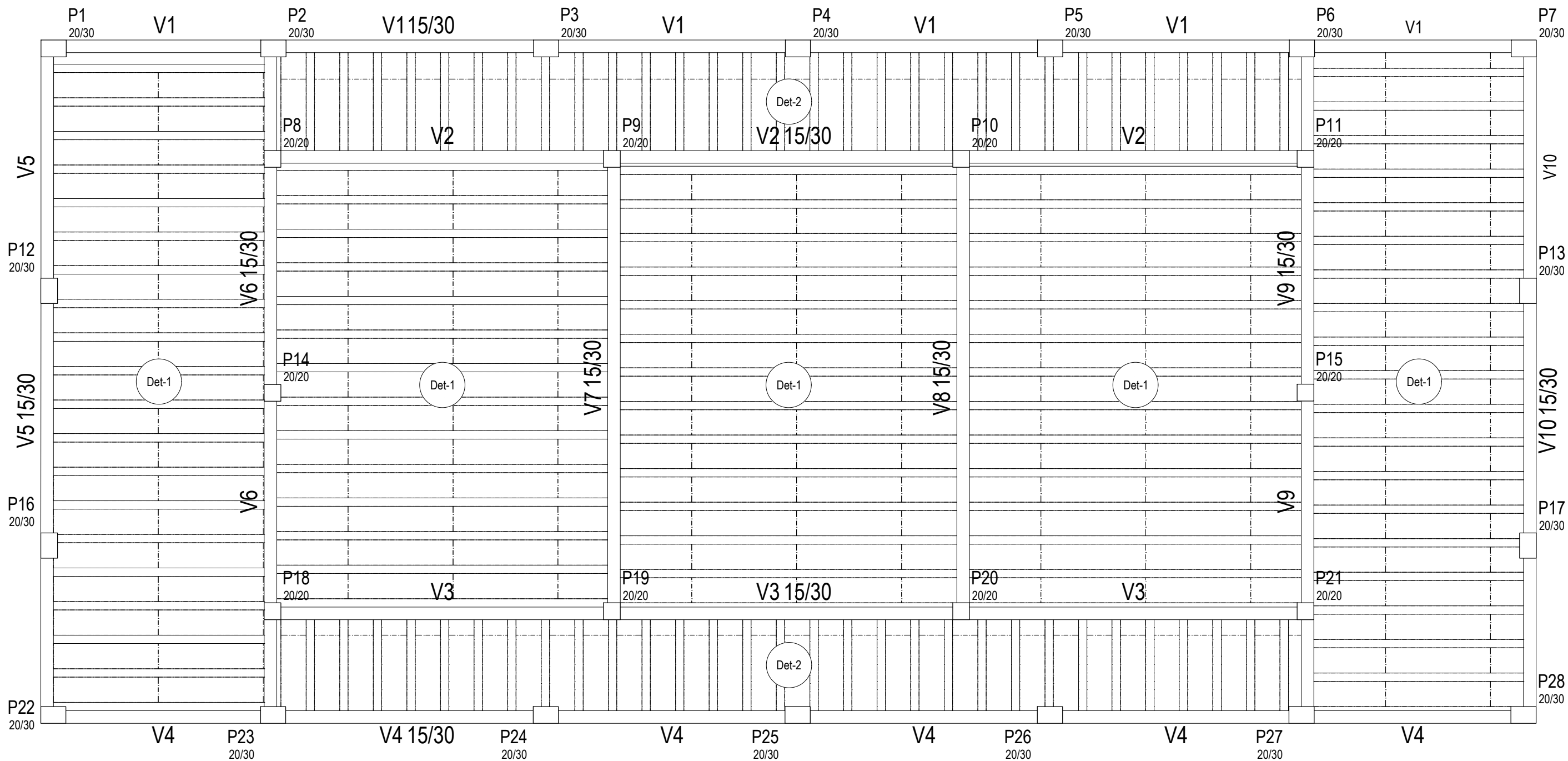
- Pilares: 3cm
- Vigas: 3cm
- Sapatas: 4.5cm
- Lajes: 2.5cm

Classe de Agressividade Ambiental: II



Forma do pavimento Fundação (Nível 0)
escala 1:50

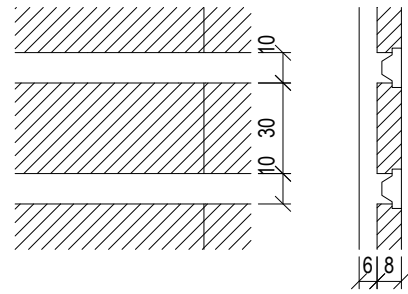
Legenda dos pilares	
	Pilar que passa



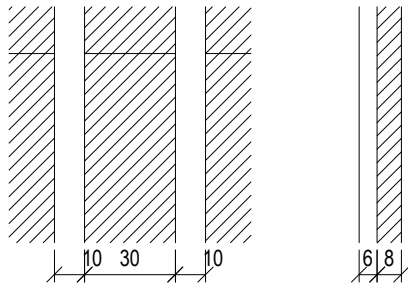
Forma do pavimento Palco (Nível 150)
escala 1:50

Legenda dos pilares	
	Pilar que morre

Detalhe 1 (esc. 1:25)



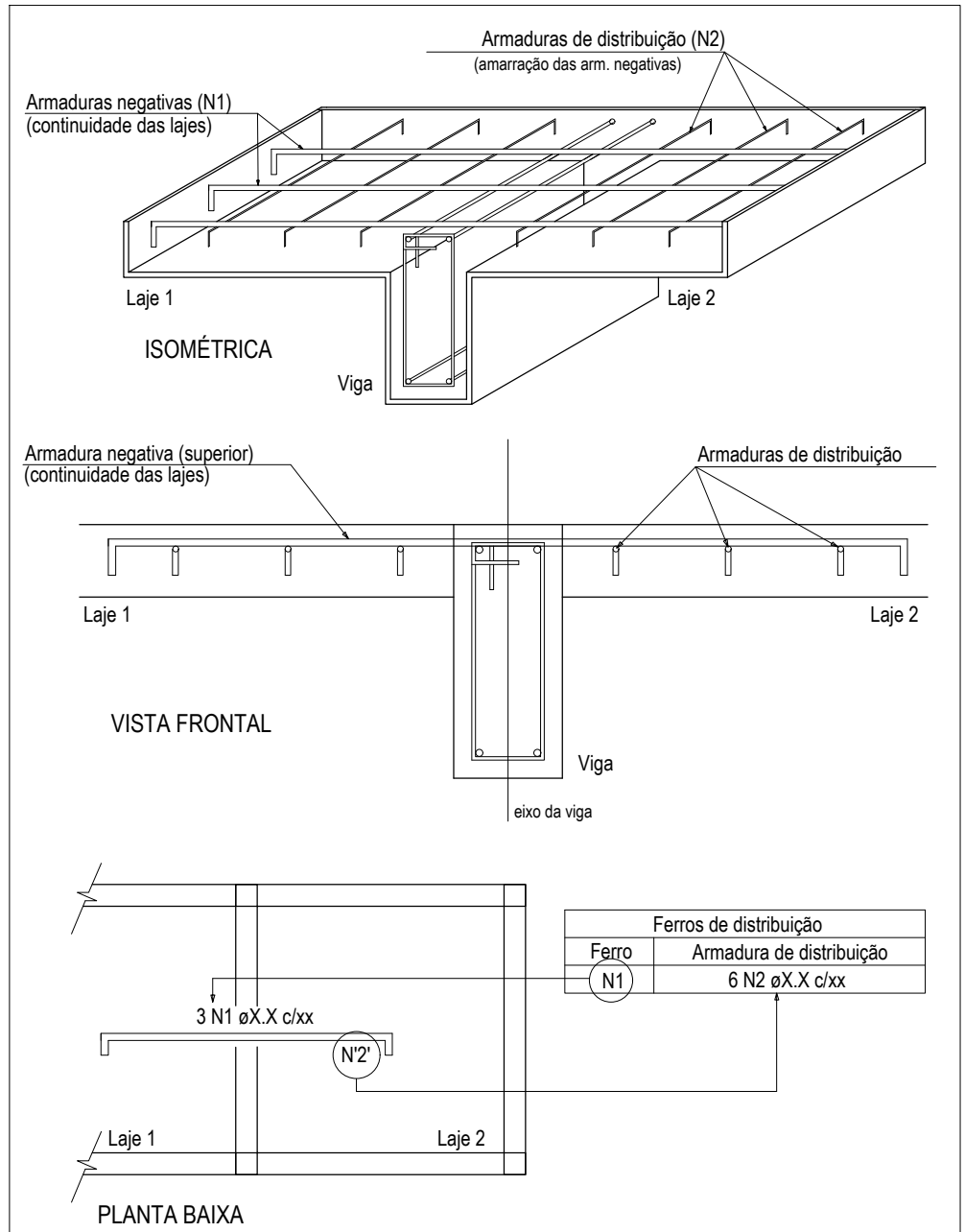
Detalhe 2 (esc. 1:25)



Trelixa TR 08644

Blocos de enchimento					Carregamento			
Detalhe	Tipo	Nome	Dimensões(cm)			Quantidade	(kg/m²)	
			hb	bx	by		AC	REV
1/2	EPS Unidirecional	B8/30/125	8	30	125	378	150	80

DETALHE DA ARMADURA SUPERIOR DE CONTINUIDADE DA LAJE
E MONTAGEM DA ARMADURA DE DISTRIBUIÇÃO



NOTA: A ARMADURA DE DISTRIBUIÇÃO DAS CONTINUIDADES DEVE SER ININTERRUPTA E COM TRASPASSE (CASO HAJA EMENDAS).

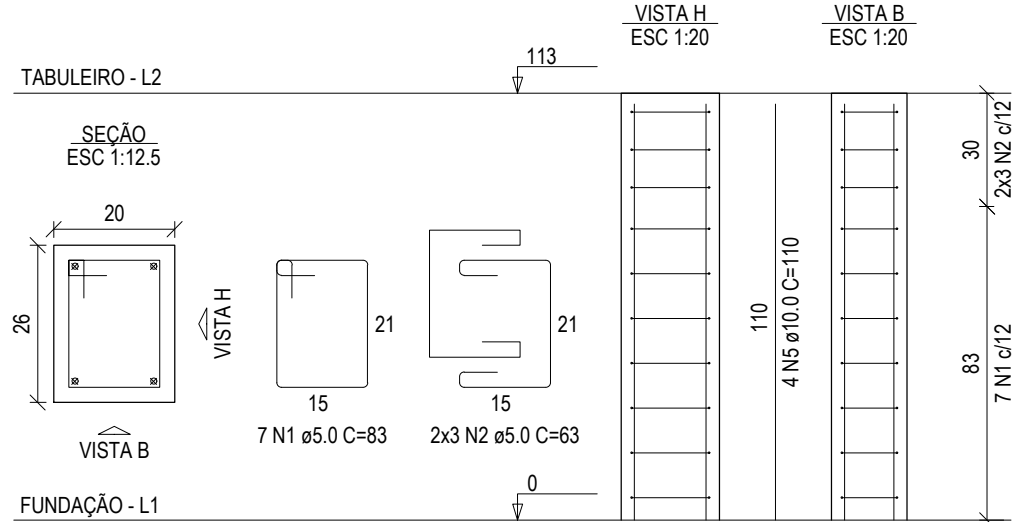
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA IBIÁ

PROJETO: ESTRUTURAL - PALCO - PRAÇA DO EVANGÉLICO			
LOCAL:	NOVA IBIÁ / BA	OBJETO:	PLANTA DE FÔRMAS
ENDEREÇO:	ZONA URBANA	ART:	FRANCA:
RESPONSÁVEL TÉCNICO:	ADEBALDO RODRIGUES DOS SANTOS ENG. CIVIL CREA 184590	VERSÃO:	01
ÁREA:	ESCALA: indicada	DATA:	MAIO/2025

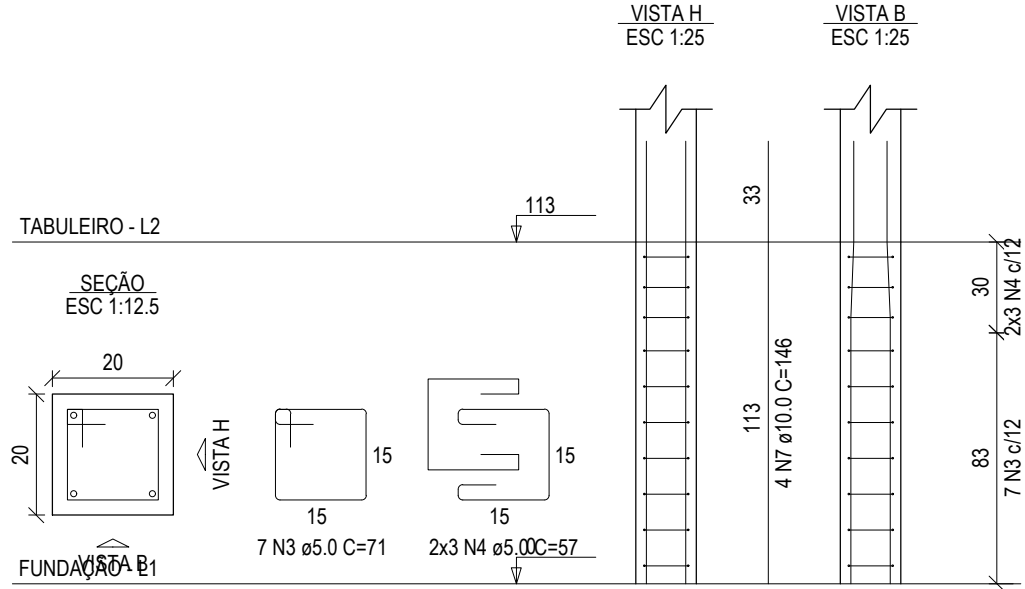
NOTAS:

Resistência do concreto: 25MPa
Tensão admissível do solo: 2.00 kgf/cm²
Cobrimento das armaduras:
- Pilares: 3cm
- Vigas: 3cm
- Sapatas: 4.5cm
- Lajes: 2.5cm
Classe de Agressividade Ambiental: II

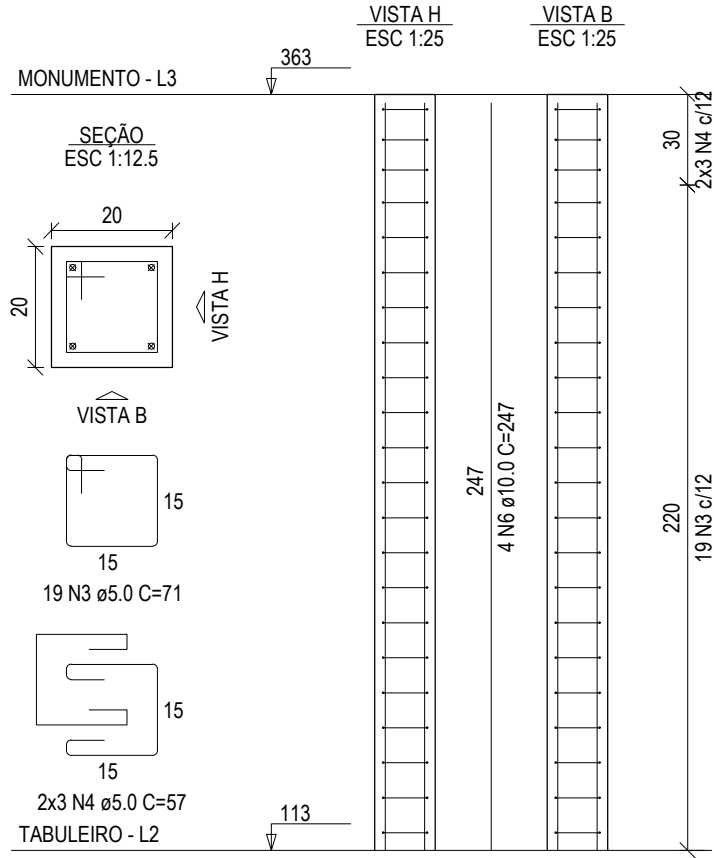
P1=P2=P3=P4=P5=P6=P7=P8



P9=P10=P11



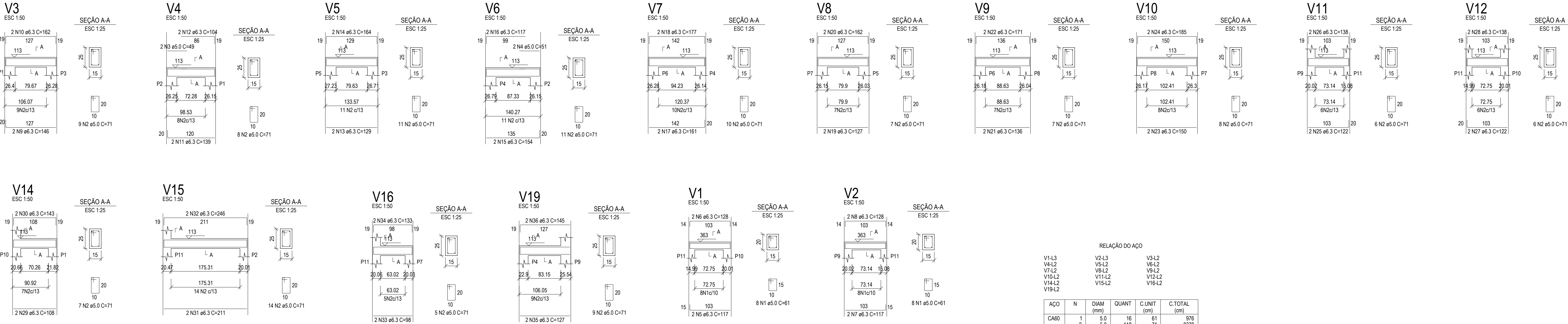
P9=P10=P11



RELAÇÃO DO AÇO					
AÇO	N	DIAM (mm)	QUANT	C.UNIT (cm)	C.TOTAL (cm)
CA60	1	5.0	56	83	4648
	2	5.0	48	63	3024
	3	5.0	78	71	5538
	4	5.0	36	57	2052
CA50	5	10.0	32	110	3520
	6	10.0	12	247	2964
	7	10.0	12	146	1752

RESUMO DO AÇO			
AÇO	DIAM (mm)	C.TOTAL (m)	PESO + 0% (kg)
CA50	10.0	82.4	50.8
CA60	5.0	152.6	23.5
PESO TOTAL (kg)			
CA50		50.8	
CA60		23.5	

Volume de concreto (C-30) = 0.91 m³
Área de forma = 17.03 m²



RELAÇÃO DO AÇO					
AÇO	N	DIAM (mm)	QUANT	C.UNIT (cm)	C.TOTAL (cm)
CA60	1	5.0	16	61	976
	2	5.0	118	71	8378
	3	5.0	2	49	98
	4	5.0	2	51	102
	5	6.3	2	117	234
	6	6.3	2	128	256
	7	6.3	2	117	234
	8	6.3	2	128	256
	9	6.3	2	146	292
	10	6.3	2	162	324
	11	6.3	2	139	278
	12	6.3	2	104	208
	13	6.3	2	129	258
	14	6.3	2	164	328
	15	6.3	2	154	308
CA50	16	6.3	2	117	234
	17	6.3	2	161	322
	18	6.3	2	177	354
	19	6.3	2	127	254
	20	6.3	2	162	324
	21	6.3	2	136	272
	22	6.3	2	171	342
	23	6.3	2	150	300
	24	6.3	2	185	370
	25	6.3	2	122	244
	26	6.3	2	138	276
	27	6.3	2	122	244
	28	6.3	2	138	276
	29	6.3	2	108	216
	30	6.3	2	143	286
CA50	31	6.3	2	211	422
	32	6.3	2	246	492
	33	6.3	2	98	196
	34	6.3	2	133	266
	35	6.3	2	127	254
	36	6.3	2	145	290

RESUMO DO AÇO			
AÇO	DIAM (mm)	C.TOTAL (m)	PESO + 0% (kg)
CA50	6.3	92.1	22.5
CA60	5.0	95.5	14.7
PESO TOTAL (kg)			
CA50		22.5	
CA60		14.7	

Volume de concreto (C-30) = 0.53 m³
Área de forma = 5.44 m²

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA IBIÁ

PROJETO:
ESTRUTURAL - MONUMENTO DA BÍBLIA PRAÇA DO EVANGÉLICO

LOCAL:
NOVA IBIÁ / BA

ENDEREÇO:
ZONA URBANA

RESPONSÁVEL TÉCNICO:
ADEBALDO RODRIGUES DOS SANTOS
ENG. CIVIL CREA 184690

ÁREA:

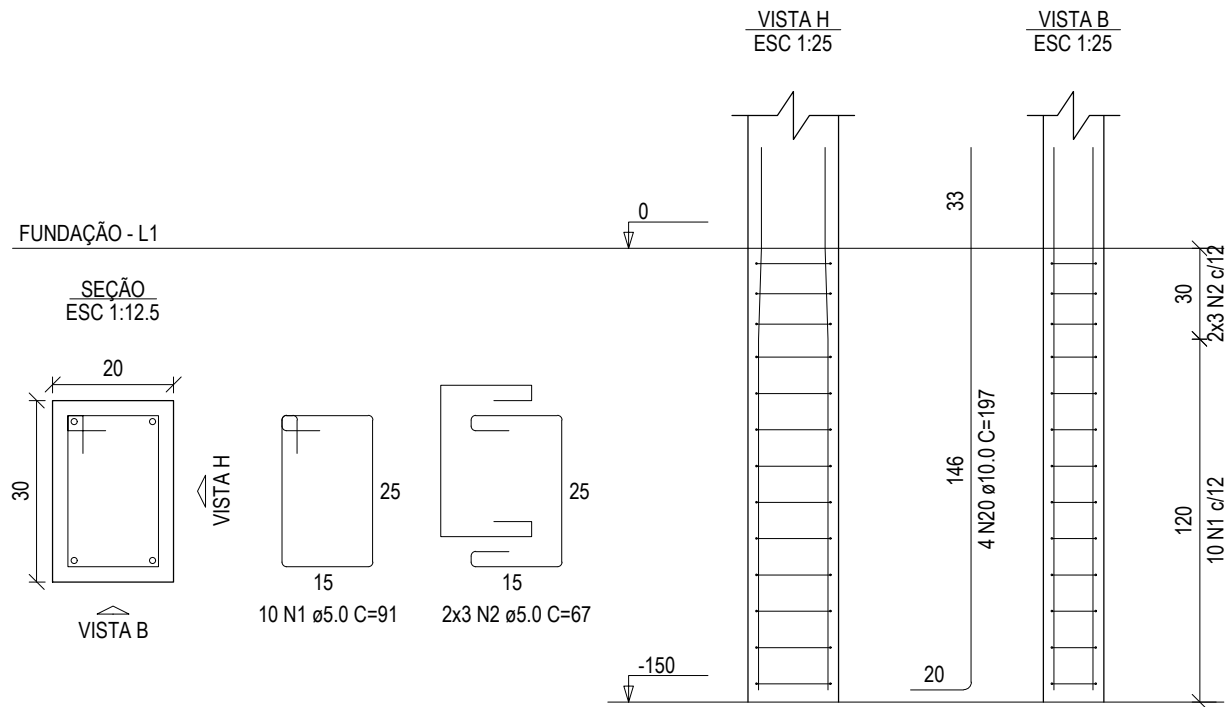
OBJETO:
PLANTA DE PILARES E VIGAS

ART:
FRANCHA:

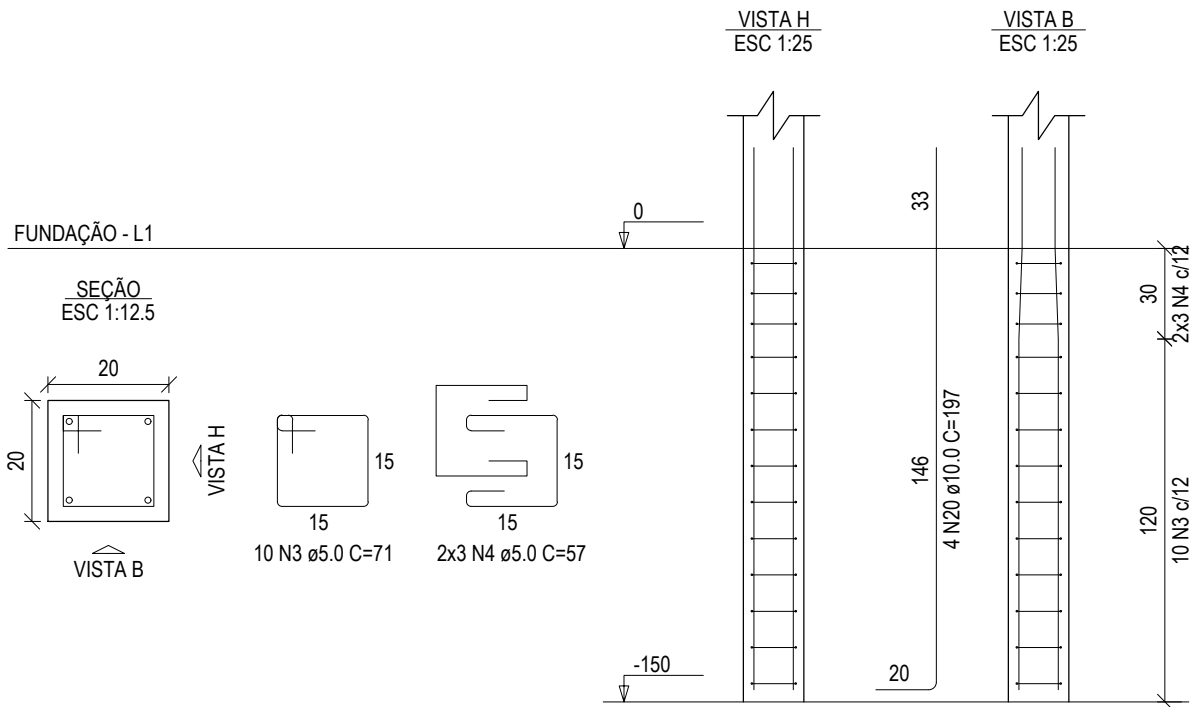
VERSÃO:
01

03

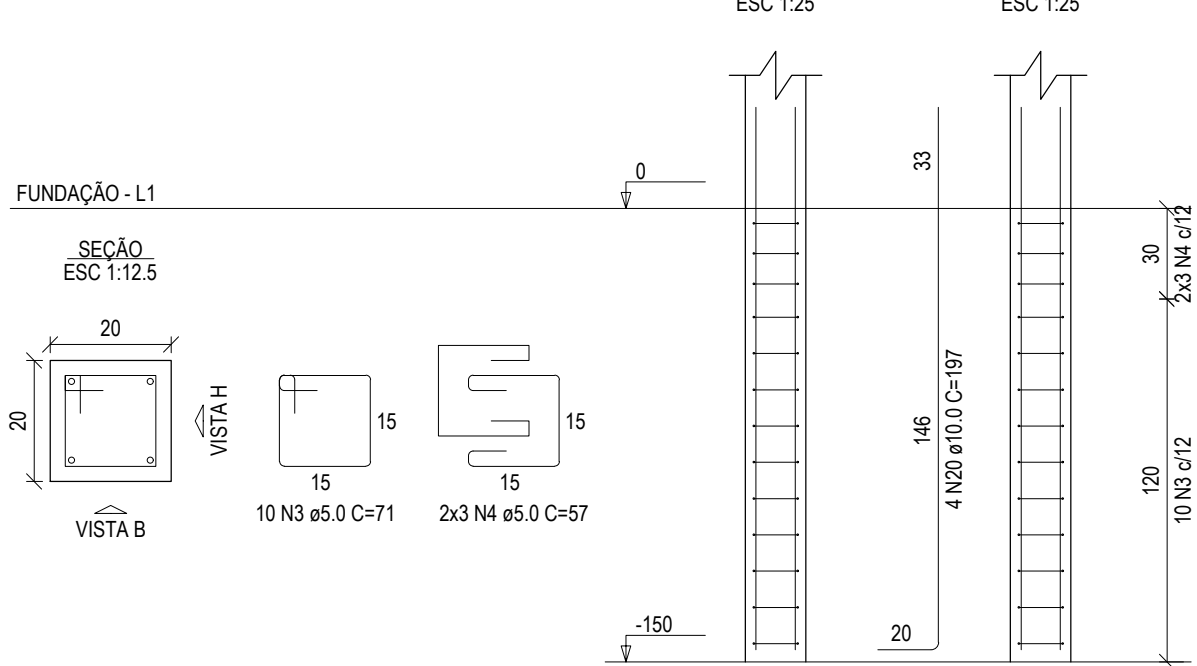
P1=P2=P3=P4=P5=P6=P7=P12=P13=P16=P17=
=P22=P23=P24=P25=P26=P27=P28



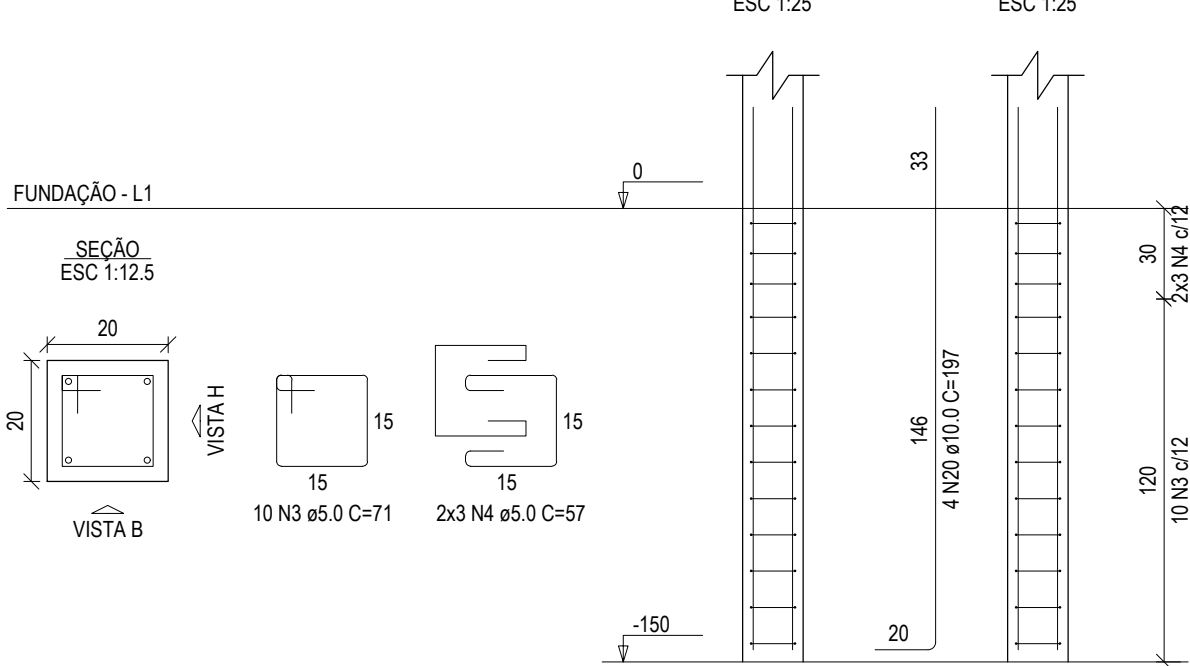
P8=P11=P14=P15=P18=P21



P9



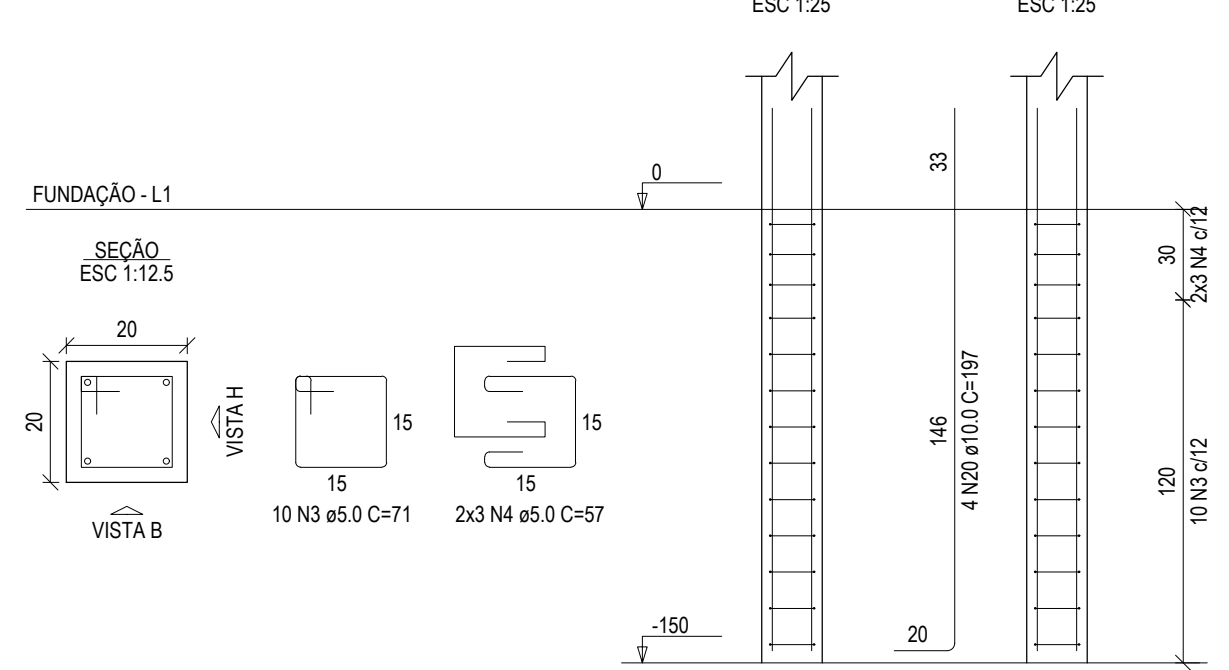
P10



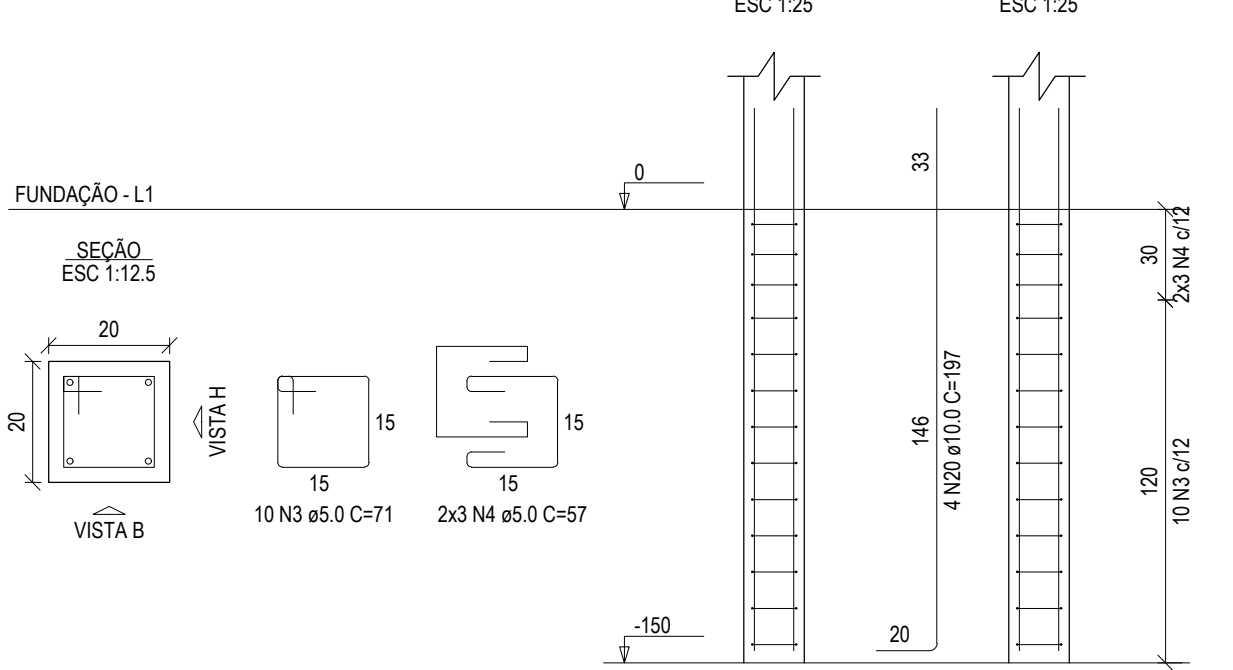
RELAÇÃO DO AÇO					
AÇO	N	DIAM (mm)	QUANT	C.UNIT (cm)	C.TOTAL (cm)
CA60	1	5.0	180	91	16380
	2	5.0	108	67	7236
	3	5.0	100	71	7100
	4	5.0	60	57	3420
	5	5.0	642	81	52002
CA50	6	8.0	90	72	6480
	7	8.0	110	82	9020
	8	8.0	48	97	4656
	9	8.0	40	77	3080
	10	8.0	4	911	3644
	11	8.0	4	889	3556
	12	8.0	4	1200	4800
	13	8.0	4	612	2448
	14	8.0	4	844	3376
	15	8.0	4	434	1736
	16	8.0	4	1147	4588
	17	8.0	4	178	712
CA60	18	8.0	8	809	6472
	19	8.0	8	853	6824
	20	10.0	112	197	22064
	21	12.5	4	588	2352
	22	12.5	4	614	2456

RESUMO DO AÇO			
AÇO	DIAM (mm)	C.TOTAL (m)	PESO + 0% (kg)
CA50	8.0	613.9	242.2
CA60	10.0	220.6	136
CA60	12.5	48.1	46.3
CA60	5.0	861.4	132.8
PESO TOTAL (kg)		424.6	132.8
Volume de concreto (C-25) = 9.25 m³			
Área de forma = 116.79 m²			

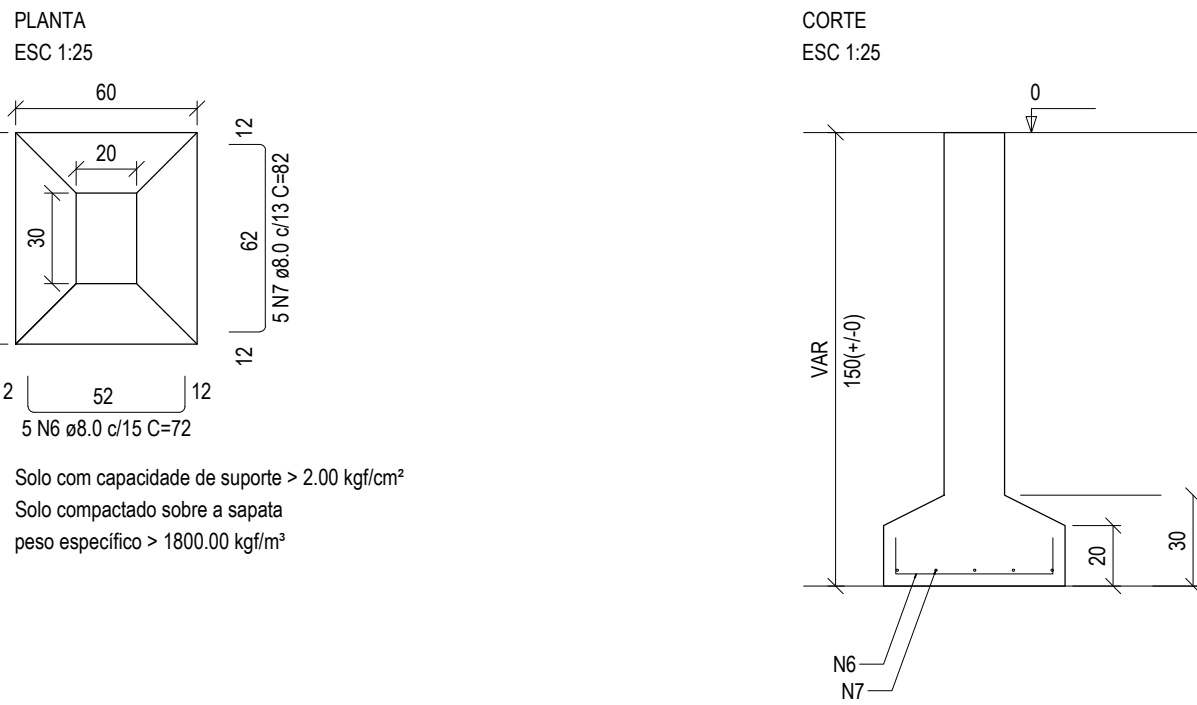
P19



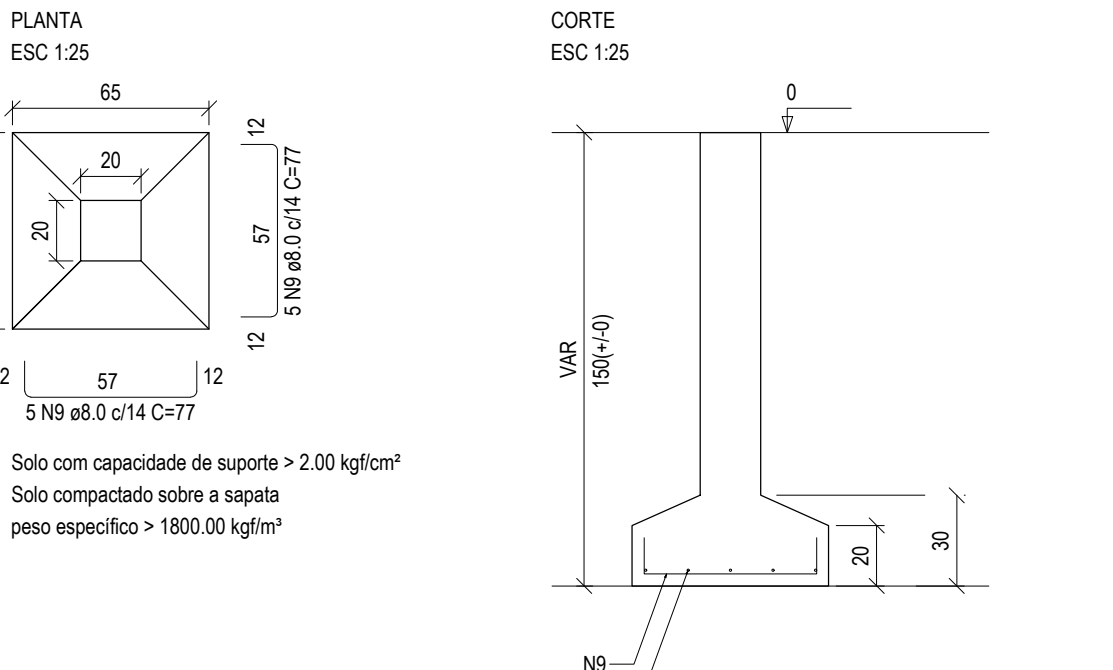
P20



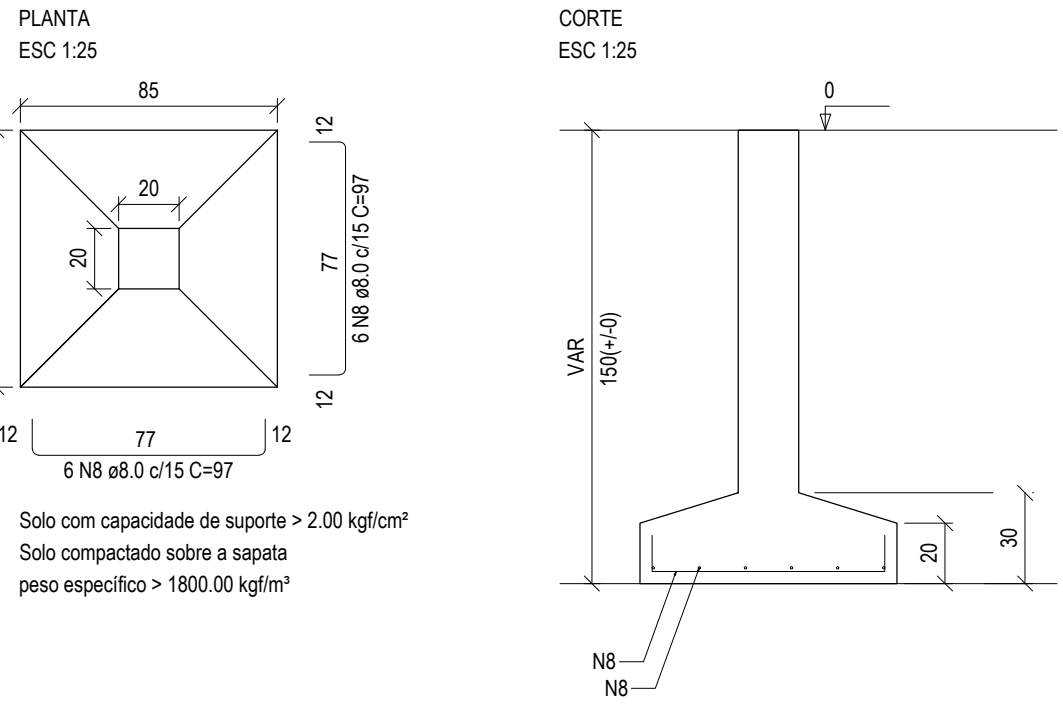
S1=S2=S3=S4=S5=S6=S7=S12=S13=S16=S17
=S22=S23=S24=S25=S26=S27=S28



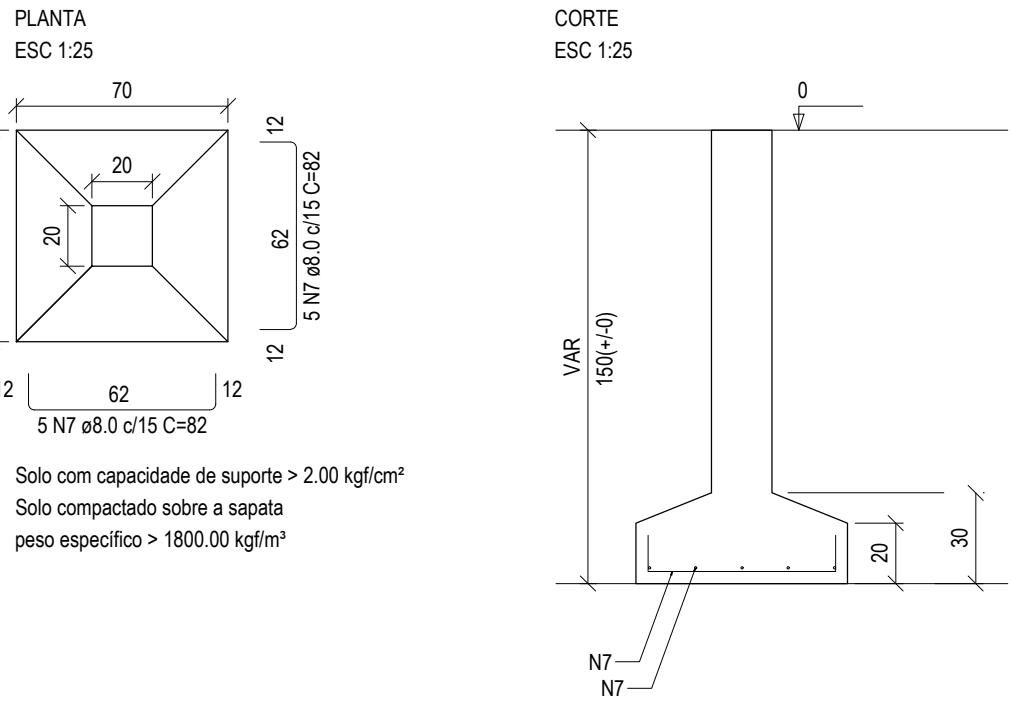
S8=S11=S18=S21



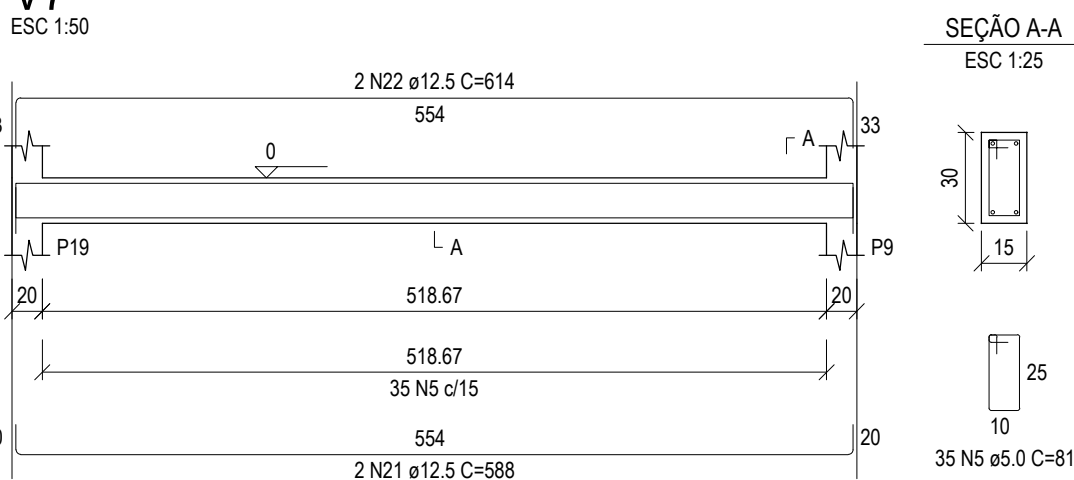
S9=S10=S19=S20



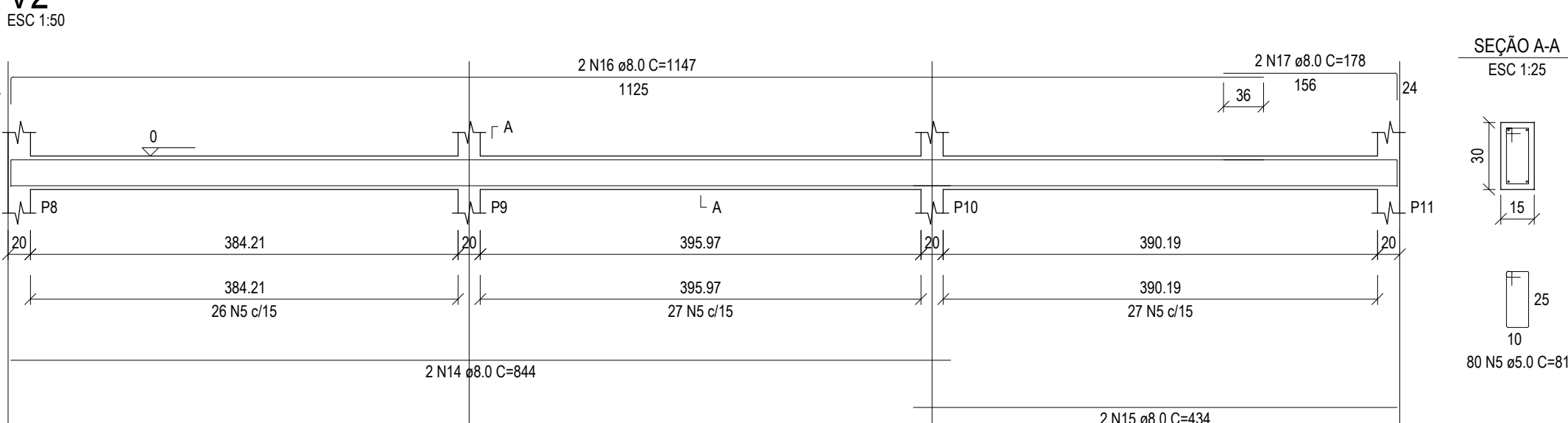
S14=S15



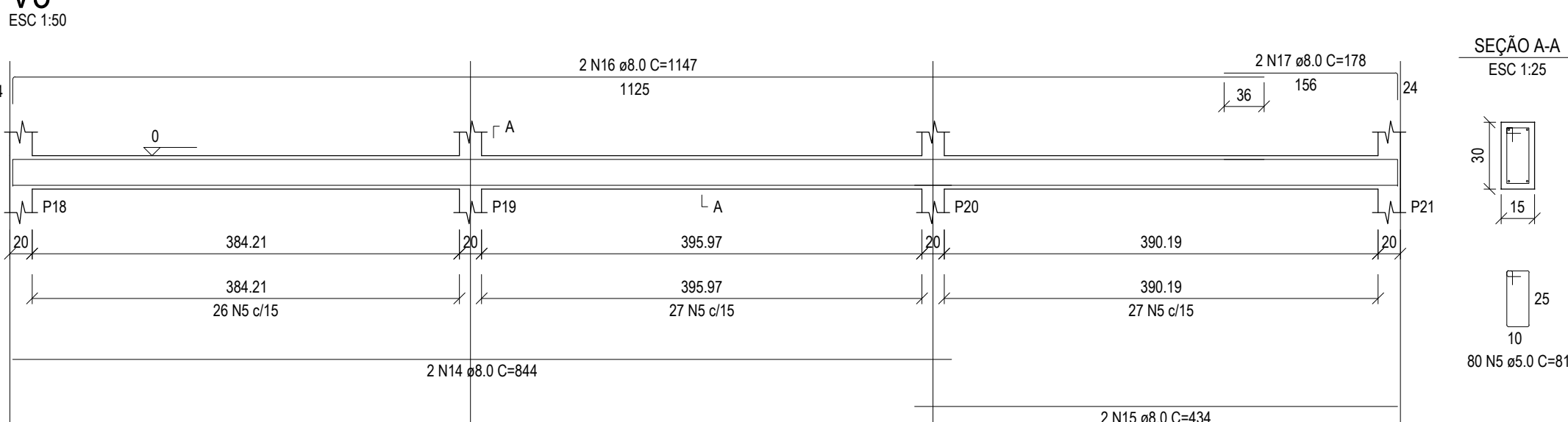
V7



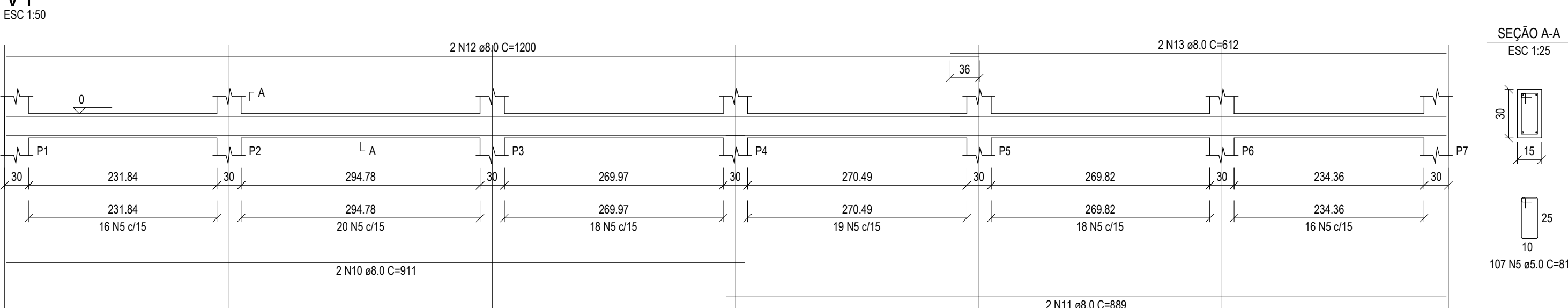
V2



V3



V1



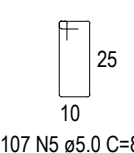
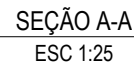
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA IBIÁ

PROJETO: ESTRUCTURAL - PALCO - PRAÇA DO EVANGÉLICO			
LOCAL: NOVA IBIÁ / BA		OBJETO: FUNDAÇÃO	
ENDEREÇO: ZONA URBANA		ART: PRANCHA:	
RESPONSÁVEL TÉCNICO: ADEBALDO RODRIGUES DOS SANTOS ENG. CIVIL CREA-18458/0		VERSÃO: 01	
ÁREA:	ESCALA: indicada	DATA: MAIO/2025	

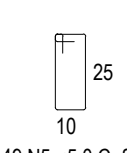


PROJETO:		PROJETO ELÉTRICO - PRAÇA DO EVANGÉLICO	
LOCAL:	NOVA IBÍÁ / BA	OBJETO:	CORTE ESQUEMÁTICO
ENDEREÇO:	ZONA URBANA	ART:	PRANCHA: 03
RESPONSÁVEL TÉCNICO:	ADEBALDO RODRIGUES DOS SANTOS ENG. CIVIL. CREA: 18459/D	VERSÃO:	
ÁREA:	ESCALA: indicada	DATA:	MAIO/2025

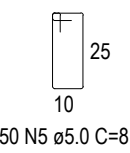
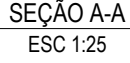
ESC 1:50



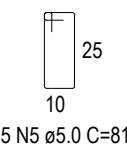
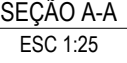
ESC 1:50



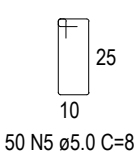
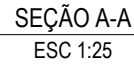
ESC 1:50



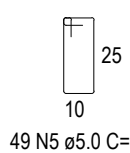
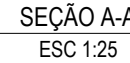
ESC 1:50



ESC 1:50



ESC 1:50



RELAÇÃO DO AÇO

RESUMO DO AÇO

Volume de concreto (C-25) = 4.22 m³
Área de forma = 70.31 m²

NOTAS:

Resistência do concreto: 25MPa
Tensão admissível do solo: 2,00 kgf/cm²
Cobrimento das armaduras:
- Pilares: 3cm
- Vigas: 3cm
- Sapatas: 4.5cm
- Lajes: 2.5cm
Classe de Agressividade Ambiental: II

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA IBIÁ

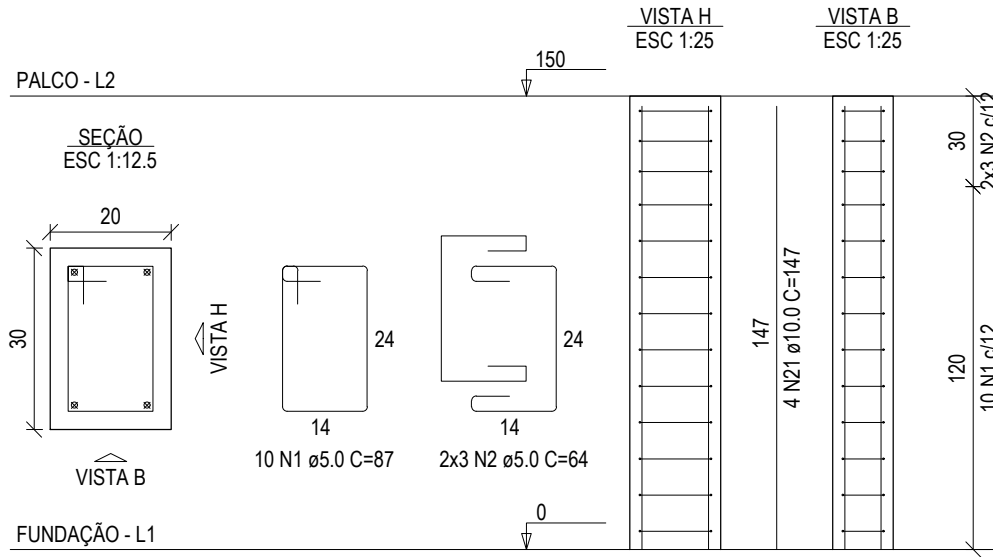
PROJETO: ESTRUTURAL - PALCO - PRAÇA DO EVANGÉLICO

LOCAL: NOVA IBÍÁ / BA		OBJETO: FUNDAÇÃO	
ENDEREÇO: ZONA URBANA			
RESPONSÁVEL TÉCNICO: ADEBALDO RODRIGUES DOS SANTOS ENG. CIVIL CREA: 146500		ART:	PRANCHA: 04
ÁREA:	ESCALA: indicada	DATA: MAIO/2025	
		VERSÃO: 01	

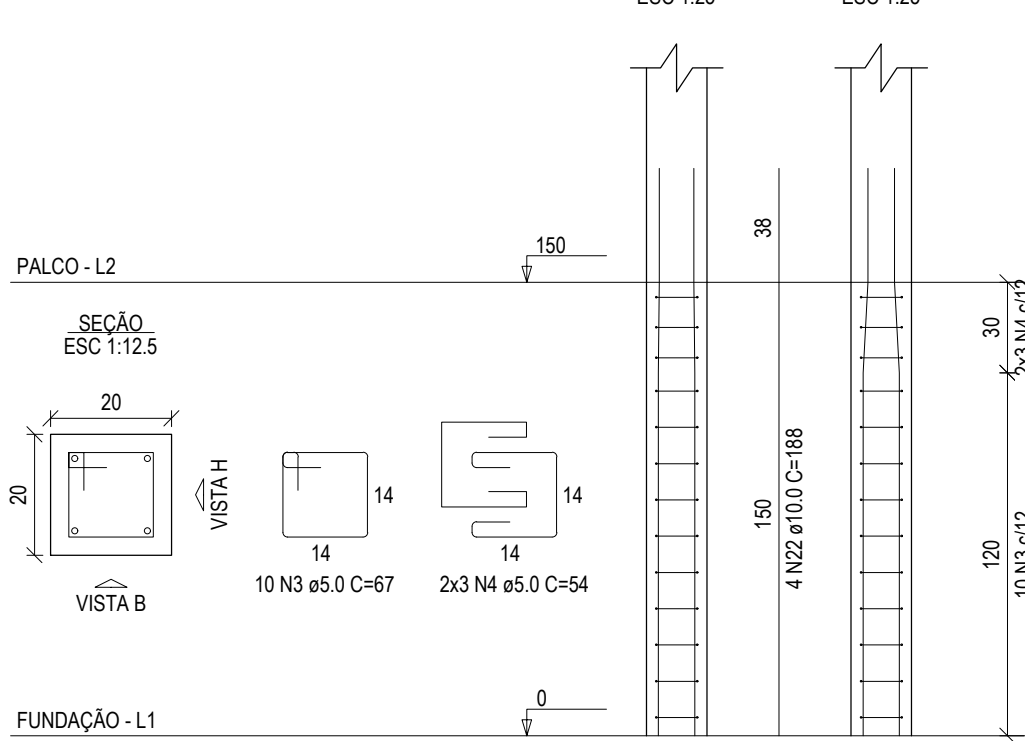
NOTAS:

Resistência do concreto: 25MPa
Tensão admissível do solo: 2,00 kgf/cm²
Cobrimento das armaduras:
- Pilares: 3cm
- Vigas: 3cm
- Sapatas: 4,5cm
- Lajes: 2,5cm
Classe de Agressividade Ambiental: II

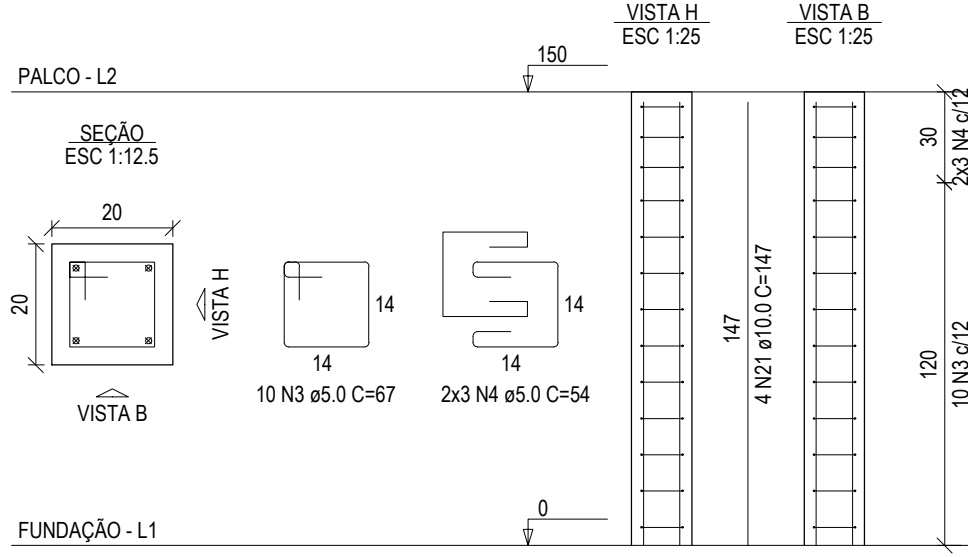
P1=P2=P3=P4=P5=P6=P7=P12=P13=P16=P17=
=P22=P23=P24=P25=P26=P27=P28



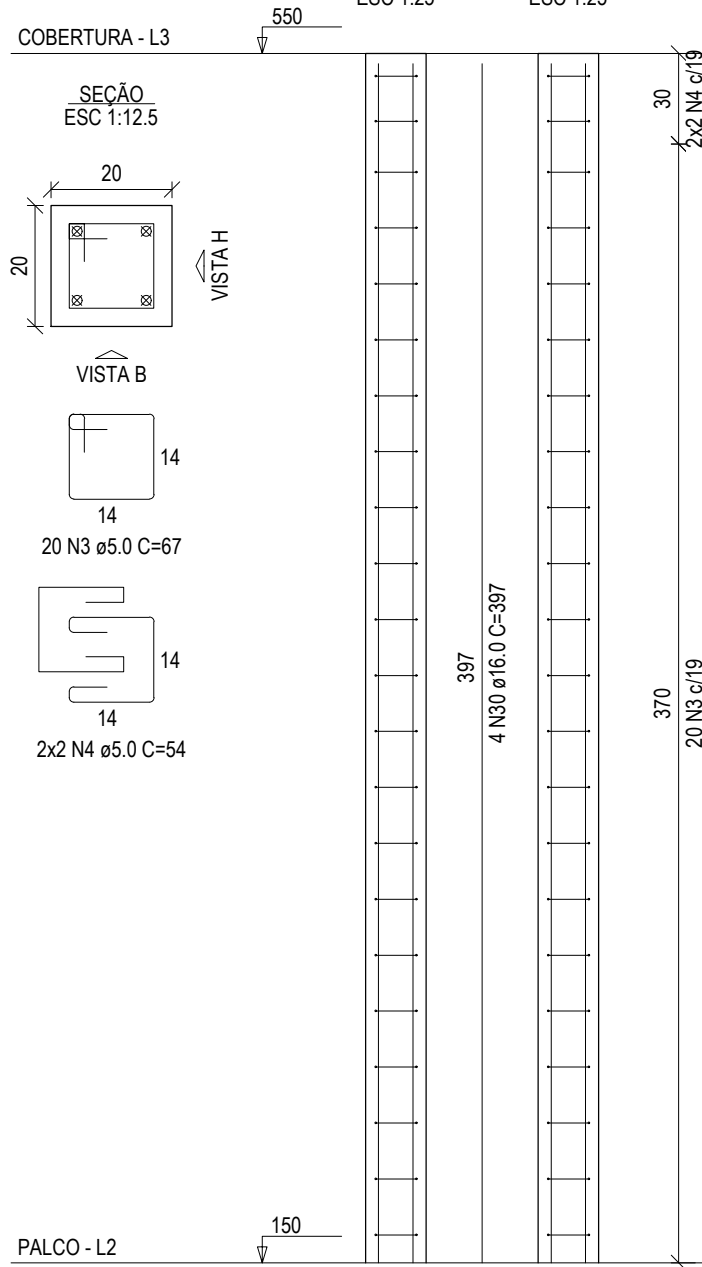
P8=P11



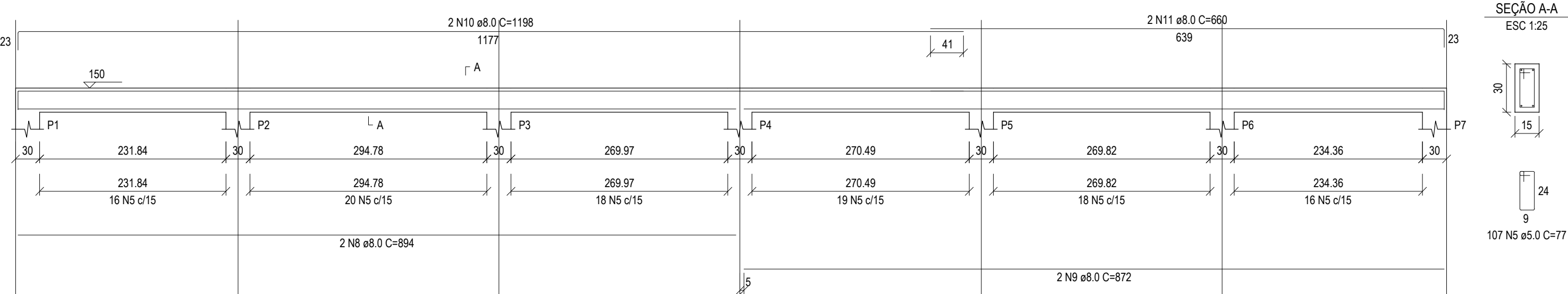
P14=P15=P18=P21



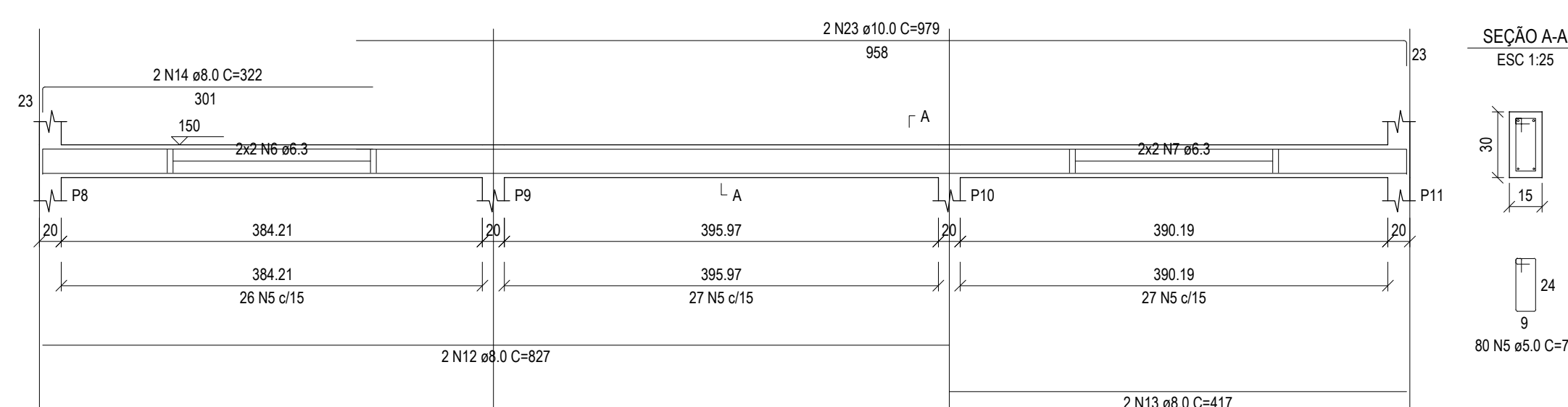
P8=P11



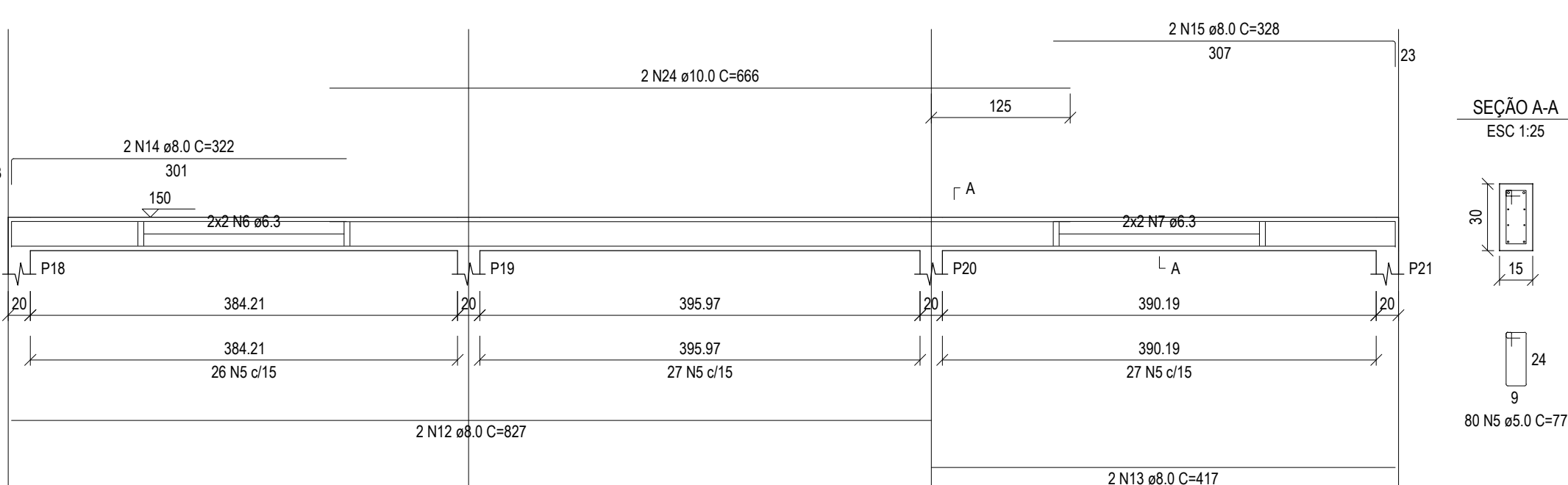
V1
ESC 1:50



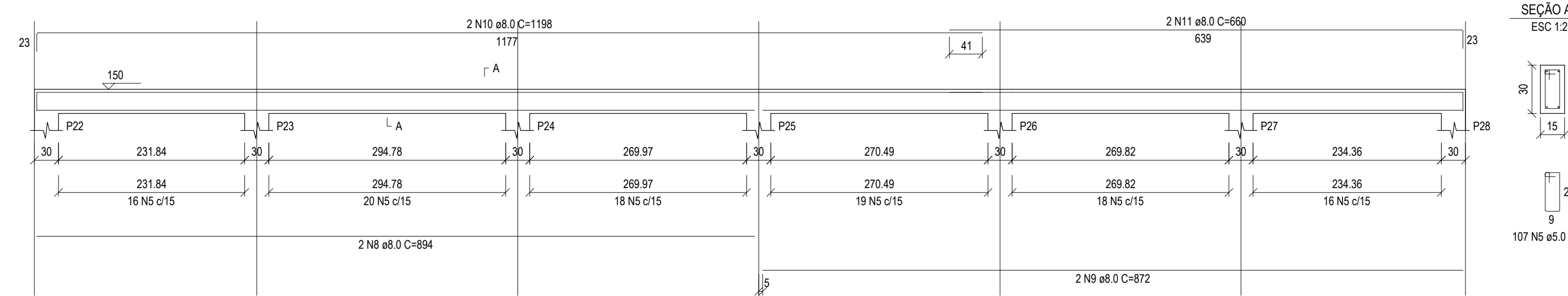
V2
ESC 1:50



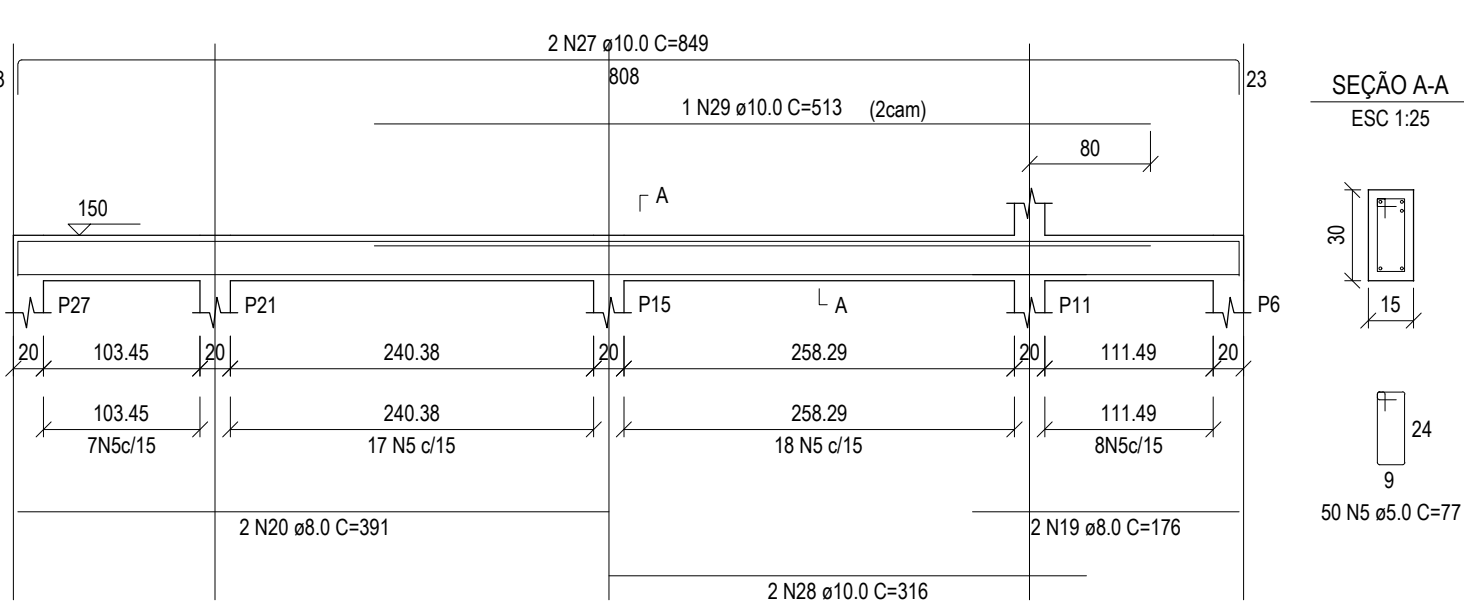
V3
ESC 1:50



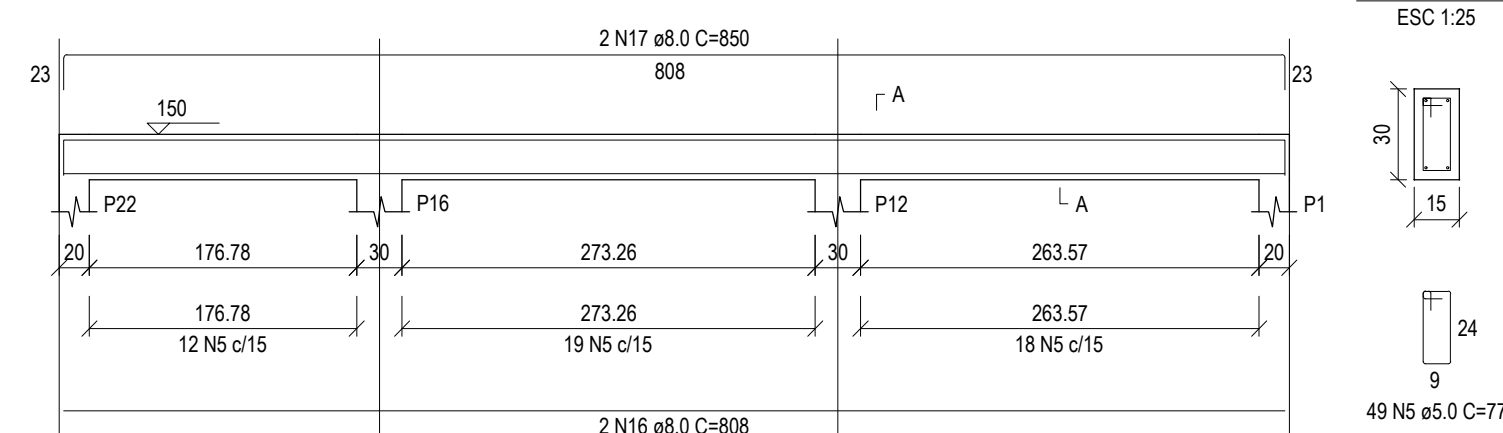
V4
ESC 1:50



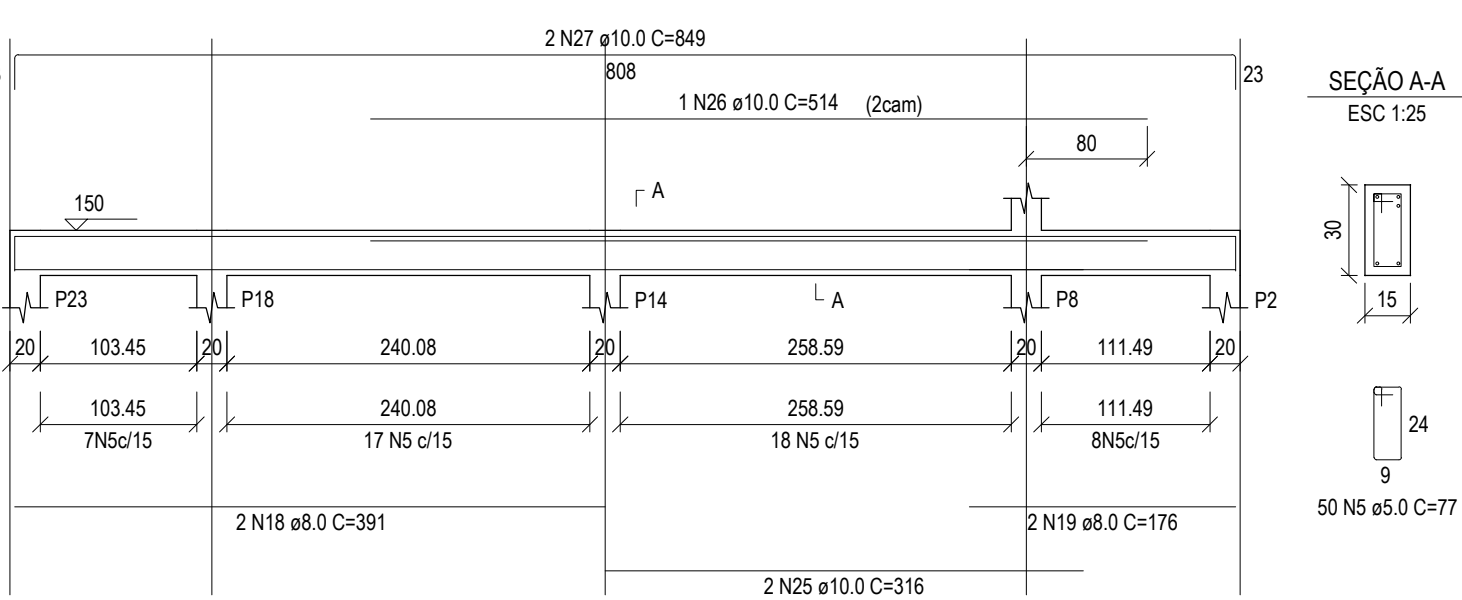
V9
ESC 1:50



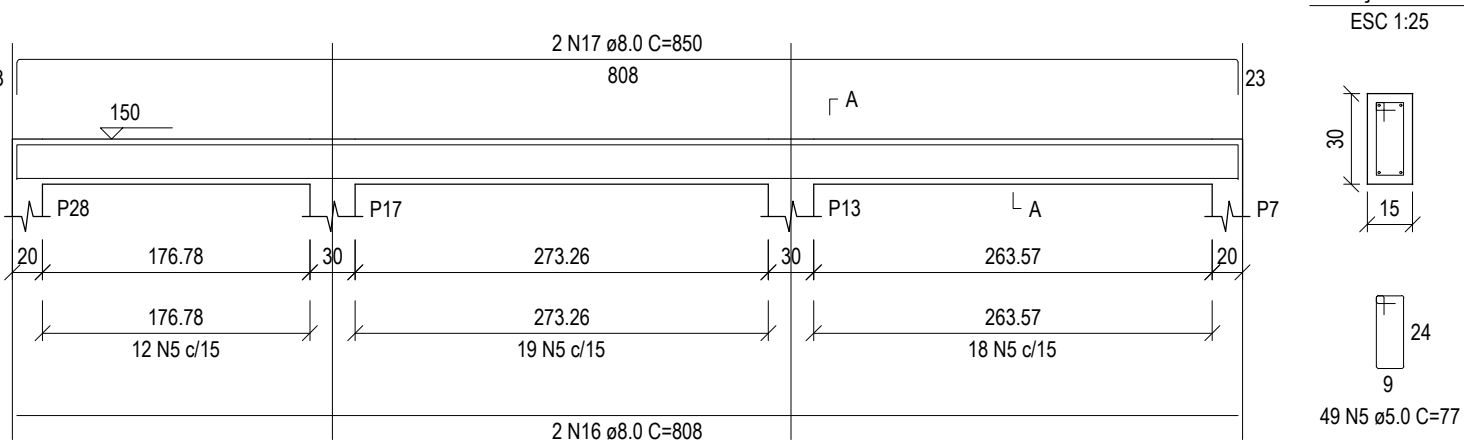
V5
ESC 1:50



V6
ESC 1:50



V10
ESC 1:50



RELAÇÃO DO AÇO

AÇO	N	DIAM (mm)	QUANT	C.UNIT (cm)	C.TOTAL (cm)
CA60	1	5.0	180	87	15660
	2	5.0	108	64	6912
	3	5.0	100	67	6700
	4	5.0	44	54	2376
	5	5.0	572	77	44044
CA50	6	6.3	8	corr	3344
	7	6.3	8	corr	3392
	8	8.0	4	894	3576
	9	8.0	4	872	3488
	10	8.0	4	1198	4792
	11	8.0	4	660	2640
	12	8.0	4	827	3308
	13	8.0	4	417	1668
	14	8.0	4	322	1288
	15	8.0	2	328	656
	16	8.0	4	808	3232
	17	8.0	4	850	3400
	18	8.0	2	391	782
	19	8.0	4	176	704
	20	8.0	2	391	782
	21	10.0	88	147	12936
	22	10.0	8	188	1504
	23	10.0	2	979	1958
	24	10.0	2	666	1332
	25	10.0	2	316	632
	26	10.0	1	514	514
	27	10.0	4	849	3396
	28	10.0	2	316	632
	29	10.0	1	513	513
	30	16.0	8	397	3176

RESUMO DO AÇO

AÇO	DIAM (mm)	C.TOTAL (m)	PESO + 0% (kg)
CA50	6.3	67.4	16.5
	8.0	303.2	119.6
	10.0	234.2	144.4
CA60	16.0	31.5	50.1
	5.0	756.9	116.7

PESO TOTAL (kg)

CA50	330.6
CA60	116.7

Volume de concreto (C-25) = 6.05 m³

Área de forma = 86.18 m²

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA IBIÁ

PROJETO: ESTRUTURAL - PALCO - PRAÇA DO EVANGÉLICO

LOCAL: NOVA IBIÁ / BA	OBJETO: PLANTA PILARES E VIGAS
ENDEREÇO: ZONA URBANA	
RESPONSÁVEL TÉCNICO: ADEBALDO RODRIGUES DOS SANTOS ENG. CIVIL CREA-18458/0	ART: PRANCHA:
ÁREA: ESCALA: indicada	DATA: MAIO/2025
VERSÃO: 01	05

Quadro de Composição do BDI

APELIDO DO EMPREENDIMENTO / DESCRIÇÃO DO LOTE

PRAÇA DO EVANGÉLICO

Conforme legislação tributária municipal, definir estimativa de percentual da base de cálculo para o ISS:	60,00%
Sobre a base de cálculo, definir a respectiva alíquota do ISS (entre 2% e 5%):	5,00%

BDI 1

TIPO DE OBRA

Construção de Praças Urbanas, Rodovias, Ferrovias e recapeamento e pavimentação de vias urbanas

Itens	Siglas	% Adotado
Administração Central	AC	3,80%
Seguro e Garantia	SG	0,32%
Risco	R	0,50%
Despesas Financeiras	DF	1,02%
Lucro	L	6,65%
Tributos (impostos COFINS 3%, e PIS 0,65%)	CP	3,65%
Tributos (ISS, variável de acordo com o município)	ISS	3,00%
Tributos (Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta - Lei 12.546 de 14/12/2011 - Desoneração)	CPRB	3,60%
BDI SEM desoneração (Fórmula Acórdão TCU)	BDI PAD	20,74%
BDI COM desoneração	BDI DES	25,59%

Situação	1º Quartil	Médio	3º Quartil
OK	3,80%	4,01%	4,67%
OK	0,32%	0,40%	0,74%
OK	0,50%	0,56%	0,97%
OK	1,02%	1,11%	1,21%
OK	6,64%	7,30%	8,69%
OK	3,65%	3,65%	3,65%
OK	0,00%	2,50%	5,00%
OK	3,60%	3,60%	3,60%
OK	19,60%	20,97%	24,23%

Os valores de BDI foram calculados com o emprego da fórmula:

$$BDI = \frac{(1+AC + S + R + G)*(1 + DF)*(1+L)}{(1-CP-ISS-CRPB)} - 1$$

Declaro para os devidos fins que, conforme legislação tributária municipal, a base de cálculo deste tipo de obra corresponde à 60%, com a respectiva alíquota de 5%.

#VALOR!

Observações:

NOVA IBIÁ - BA

Local

SEGUNDA FEIRA, 12 DE MAIO DE 2025

Data

Responsável Técnico

Nome: ADEBALDO RODRIGUES DOS SANTOS

CREA/CAU: 18.459/D

ART/RRT: 0

ASSINADO DIGITALMENTE

ADEBALDO RODRIGUES DOS SANTOS

A conformidade com a assinatura pode ser verificada em:
<https://serpro.gov.br/assinador-digital>

Serpro

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA IBIA													
CONSTRUÇÃO DE PRAÇA DO EVANGÉLICO NO MUNICÍPIO DE NOVA IBIA													
CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO													
ITEM	ETAPA	R\$ DA ETAPA	%	Mês 1		Mês 2		Mês 3		Mês 4		Mês 5	
				VALOR R\$	SIMPLES	VALOR R\$	SIMPLES	VALOR R\$	SIMPLES	VALOR R\$	SIMPLES	VALOR R\$	SIMPLES
1	SERVIÇOS PRELIMINARES	R\$ 11.271,11	3,16%	R\$ 11.271,11	100,0%	R\$ -	0,0%	R\$ -	0,0%	R\$ -	0,0%	R\$ -	0,0%
2	MOVIMENTAÇÃO DE TERRA E RETIRADA	R\$ 19.003,63	5,33%	R\$ 19.003,63	100,0%	R\$ -	0,0%	R\$ -	0,0%	R\$ -	0,0%	R\$ -	0,0%
3	PAVIMENTAÇÃO	R\$ 84.056,14	23,59%	R\$ 21.014,04	25,0%	R\$ 21.014,04	25,0%	R\$ 21.014,04	25,0%	R\$ 21.014,04	25,0%	R\$ -	0,0%
4	PALCO	R\$ 129.987,07	36,47%	R\$ -	0,0%	R\$ 38.996,12	30,0%	R\$ 38.996,12	30,0%	R\$ 51.994,83	40,0%	R\$ -	0,0%
5	MONUMENTO DA BÍBLIA	R\$ 46.288,89	12,99%	R\$ -	0,0%	R\$ -	0,0%	R\$ -	0,0%	R\$ 23.144,45	50,0%	R\$ 23.144,45	50,0%
6	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS DA PRAÇA	R\$ 22.984,62	6,45%	R\$ 4.596,92	20,0%	R\$ 4.596,92	20,0%	R\$ 6.895,39	30,0%	R\$ 6.895,39	30,0%	R\$ -	0,0%
7	MOBILIÁRIO URBANO	R\$ 28.966,64	8,13%	R\$ -	0,0%	R\$ -	0,0%	R\$ -	0,0%	R\$ -	0,0%	R\$ 28.966,64	100,0%
8	PAISAGISMO	R\$ 13.829,60	3,88%	R\$ -	0,0%	R\$ -	0,0%	R\$ -	0,0%	R\$ -	0,0%	R\$ 13.829,60	100,0%
Total (%) ...													
Total no período(R\$) ...		R\$ 356.387,70	100,00%	R\$ 55.885,70	15,68%	R\$ 64.607,1	18,13%	R\$ 66.905,5	18,77%	R\$ 103.048,7	28,91%	R\$ 65.940,7	18,50%
Total Acumulado (R\$) ...				R\$ 55.885,70	15,68%	R\$ 120.492,8	33,81%	R\$ 187.398,3	52,58%	R\$ 290.447,0	81,50%	R\$ 356.387,7	100,00%

Adebaldo Rodrigues dos Santos
Eng. Civil - Crea 18459/D

ASSINADO DIGITALMENTE
ADEBALDO RODRIGUES DOS SANTOS

A conformidade com a assinatura pode ser verificada em:
<https://serpro.gov.br/assinador-digital>



Composições Analíticas com Preço Unitário

Composições Principais

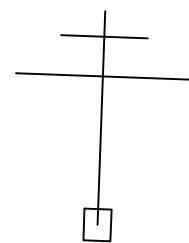
4.4.1	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total		
Composição	PMNI02	Próprio	ESTRUTURA METÁLICA EM PERFIL "U" SIMPLES, FIXADO COM CHAPA GROSSA DE 3/8" E ANCORADOS COM CHUMBADOR "J" 19mm - 200mm E CHUMBADOR PARABOLT 3/8" PARA COBERTURA DE PALCO		UND	1,0000000	11.247,94	11.247,94		
Composição Auxiliar	88317	SINAPI	SOLDADOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	H	12,0000000	36,54	438,48		
Composição Auxiliar	88278	SINAPI	MONTADOR DE ESTRUTURAS METÁLICAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	H	24,0000000	32,58	781,92		
Insumo	2947	ORSE-I	Parafuso J 19 x 200mm	Material	un	48,0000000	7,44	357,12		
Insumo	00040598	SINAPI-I	PERFIL "U" SIMPLES, EM CHAPA DOBRADA DE ACO LAMINADO, E = 3 MM, H = 125 MM, L = 50 MM (5,07 KG/M)	Material	KG	1.062,3200000	7,96	8.456,06		
Insumo	00043668	SINAPI-I	CHAPA DE ACO GALVANIZADA BITOLA GSG 20, E = 0,95 MM (7,60 KG/M2)	Material	KG	112,0800000	10,58	1.185,80		
Insumo	3292	ORSE-I	Chumbador parabolt 3/8" x 5"	Material	un	8,0000000	3,57	28,56		
					MO sem LS =>	914,76	LS =>	0,00	MO com LS =>	914,76
					Valor do BDI =>	0,00			Valor com BDI =>	11.247,94

5.2.4	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	PMNI02	Próprio	Copia da SBC (120712) - TEXTURA EFEITO CIMENTO QUEIMADO NERO		M2	1,0000000	111,38	111,38
Composição Auxiliar	88310	SINAPI	PINTOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	H	0,6200000	32,59	20,20
Composição Auxiliar	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	H	0,6200000	22,72	14,08
Insumo	6085	SINAPI-I	SELADOR ACRILICO OPACO PREMIUM INTERIOR/EXTERIOR	Material	L	4,0000000	10,98	43,92
Insumo	14214	ORSE-I	Tinta textura premium riscado, Graffiato ou similar, cores diversas	Material	KG	3,5000000	9,48	33,18

ASSINADO DIGITALMENTE
ADEBALDO RODRIGUES DOS SANTOS
A conformidade com a assinatura pode ser verificada em:
<https://serpro.gov.br/assinador-digital>

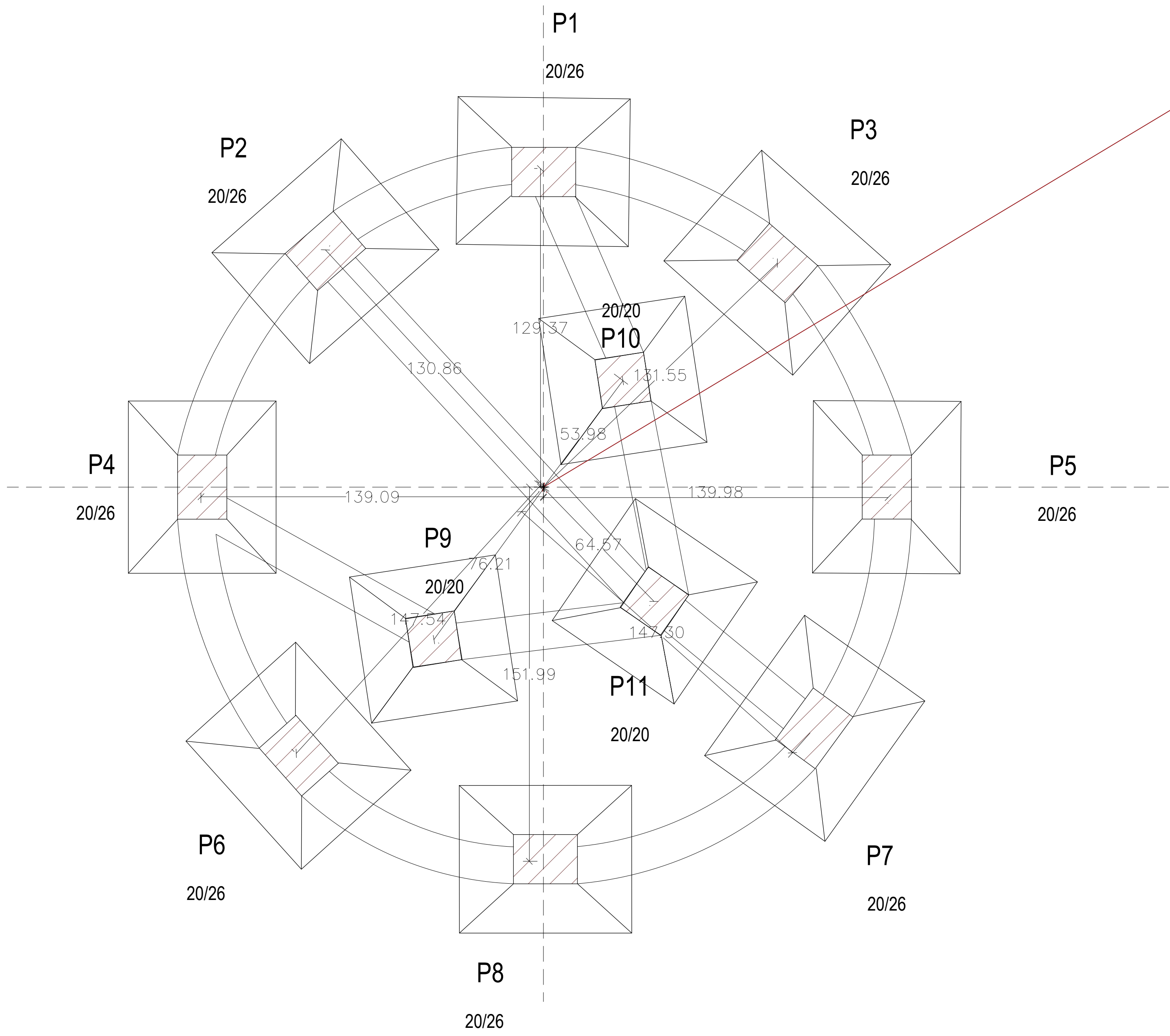


Adebaldo Rodrigues dos Santos
Eng Civil - CREA BA 18.459/D

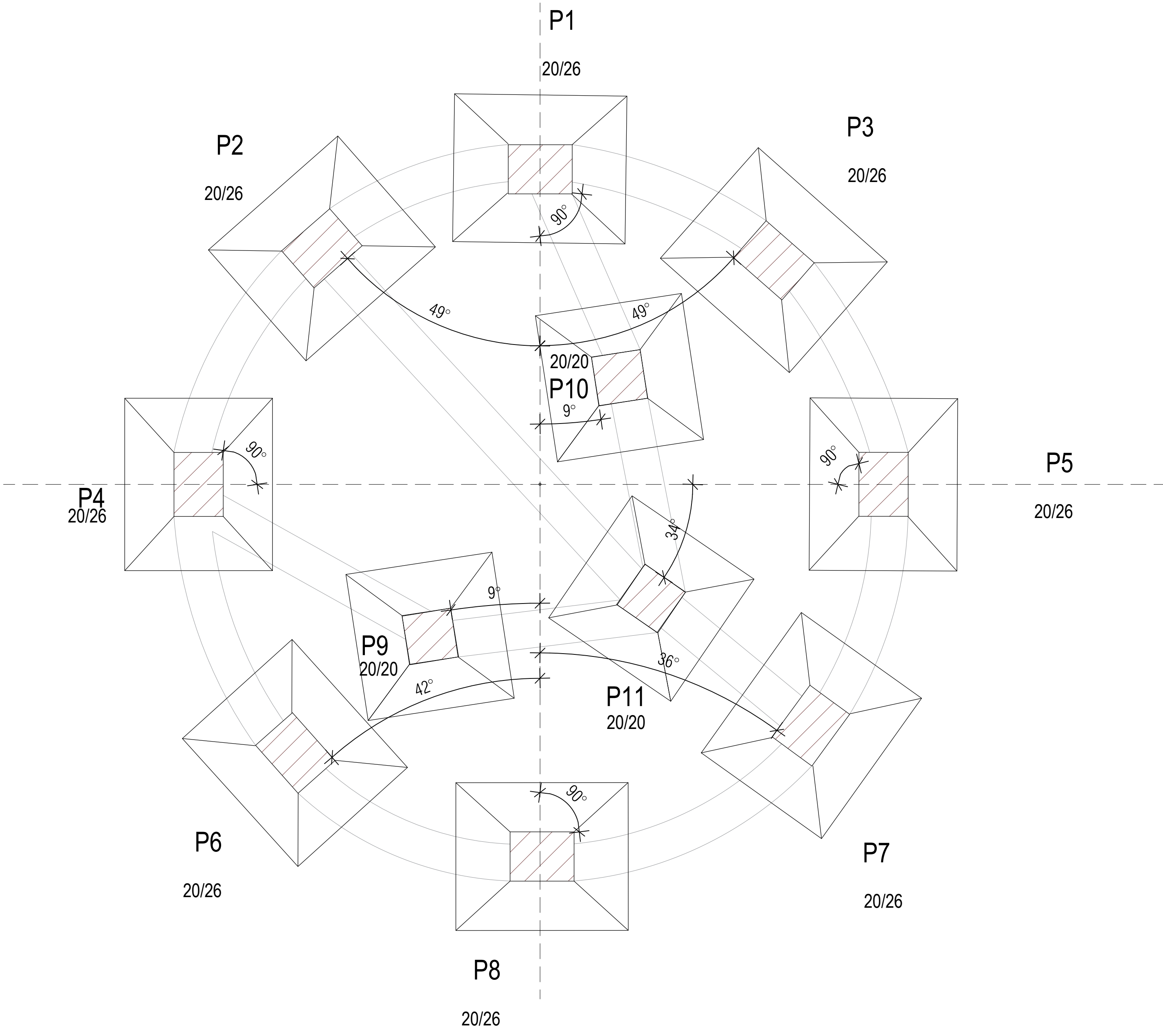


Poste existente

Nome		Piso		Posição	Nome		Fundação		H1 / H0	di
		Solo	Ar				Lado B	Lado A		
P1	20x26	143.2	266.0	A-2	S1		60	70	20	30
P2	20x26	60.5	266.9	A-1	S2		60	70	20	30
P3	20x26	244.1	262.1	A-3	S3		60	70	20	30
P4	20x26	51.4	161.1	B-1	S4		60	70	20	30
P5	20x26	288.6	161.1	B-3	S5		60	70	20	30
P6	20x26	49.7	53.0	C-1	S6		60	70	20	30
P7	20x26	269.1	63.1	B-3	S7		60	70	20	30
P8	20x26	148.9	10.0	C-2	S8		60	70	20	30
P9	20x20	194.5	99.3	B-2	S9		60	60	20	30
P10	20x20	181.4	204.4	A-2	S10		60	60	20	30
P11	20x20	194.1	114.8	B-2	S11		60	60	20	30



Planta de locação
escala 1:25



Planta de locação
escala 1:25



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA IBIÁ			
PROJETO: ESTRUTURAL - MONUMENTO DA BÍBLIA PRAÇA DO EVANGÉLICO			
LOCAL: NOVA IBIÁ / BA		OBJETO: PLANTA DE LOCAÇÃO	
ENDEREÇO: ZONA URBANA		RESPONSÁVEL TÉCNICO: ADENILDO RODRIGUES DOS SANTOS	
ÁREA: Indicação		DATA: MAIO/2025	
VERSÃO: 01		PRONOME: REF	

CONSTRUÇÃO DE PRAÇA DO EVANGÉLICO
NO MUNICÍPIO DE NOVA IBIÁ
MEMORIAL DE CÁLCULO

ITEM	DESCRIÇÃO	CÁLCULO					
1. SERVIÇOS PRELIMINARES							
1.1	PLACA DE OBRA	COMP	LARG			ÁREA	UNID.
		1,5	3			4,50	M2
1.2	LOCAÇÃO DE PRAÇAS	CONFORME PROJETO					
1.3	INSTALAÇÃO PROVISÓRIA DE ENERGIA ELÉTRICA					QUANT	
						1,00	UN
1.4	LOCAÇÃO DE CONTAINER					QUANT	
						5,00	MESES
1.5	LIGAÇÃO PREDIAL DE ÁGUA					QUANT	
						1,00	UN
2. MOVIMENTAÇÃO DE TERRA E RETIRADA							
2.1	LIMPEZA DE TERRENO	CONFORME PROJETO					
2.2	CARGA, MANOBRA E DESCARGA DE ENTULHO	AREA T.	ESP.	EMP.		VOLUME	
		1199,45	0,05	1,4		83,96	UN
2.3	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE	AREA T.	ESP.	EMP.	DMT	VOLUME	
		1199,45	0,05	1,4	1,2	100,75	M3XKM
2.4	ATERRO	AREA T.	ESP.	EMP.		VOLUME	
		144,37	0,5	1,4		101,06	M3
2.5	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE	AREA T.	ESP.	EMP.	DMT	VOLUME	
		144,37	0,5	1,4	1,2	121,27	M3XKM
3. PAVIMENTAÇÃO							
3.1	REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DE SUBLEITO					AREA	
						1199,45	M2
3.2	ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO)	287,43 m - CONFORME MEMÓRIA GRÁFICA					
3.3	ASSENTAMENTO DE MINI GUIA	88,47m - CONFORME MEMÓRIA GRÁFICA					
3.4	PISO INTERTRAVADO COR NATURAL				AREA		
					111,08		
					38,26		
					15,65		
					159,72	AREA T.	
					324,71	M2	

CONSTRUÇÃO DE PRAÇA DO EVANGÉLICO
NO MUNICÍPIO DE NOVA IBIÁ
MEMORIAL DE CÁLCULO

3.5	PISO INTERTRAVADO COLORIDO				AREA		
					1,42		
					1,82		
					10,82		
					79	AREA T.	
					93,06	M2	
3.6	LASTRO DE BRITA			AREA			
				324,71	0,1		
				93,06	0,1	QUANT	
						41,78	M3
3.7	RAMPA DE ACESSIBILIDADE					QUANT	
						3,00	UN
3.8	PISO TÁTIL				AREA		
					22,27		
					4,38		
					3,61	AREA T.	
					30,26	M2	
3.9	PINTURA DE DEMARCAÇÃO					QUANT	
						69,10	M
3.10	PINTURA DE SÍMBOLO		COMP.	LARG.	QTDE	ÁREA	
			1,2	1,2	1,00	1,44	UN
4. PALCO							
4.1 INFRAESTRUTURA							
4.1.1	ESCAVAÇÃO	COMP	LARG	PROF	QUANT	VOL	
						25,83	M3
	SAPATAS TIPO 1 - 60 X 70	0,7	0,8	1,5	18	15,12	
	SAPATAS TIPO 2 - 65 X 65	0,75	0,75	1,5	4	3,38	
	SAPATAS TIPO 3 - 70 X 70	0,8	0,8	1,5	2	1,92	
	SAPATAS TIPO 4 - 85 X 85	0,95	0,95	1,5	4	5,42	
4.1.2	FÔRMAS	CONFORME PROJETO ESTRUTURAL PALCO PRANCHA 03				ÁREA	
						116,79	KG
4.1.3	ARMAÇÃO AÇO CA60 5MM	CONFORME PROJETO ESTRUTURAL PALCO PRANCHA 03				PESO	
						132,80	KG
4.1.4	ARMAÇÃO AÇO CA50 8MM	CONFORME PROJETO ESTRUTURAL PALCO PRANCHA 03				PESO	
						242,20	KG
4.1.5	ARMAÇÃO AÇO CA50 10MM	CONFORME PROJETO ESTRUTURAL PALCO PRANCHA 03				PESO	
						136,00	KG
4.1.6	ARMAÇÃO AÇO CA50 12,5MM	CONFORME PROJETO ESTRUTURAL PALCO PRANCHA 03				PESO	
						46,30	KG
4.1.7	CONCRETO	CONFORME PROJETO ESTRUTURAL PALCO PRANCHA 03				VOL	
						9,25	M3
4.1.8	LANÇAMENTO	CONFORME PROJETO ESTRUTURAL PALCO PRANCHA 03				VOL	
						9,25	M3
4.1.9	IMPERMEABILIZAÇÃO	= AREA DE FORMA				ÁREA	
						116,79	M2
4.1.10	REATERRO	ESC	CONC			ÁREA	
		25,83	9,25			16,58	M2
4.2 SUPERESTRUTURA							
4.2.1	FÔRMAS	CONFORME PROJETO ESTRUTURAL PALCO PRANCHA 05				AREA	
						86,18	M2
4.2.2	ARMAÇÃO AÇO CA60 5MM	CONFORME PROJETO ESTRUTURAL PALCO PRANCHA 05				PESO	
						116,70	KG
4.2.3	ARMAÇÃO AÇO CA50 6,3MM	CONFORME PROJETO ESTRUTURAL PALCO PRANCHA 05				PESO	
						16,50	KG
4.2.4	ARMAÇÃO AÇO CA50 8MM	CONFORME PROJETO ESTRUTURAL PALCO				PESO	

CONSTRUÇÃO DE PRAÇA DO EVANGÉLICO
NO MUNICÍPIO DE NOVA IBIÁ
MEMORIAL DE CÁLCULO

4.2.4	ARMAÇÃO AÇO CA50 10MM	PRANCHA 05				119,60	KG
4.2.5	ARMAÇÃO AÇO CA50 10MM	CONFORME PROJETO ESTRUTURAL PALCO PRANCHA 05				PESO	
						144,40	KG
4.2.6	ARMAÇÃO AÇO CA50 16MM	CONFORME PROJETO ESTRUTURAL PALCO PRANCHA 05				PESO	
						50,10	KG
4.2.7	CONCRETO	CONFORME PROJETO ESTRUTURAL PALCO PRANCHA 05				VOL	
						6,05	M3
4.2.8	LANÇAMENTO	CONFORME PROJETO ESTRUTURAL PALCO PRANCHA 05				VOL	
						6,20	M3
4.2.9	IMPERMEABILIZAÇÃO	= AREA DE FORMA				VOL	
						86,18	M2
4.3 ESCADA							
4.3.1	ALVENARIA EM BLOCO DE CONCRETO	DEGRAU	ALT	ALT ALV	COMP	AREA	
		1	0,1875	0,1875	1,2	0,23	M2
		2	0,1875	0,375	1,2	0,45	M2
		3	0,1875	0,5625	1,2	0,68	M2
		4	0,1875	0,75	1,2	0,90	M2
		5	0,1875	0,9375	1,2	1,13	M2
		6	0,1875	1,125	1,2	1,35	M2
		7	0,1875	1,3125	1,2	1,58	M2
		8	0,1875	1,5	1,2	1,80	M2
				TOTAL	8,12	M2	
4.3.2	CHAPISCO			ALT	COMP	AREA	
				1,5	1,2	1,80	M2
4.3.3	REBOCO					AREA	
						1,80	M2
4.3.4	PINTURA					AREA	
						1,80	M3
4.4 ESTRUTURA METÁLICA							
4.4.1	ESTRUTURA METÁLICA EM PERFIL "U" SIMPLES, FIXADO COM CHAPA GROSSA DE 3/8" E ANCORADOS COM CHUMBADOR "J" 19mm - 200mm E CHUMBADOR PARABOLT 3/8" PARA COBERTURA DE PALCO	CONFORME PROJETO				1,00	UND
						1,00	UND
4.4.2	GRAUTE	COMP	LARG	QUANT	ESP	VOL	
		0,7	0,45	4	0,05	0,06	M3
4.4.3	TELHAMENTO COM TELHA METÁLICA	COMP	LARG			AREA	
		12,5	7,99			99,88	M2
5. MONUMENTO DA BÍBLIA							
5.1	BASE						
5.1.1	ESCAVAÇÃO MANUAL	LARG	COMP	QUANT	ALT	VOL	
		0,9	0,8	11	1,5	11,88	M3
5.1.2	FÔRMAS FUNDAÇÃO	CONFORME PROJETO ESTRUTURAL MONUMENTO PRANCHA 02				AREA	
						25,57	M2
5.1.3	ARMAÇÃO AÇO CA60 5MM	CONFORME PROJETO ESTRUTURAL MONUMENTO PRANCHA 02				PESO	
						32,70	KG
5.1.4	ARMAÇÃO AÇO CA50 6,3MM	CONFORME PROJETO ESTRUTURAL MONUMENTO PRANCHA 02				PESO	
						19,00	KG
5.1.5	ARMAÇÃO AÇO CA50 8MM	CONFORME PROJETO ESTRUTURAL MONUMENTO PRANCHA 02				PESO	
						32,80	KG
5.1.6	ARMAÇÃO AÇO CA50 10MM	CONFORME PROJETO ESTRUTURAL MONUMENTO PRANCHA 02				PESO	
						53,40	KG
5.1.7	FABRICAÇÃO DE FORMAS	CONFORME PROJETO ESTRUTURAL MONUMENTO PRANCHA 03				AREA	
						22,47	M2
5.1.8	ARMAÇÃO AÇO CA60 5MM	CONFORME PROJETO ESTRUTURAL				PESO	

CONSTRUÇÃO DE PRAÇA DO EVANGÉLICO
NO MUNICÍPIO DE NOVA IBIÁ
MEMORIAL DE CÁLCULO

5.1.8	ARMAÇÃO AÇO CA50 6,3MM	MONUMENTO PRANCHA 03				38,20	KG
5.1.9	ARMAÇÃO AÇO CA50 6,3MM	CONFORME PROJETO ESTRUTURAL MONUMENTO PRANCHA 03				PESO	
						22,50	KG
5.1.13	ARMAÇÃO AÇO CA50 10MM	CONFORME PROJETO ESTRUTURAL MONUMENTO PRANCHA 03				PESO	
						50,80	KG
5.1.16	CONCRETO	CONFORME PROJETO ESTRUTURAL MONUMENTO PRANCHA 02 E 03				VOL	
						3,67	M3
5.1.17	LANÇAMENTO DE CONCRETO	CONFORME PROJETO ESTRUTURAL MONUMENTO PRANCHA 02 E 03				VOL	
						3,67	M3
5.1.18	LAJE	DIÂMETRO	PI		Fórmula	AREA	
		2,99	3,14		$\pi.D^2/4$	7,02	M2
5.1.19	ALVENARIA EM BLOCO DE CONCRETO	RAIO	PI	COMP	ALT	AREA	
		2,99	3,14	18,78	1,13	21,22	M2
5.1.20	CHAPISCO			COMP	ALT	AREA	
				18,78	1,13	21,22	M2
5.1.21	EMBOÇO			COMP	ALT	AREA	
				18,78	1,13	21,22	M2
5.1.22	EMASSAMENTO			COMP	ALT	AREA	
				18,78	1,13	21,22	M2
5.1.23	PINTURA			COMP	ALT	AREA	
				18,78	1,13	21,22	M2
5.2	BÍBLIA						
5.2.1	ALVENARIA EM BLOCO DE CONCRETO	COMP.	QUANT	ALT		AREA	
		1,8	4	2,5		18,00	M2
		0,4	2	2,5		2,00	M2
		0,32	1	2,5		0,80	M2
					TOTAL	20,80	M2
5.2.2	CHAPISCO					AREA	
						20,80	M2
5.2.3	REBOCO					AREA	
						20,80	M2
5.2.4	TEXTURA EM REVESTIMENTO QUEIMADO					AREA	
						20,80	M3
5.2.5	PAINEL EM ACRILICO		LARG	COMP	QUANT	AREA	
		SÁLMO	1,3	2	2	5,20	M2
		BÍBLIA	0,2	1,5	1	0,30	M2
					TOTAL	5,50	M2
6. INSTALAÇÕES ELÉTRICAS							
6.1	POSTE	CONFORME PROJETO ELÉTRICO				QUANT	
						7,00	UN
6.2	HASTE DE ATERRAMENTO	CONFORME PROJETO ELÉTRICO				QUANT	
						1,00	UN
6.3	CABO DE COBRE FLEXÍVEL 1,5 MM²	CONFORME PROJETO ELÉTRICO				QUANT	
						388,62	M
6.4	CABO DE COBRE FLEXÍVEL 10 MM²	CONFORME PROJETO ELÉTRICO				COMP	
						52,40	M
6.5	CABO DE COBRE FLEXÍVEL 70 MM²	CONFORME PROJETO ELÉTRICO				COMP	
						1,70	M
6.6	CAIXA DE PASSAGEM	CONFORME PROJETO ELÉTRICO				QUANT	
						11,00	UN
6.7	DISJUNTOR 40A	CONFORME PROJETO ELÉTRICO				QUANT	
						1,00	UN
6.8	DISJUNTOR 16A	CONFORME PROJETO ELÉTRICO				QUANT	
						2,00	UN

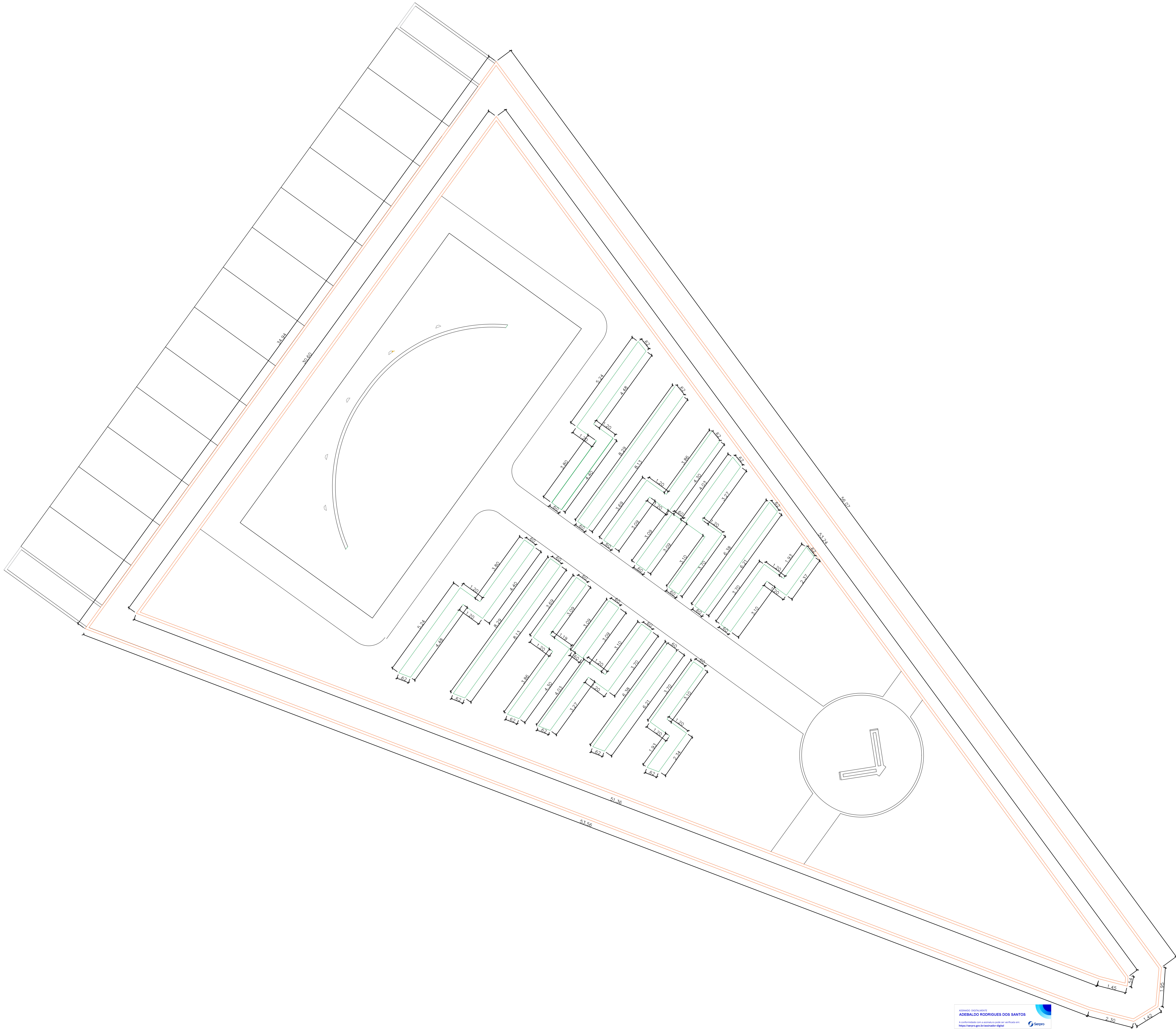
CONSTRUÇÃO DE PRAÇA DO EVANGÉLICO
NO MUNICÍPIO DE NOVA IBIÁ
MEMORIAL DE CÁLCULO

6.9	REFLETOR SLIM LED 50W	CONFORME PROJETO ELÉTRICO				QUANT	
						5,00	UN
6.10	ELETRODUTO 32MM	CONFORME PROJETO ELÉTRICO				COMP	
						193,31	M
6.11	ELETRODUTO 25MM	CONFORME PROJETO ELÉTRICO				COMP	
						13,10	M
6.12	ELETRODUTO 60MM	CONFORME PROJETO ELÉTRICO				COMP	
						0,43	M
6.13	ENTRADA DE ENERGIA	CONFORME PROJETO ELÉTRICO				QUANT	
						1,00	UN
6.14	QUADRO DE MEDIÇÃO	CONFORME PROJETO ELÉTRICO				QUANT	
						1,00	UN
6.15	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO	CONFORME PROJETO ELÉTRICO				QUANT	
						1,00	UN
7. MOBILIÁRIO URBANO							
7.1	LIXEIRA	CONFORME PROJETO				QUANT	
						9,00	UN
7.2	BANCO DE CONCRETO EM ALVENARIA			COMP	QUANT	COMP	
				10,24	2	20,48	M
				8,29	2	16,58	M
				8,15	2	16,30	M
				8,33	2	16,66	M
				6,38	2	12,76	M
				6,67	2	13,34	M
					TOTAL	96,12	M
8. PAISAGISMO							
8.1	PLANTIO DE GRAMA					AREA	
						213,02	M2
						279,52	M2
						24,80	
					TOTAL	517,34	M2
8.2	MINI IXORA	CONFORME PROJETO				QUANT	
						15,00	UN
8.3	PLANTIO DE ARVORE	CONFORME PROJETO				QUANT	
						8,00	UN

ASSINADO DIGITALMENTE
ADEBALDO RODRIGUES DOS SANTOS
A conformidade com a assinatura pode ser verificada em:
<https://serpro.gov.br/assinador-digital>



ADEBALDO RODRIGUES DOS SANTOS
Eng. Civil - CREA/BA: 18.459/D



MEIO-FIO - C= 287,43 m

MINI-GUIA - C= 88,47 m

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA IBIÁ

PROJETO ELÉTRICO - PRAÇA DO EVANGÉLICO

LOCAL: NOVA IBIÁ / BA		OBJETO: LUMINOTÉCNICO	
ENDEREÇO: ZONA URBANA		ART:	
RESPONSÁVEL TÉCNICO: ADEBALDO RODRIGUES DOS SANTOS ENG. CIVIL CREA-184690		VERSÃO: 01	FRANCA: 01
ÁREA:	ESCALA: indicada	DATA: MAIO/2025	

MEMORIAL DESCRITIVO

CONSTRUÇÃO DE PRAÇA DO EVANGÉLICO NO MUNICÍPIO DE NOVA IBIÁ

Apresentamos o memorial descritivo com especificações técnicas, referente à Construção da Praça do Evangélico no município de Nova Ibiá, no estado da Bahia.

Temos como objetivo definir, com qualidade, as características exigidas para cada serviço, bem como instruções, recomendações e demais técnicas requeridas para sua execução.

1.0 SERVIÇOS PRELIMINARES

1.1 PLACA DE OBRA

A placa indicativa: medindo 1,50 x 3,00m, será confeccionada em chapa zincada ou galvanizada, montada sobre moldura, com dizeres e desenhos a serem fornecidos pela fiscalização, será colocada no início do serviço da obra.

1.2 LOCAÇÃO DE PRAÇAS COM PIQUETES

Será executado em piquetes de madeira, perfeitamente nivelados e em esquadro, fixados ao solo firmemente. A marcação deverá obedecer às cotas definidas no projeto arquitetônico.

1.3 INSTALAÇÃO PROVISÓRIA DE ENERGIA ELÉTRICA

As instalações provisórias de energia deverão estar dispostas no canteiro antes da liberação das frentes de serviço de forma a dar funcionalidade aos trabalhos iniciais.

1.4 LOCAÇÃO DE CONTAINER

Deverá ser locado um container no local da obra com dimensões de 6,00 x 2,40 metros para uso como almoxarifado.

1.5 LIGAÇÃO DE ÁGUA

As instalações provisórias de água deverão estar dispostas no canteiro antes da liberação das frentes de serviço garantindo estrutura aos trabalhos a serem executados.

2. MOVIMENTAÇÃO DE TERRA E RETIRADA

Antes de serem iniciados os serviços de escavação deverão ser tomadas medidas adequadas que garantam a integridade das redes existentes no local da obra, a proteção dos operários, transeuntes e edificações vizinhas. Deverão ser observadas as prescrições da NR 18.

2.1 LIMPEZA MANUAL DE TERRENO

Deverá ser realizada a limpeza da vegetação rasteira presente no terreno, de forma manual, incluindo roçagem e queima do material.

2.2 CARGA, MANOBRA E DESCARGA DE ENTULHO EM CAMINHÃO BASCULANTE 6 M³

O entulho gerado no terreno deverá ser carregado em caminhão basculante.

2.3 TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 6 M³

Após executar a carga para encher a caçamba do caminhão com entulho, tomando-se cuidados para evitar o deslizamento e/ou queda do material. Transporte da carga em velocidade e horário adequados e descarga em aterro legalizado e licenciado de acordo com as normas ambientais vigentes.

2.4 ATERRO MECANIZADO DE VALA COM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA

Deverá ser aterrada a região detalhada na planta de aterro. O material do aterro deve ser retirado de jazida licenciada de acordo com as normas ambientais vigentes.

2.5 TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 6 M³

Transporte do material de aterro em velocidade e horário adequados.

3. PAVIMENTAÇÃO

3.1 REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DE SUBLEITO DE SOLO PREDOMINANTEMENTE ARENOSO

A regularização é destinada a conformar o leito da área transversal e longitudinal, para receber o pavimento. Inclui a remoção de irregularidades, umedecimento controlado e compactação em camadas.

3.2 ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO RETO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 100X15X13X30 CM

As guias devem ser confeccionadas em concreto pré-fabricado, com dimensões 100x15x13x30, para uso de definição/delimitação de margens de calçadas e canteiros.

As escavações para colocação das guias devem ser abertas obedecendo aos alinhamentos, perfis e dimensões indicadas no projeto.

O fundo da vala deve ser apiloado e regularizado. Após a regularização deverá ser executada a base de concreto para permitir adequado apoio da guia, utilizando-se concreto $f_{ck}=25\text{MPa}$.

3.3 ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO RETO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 39X6,5X6,5X19 CM

As guias devem ser confeccionadas em concreto pré-fabricado, com dimensões 39x6,5x6,5x19, para uso de definição/delimitação de canteiros.

As escavações para colocação das guias devem ser abertas obedecendo aos alinhamentos, perfis e dimensões indicadas no projeto.

O fundo da vala deve ser apiloado e regularizado. Após a regularização deverá ser executada a base de concreto para permitir adequado apoio da guia, utilizando-se concreto $f_{ck}=25\text{MPa}$.

3.4 EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO RETANGULAR COR NATURAL DE 20 X 10 CM, ESPESSURA 8 CM. AF_10/2022

Os locais indicados em projeto, serão pavimentados com piso intertravado na cor cinza, tipo retangular de 20x10x08cm com resistência de 35 MPA. Os pisos devem ser assentados sobre colchão de areia média, devidamente nivelada e compactada, obedecendo aos níveis e declividades recomendadas.

Após a compactação, não se deve transitar pelo local, a fim de evitar irregularidades na superfície.

As juntas entre as unidades vizinhas não deverão exceder de 2 a 3mm.

Para a compactação final e definição do perfil da pavimentação, será empregado compactador, do tipo placas vibratório portátil.

3.5 EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO RETANGULAR COLORIDO DE 20 X 10 CM, ESPESSURA 8 CM. AF_10/2022

Os locais indicados em projeto, serão pavimentados com piso intertravado na cor azul, tipo retangular de 20x10x08cm com resistência de 35 MPA. Os pisos devem ser assentados sobre colchão de areia média, devidamente nivelada e compactada, obedecendo aos níveis e declividades recomendadas.

Após a compactação, não se deve transitar pelo local, a fim de evitar irregularidades na superfície.

As juntas entre as unidades vizinhas não deverão exceder de 2 a 3mm.

Para a compactação final e definição do perfil da pavimentação, será empregado compactador, do tipo placas vibratório portátil.

3.6 LASTRO COM MATERIAL GRANULAR (PEDRA BRITADA N.1 E PEDRA BRITADA N.2), APLICADO EM PISOS OU LAJES SOBRE SOLO, ESPESSURA DE *10 CM*. AF_01/2024

Execução de lastro com material granular, composto por pedra britada n.º 1 e n.º 2. Aplicado sobre solo compactado em pisos ou lajes, com espessura final de 10 cm.

3.7 Rampa padrão para acesso de deficientes a passeio público, em concreto simples $F_{ck}=25\text{MPa}$, desempolada, pintada em novacor, 02 demãos e piso tátil de alerta/direcional.

Será executada calçada em concreto moldado in loco com espessura de 7cm para rampas de acessibilidade destinadas a atividades específicas da praça.

O terreno deverá ser limpo, livre de entulhos, tocos e raízes. Após a concretagem, manter o piso úmido por 4 dias, evitando o trânsito sobre a calçada.

Será executado com traço 1:2,7:3 (cimento/ areia média/ brita 1) com preparo mecânico com betoneira 400 L.

O concreto deve ser lançado, sarrafeado e desempenado com desempenadeira de madeira. O concreto empregado na moldagem das calçadas deve possuir resistência mínima de 25 MPa no ensaio de compressão simples, aos 28 dias de idade.

3.8 Piso tátil direcional e/ou alerta, de concreto, colorido, p/deficientes visuais, dimensões 25x25cm, aplicado com argamassa industrializada ac-i, rejuntado, exclusive regularização de base.

O item remunera o fornecimento e assentamento de ladrilho hidráulico piso tátil, para portadores de deficiência visual, de 25 x 25 cm, com espessura média de

2,0 cm, em várias cores; cimento, cal hidratada, areia, materiais acessórios, e a mão-deobra necessária para os serviços: preparo e aplicação da argamassa mista de assentamento; assentamento de ladrilho hidráulico, conforme paginação prevista em objeto, sobre superfície regularizada, conforme exigências das normas NBR 9457 e NBR 9050 e recomendações dos fabricantes.

Material: concreto Cor: conforme identificado em projeto.

Dimensões: 25cm x 25cm x 2cm.

Tipos: Piso tátil de alerta e piso tátil direcional, conforme NBR 9050/2004.

Deverá ser executado em concreto com características antiderrapantes, alta resistência ao desgaste.

3.9 PINTURA DE DEMARCAÇÃO DE VAGA COM TINTA EPÓXI, E = 10 CM, APLICAÇÃO MANUAL. AF_05/2021

Pintura de demarcação de vaga com tinta epóxi, com espessura de linha de 10 cm. Aplicação manual em superfície previamente limpa e seca para garantir aderência. Tinta de alta resistência à abrasão e intempéries.

3.10 PINTURA DE SÍMBOLO "DEFICIENTE FÍSICO" COM TINTA ACRÍLICA, UTILIZAÇÃO DE MOLDE PLÁSTICO E APLICAÇÃO MECÂNICA, 120X120 CM

A pintura do símbolo "Deficiente Físico" deverá ser realizada com tinta acrílica de alta durabilidade. Aplicação realizada por meio de molde plástico padrão, com dimensões de 120x120 cm. A superfície deverá ser previamente limpa e preparada para garantir aderência da tinta.

4. PALCO

4.1 INFRAESTRUTURA

4.1.1 ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA

Neste serviço é incluída a escavação manual de valas para assentamento das formas e vigas baldrame e bloco de fixação dos mourões em concreto armado, em espaço conveniente para a execução destes serviços. É incluída nestes serviços a remoção da camada vegetal do solo onde será executada a fundação do muro e mourões de concreto.

4.1.2 FORMA PLANA PARA FUNDAÇÕES

O serviço consiste na fabricação e montagem de formas planas para fundações em compensado resinado, com até 7 usos. As formas serão escoradas adequadamente para garantir estabilidade durante a concretagem. Cada forma será ajustada às dimensões do projeto, com inspeção e manutenção após cada uso. A madeira será tratada para resistência e durabilidade. Após a concretagem, as formas serão desmontadas, limpas e preparadas para reutilização.

4.1.3 ARMAÇÃO DE SAPATA ISOLADA, VIGA BALDRAME E SAPATA CORRIDA UTILIZANDO AÇO CA-60 DE 5 MM - MONTAGEM. AF_01/2024

4.1.4 ARMAÇÃO DE SAPATA ISOLADA, VIGA BALDRAME E SAPATA CORRIDA UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 8 MM - MONTAGEM. AF_01/2024

4.1.5 ARMAÇÃO DE SAPATA ISOLADA, VIGA BALDRAME E SAPATA CORRIDA UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 10 MM - MONTAGEM. AF_01/2024

4.1.6 ARMAÇÃO DE BLOCO, SAPATA ISOLADA, VIGA BALDRAME E SAPATA CORRIDA UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 12,5 MM - MONTAGEM. AF_01/2024

Os ferros deverão ser estendidos, estirados e alinhados. Em seguida, serão cortados e dobrados a frio, obedecendo fielmente os desenhos do projeto estrutural. Não será permitida a utilização de barras com processo de oxidação iniciado;

A colocação nas formas deverá ser feita observando-se as espessuras de recobrimento recomendados, com utilização de afastadores.

Observar quadros de ferros no projeto de fundação.

4.1.7 CONCRETO FCK = 30MPA, TRAÇO 1:2,1:2,5 (EM MASSA SECA DE CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L. AF_05/2021

Para fabricação do concreto deverão ser atendidas as condições estabelecidas na NBR 12654, NBR 12655, NBR 8953 e NBR 6118;

O traço do concreto a se adotar terá como base a resistência especificada no projeto estrutural. Deverão ser realizados ensaios e consistência do concreto de acordo com a NBR 7223. Para controle da resistência deverão ser moldados corpos de prova com concreto recém produzido, de acordo com o que prevê a NBR 12655 e NBR 5738;

O cálculo da dosagem do concreto deve ser refeito cada vez que for prevista uma mudança de marca, tipo ou classe de cimento, assim como, na procedência e qualidade dos agregados e demais materiais;

O concreto produzido deverá ser utilizado antes do início da pega.

4.1.8 LANÇAMENTO COM USO DE BALDES, ADENSAMENTO E ACABAMENTO DE CONCRETO EM ESTRUTURAS. AF_02/2022

O concreto será lançado o mais próximo possível de sua posição final nas formas, de modo que o escoamento da massa e consequentemente segregação seja reduzida ao mínimo.

O concreto será espalhado rapidamente, de modo que preencha os cantos e ângulos das formas e os espaços entre as armaduras e peças embutidas.

A colocação será feita com velocidade tal que o concreto subjacente não tenha iniciado sua pega.

Não será admitido o uso de concreto re-misturado ou com tempo de mistura superior ao recomendado por norma. No caso de aplicação de aditivos retardadores de pega, o tempo será recomendado pelo fabricante.

O concreto produzido deverá ser utilizado antes do início da pega.

4.1.9 REATERRO MANUAL DE VALAS

Executar o reaterro através do lançamento de material escavado, no interior da vala, distribuindo-o de maneira uniforme em toda sua extensão. Deve-se utilizar o compactador de solos a percussão para o serviço.

4.2 SUPERESTRUTURA

4.2.1 Forma plana para pilares, em compensado resinado de 18mm, 12 usos, inclusive escoramento.

O serviço consiste na fabricação e montagem de formas planas para pilares em compensado resinado de 18mm. As formas serão escoradas adequadamente para garantir estabilidade durante a concretagem. Cada forma será ajustada às dimensões do projeto, com inspeção e manutenção após cada uso. Após a concretagem, as formas serão desmontadas, limpas e preparadas para reutilização.

4.2.2 ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-60 DE 5,0 MM - MONTAGEM. AF_06/2022

4.2.3 ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 6,3 MM - MONTAGEM. AF_06/2022

4.2.4 ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 8,0 MM - MONTAGEM. AF_06/2022

4.2.5 ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 10,0 MM - MONTAGEM. AF_06/2022

4.2.6 ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 12,5 MM - MONTAGEM. AF_06/2022

4.2.7 ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 16,0 MM - MONTAGEM. AF_06/2022

Os ferros deverão ser estendidos, estirados e alinhados. Em seguida, serão cortados e dobrados a frio, obedecendo fielmente os desenhos do projeto estrutural. Não será permitida a utilização de barras com processo de oxidação iniciado;

A colocação nas formas deverá ser feita observando-se as espessuras de recobrimento recomendados, com utilização de afastadores.

Observar quadros de ferros no projeto estrutural.

4.2.8 CONCRETO FCK = 25MPA, TRAÇO 1:2,3:2,7 (EM MASSA SECA DE CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L. AF_05/2021

Para fabricação do concreto deverão ser atendidas as condições estabelecidas na NBR 12654, NBR 12655, NBR 8953 e NBR 6118;

O traço do concreto a se adotar terá como base a resistência especificada no projeto estrutural. Deverão ser realizados ensaios e consistência do concreto de acordo com a NBR 7223. Para controle da resistência deverão ser moldados corpos de prova com concreto recém produzido, de acordo com o que prevê a NBR 12655 e NBR 5738;

O cálculo da dosagem do concreto deve ser refeito cada vez que for prevista uma mudança de marca, tipo ou classe de cimento, assim como, na procedência e qualidade dos agregados e demais materiais;

O concreto produzido deverá ser utilizado antes do início da pega.

4.2.9 LANÇAMENTO COM USO DE BALDES, ADENSAMENTO E ACABAMENTO DE CONCRETO EM ESTRUTURAS. AF_02/2022

O concreto será lançado o mais próximo possível de sua posição final nas formas, de modo que o escoamento da massa e consequentemente segregação seja reduzida ao mínimo.

O concreto será espalhado rapidamente, de modo que preencha os cantos e ângulos das formas e os espaços entre as armaduras e peças embutidas.

A colocação será feita com velocidade tal que o concreto subjacente não tenha iniciado sua pega.

Não será admitido o uso de concreto re-misturado ou com tempo de mistura superior ao recomendado por norma. No caso de aplicação de aditivos retardadores de pega, o tempo será recomendado pelo fabricante.

O concreto produzido deverá ser utilizado antes do início da pega.

4.2.10 Impermeabilização flexível, base acrílica, tipo Igolflex Branco Sika ou similar, p/lajes, calhas, varandas, terraços e coberturas de reservatórios

O produto deve ser aplicado em camadas, com intervalos de secagem conforme fabricante. A superfície deverá ser preparada e regularizada previamente.

4.3 ESCADA

4.3.1 ALVENARIA BLOCO DE CONCRETO ESTRUTURAL 19X19X39CM

As paredes deverão ser executadas obedecendo às dimensões, alinhamento e detalhes, conforme indicados no Projeto Arquitetônico. Serão executadas com blocos de concreto estrutural com dimensões de 19x19x39cm.

As juntas entre os blocos devem ter espessura homogênea. As juntas verticais, desencontradas pela amarração, devem ser aprumadas. A amarração entre alvenarias deverá ser feita de maneira que as peças de uma parede penetrem na outra parede alternadamente, de forma a se obter um engaste perfeito, mesmo que uma parede atravesse a outra.

4.3.2 CHAPISCO APLICADO EM ALVENARIA (SEM PRESENÇA DE VÃOS) E ESTRUTURAS DE CONCRETO DE FACHADA, COM COLHER DE PEDREIRO. ARGAMASSA TRAÇO 1:3 COM PREPARO EM BETONEIRA 400L. AF_10/2022

Aplicação de chapisco em alvenarias sem presença de vãos e em estruturas de concreto de fachada, utilizando colher de pedreiro e argamassa no traço 1:3 preparada em betoneira de 400L.

4.3.3 EMBOÇO OU MASSA ÚNICA EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MANUAL, APLICADA MANUALMENTE EM PANOS DE FACHADA COM PRESENÇA DE VÃOS, ESPESSURA DE 25 MM. AF_08/2022

O emboço será executado com argamassa de cimento, cal e areia peneirada, com traço de 1:2:8 e ter espessura máxima de 25mm. O emboço de cada pano de parede somente será iniciado após a completa pega das argamassas de alvenaria e chapisco. De início, serão executadas as guias, faixas verticais de argamassa, afastadas de 1 a 2 metros, que servirão de referência. As guias internas serão constituídas por sarrafos de dimensões apropriadas, fixados nas extremidades superior e inferior da parede por meio de botões de argamassa, com auxílio de fio de prumo. Preenchidas as faixas de alto e baixo entre as referências, dever-se-á proceder ao desempenamento com régua, segundo a vertical. Depois de secas as faixas de argamassa, serão retirados os sarrafos e emboçados os espaços. Depois de sarrafeados, os emboços deverão apresentar-se regularizados e ásperos, para facilitar a aderência do reboco. Serão de responsabilidade da contratada todos os materiais, equipamentos e mão-de-obra necessários para a perfeita execução dos serviços acima discriminados.

4.3.4 Pintura de acabamento com aplicação de 02 demãos de tinta acrílica convencional

Pintura de acabamento com aplicação de duas demãos de tinta acrílica convencional. Superfícies previamente lixadas, limpas e seladas conforme necessidade. Aplicação manual ou mecânica, garantindo cobertura uniforme. Intervalo de secagem entre demãos deverá atender as especificações do fabricante.

4.4 ESTRUTURA METÁLICA

4.4.1 PERFIL "U" SIMPLES, EM CHAPA DOBRADA DE AÇO LAMINADO, E = 3 MM, H = 125 MM, L = 50 MM (5,07 KG/M)

Fornecimento e instalação de perfil "U" simples em chapa dobrada de aço laminado, espessura de 3 mm. Dimensões: altura de 125 mm e abas de 50 mm, com peso de 5,07 kg/m. Utilizado na montagem da estrutura metálica do palco. Peças cortadas e fixadas conforme projeto executivo.

4.4.2 CHAPA AÇO GROSSA 3/8" 9,52mm 6,0x2,44m(74,72kg/m2)

A chapa deverá ser utilizada no processo de chumbagem de estrutura metálica no palco. Deve-se atender as especificações do projeto e normas vigentes.

4.4.3 GRAUTE FGK=25 MPA; TRAÇO 1:1,3:1,6:0,4 (EM MASSA SECA DE CIMENTO/ AREIA GROSSA/ BRITA 0/ ADITIVO) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L. AF_09/2021

Deverá ser aplicado no processo de chumbagem de estrutura metálica no palco. Deve-se atender as especificações do projeto e normas vigentes.

4.4.4 CHUMBADOR "J" 19mm - 676mm

Fornecimento e instalação.

4.4.5 CHUMBADOR PARABOLT 3/8"

Fornecimento e instalação.

4.4.6 TELHAMENTO COM TELHA METÁLICA TERMOACÚSTICA E = 30 MM, COM ATÉ 2 ÁGUAS, INCLUSO IÇAMENTO. AF_07/2019

Fornecimento e instalação de cobertura com telha termoacústica com espessura de 30mm. As telhas deverão ser fixadas com parafusos autobrocantes e vedação conforme norma técnica. Instalação de cumeeiras, rufos e arremates para estanqueidade.

5. MONUMENTO DA BÍBLIA

5.1 BASE

5.1.1 ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA

Neste serviço é incluída a escavação manual de valas para assentamento das formas e vigas baldrame e bloco de fixação dos mourões em concreto armado, em espaço conveniente para a execução destes serviços. É incluída nestes serviços a remoção da camada vegetal do solo onde será executada a fundação do muro e mourões de concreto.

5.1.2 FORMA PLANA PARA FUNDAÇÕES

O serviço consiste na fabricação e montagem de formas planas para fundações em compensado resinado, com até 7 usos. As formas serão escoradas adequadamente para garantir estabilidade durante a concretagem. Cada forma será ajustada às dimensões do projeto, com inspeção e manutenção após cada uso. A madeira será tratada para resistência e durabilidade. Após a concretagem, as formas serão desmontadas, limpas e preparadas para reutilização.

5.1.3 ARMAÇÃO DE SAPATA ISOLADA, VIGA BALDRAME E SAPATA CORRIDA UTILIZANDO AÇO CA-60 DE 5,0 MM - MONTAGEM. AF_01/2024

5.1.4 ARMAÇÃO DE SAPATA ISOLADA, VIGA BALDRAME E SAPATA CORRIDA UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 6,3 MM - MONTAGEM. AF_01/2024

5.1.5 ARMAÇÃO DE SAPATA ISOLADA, VIGA BALDRAME E SAPATA CORRIDA UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 8,0 MM - MONTAGEM. AF_01/2024

5.1.6 ARMAÇÃO DE SAPATA ISOLADA, VIGA BALDRAME E SAPATA CORRIDA UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 10,0 MM - MONTAGEM. AF_01/2024

5.1.7 ARMAÇÃO DE BLOCO, SAPATA ISOLADA, VIGA BALDRAME E SAPATA CORRIDA UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 12,5 MM - MONTAGEM. AF_01/2024

5.1.8 ARMAÇÃO DE BLOCO, SAPATA ISOLADA, VIGA BALDRAME E SAPATA CORRIDA UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 16,0 MM - MONTAGEM. AF_01/2024

Os ferros deverão ser estendidos, estirados e alinhados. Em seguida, serão cortados e dobrados a frio, obedecendo fielmente os desenhos do projeto estrutural. Não será permitida a utilização de barras com processo de oxidação iniciado;

A colocação nas formas deverá ser feita observando-se as espessuras de recobrimento recomendados, com utilização de afastadores.

Observar quadros de ferros no projeto de fundação.

5.1.9 FABRICAÇÃO DE FÔRMA PARA PILARES E ESTRUTURAS SIMILARES, EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA PLASTIFICADA, E = 18 MM

O serviço consiste na fabricação e montagem de formas planas para pilares em compensado plastificado de 18mm. As formas serão escoradas adequadamente para garantir estabilidade durante a concretagem. Cada forma será ajustada às dimensões do projeto, com inspeção e manutenção após cada uso. Após a concretagem, as formas serão desmontadas, limpas e preparadas para reutilização.

5.1.10 ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-60 DE 5,0 MM - MONTAGEM. AF_06/2022

5.1.11 ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 6,3 MM - MONTAGEM. AF_06/2022

5.1.12 ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 8,0 MM - MONTAGEM. AF_06/2022

5.1.13 ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 10,0 MM - MONTAGEM.
AF_06/2022

5.1.14 ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 12,5 MM - MONTAGEM.
AF_06/2022

5.1.15 ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 16,0 MM - MONTAGEM.
AF_06/2022

Os ferros deverão ser estendidos, estirados e alinhados. Em seguida, serão cortados e dobrados a frio, obedecendo fielmente os desenhos do projeto estrutural. Não será permitida a utilização de barras com processo de oxidação iniciado;

A colocação nas formas deverá ser feita observando-se as espessuras de recobrimento recomendados, com utilização de afastadores.

Observar quadros de ferros no projeto estrutural.

5.1.16 CONCRETO FCK = 30MPA, TRAÇO 1:2,1:2,5 (EM MASSA SECA DE CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L. AF_05/2021

Para fabricação do concreto deverão ser atendidas as condições estabelecidas na NBR 12654, NBR 12655, NBR 8953 e NBR 6118;

O traço do concreto a se adotar terá como base a resistência especificada no projeto estrutural. Deverão ser realizados ensaios e consistência do concreto de acordo com a NBR 7223. Para controle da resistência deverão ser moldados corpos de prova com concreto recém produzido, de acordo com o que prevê a NBR 12655 e NBR 5738;

O cálculo da dosagem do concreto deve ser feito cada vez que for prevista uma mudança de marca, tipo ou classe de cimento, assim como, na procedência e qualidade dos agregados e demais materiais;

O concreto produzido deverá ser utilizado antes do início da pega.

5.1.17 LANÇAMENTO COM USO DE BALDES, ADENSAMENTO E ACABAMENTO DE CONCRETO EM ESTRUTURAS. AF_02/2022

O concreto será lançado o mais próximo possível de sua posição final nas formas, de modo que o escoamento da massa e consequentemente segregação seja reduzida ao mínimo.

O concreto será espalhado rapidamente, de modo que preencha os cantos e ângulos das formas e os espaços entre as armaduras e peças embutidas.

A colocação será feita com velocidade tal que o concreto subjacente não tenha iniciado sua pega.

Não será admitido o uso de concreto re-misturado ou com tempo de mistura superior ao recomendado por norma. No caso de aplicação de aditivos retardadores de pega, o tempo será recomendado pelo fabricante.

O concreto produzido deverá ser utilizado antes do início da pega.

5.1.18 LAJE PRÉ-MOLDADA UNIDIRECIONAL, BIAPOIADA, ENCHIMENTO EM CERÂMICA, VIGOTA TRELIÇADA, ALTURA TOTAL DA LAJE (ENCHIMENTO+CAPA) = (12+4). AF_11/2020

O serviço consiste na instalação de laje pré-fabricada comum para piso ou cobertura, com a execução de escoramento em madeira e capeamento de 4 cm de concreto. As lajes pré-fabricadas serão posicionadas de acordo com as dimensões do projeto, com suporte adequado durante a instalação para garantir estabilidade e segurança. Após a colocação das lajes, será feito o capeamento de 4 cm de concreto para nivelamento e reforço da superfície. O escoramento em madeira será mantido até a cura completa do concreto.

5.1.19 ALVENARIA DE BLOCOS DE CONCRETO ESTRUTURAL 14X19X29 CM (ESPESSURA 14 CM), FBK = 14 MPA, UTILIZANDO COLHER DE PEDREIRO. AF_10/2022

As paredes deverão ser executadas obedecendo às dimensões, alinhamento e detalhes, conforme indicados no Projeto Arquitetônico. Serão executadas com blocos de concreto estrutural com dimensões de 14x19x29cm.

As juntas entre os blocos devem ter espessura homogênea. As juntas verticais, desencontradas pela amarração, devem ser aprumadas. A amarração entre alvenarias deverá ser feita de maneira que as peças de uma parede penetrem na outra parede alternadamente, de forma a se obter um engaste perfeito, mesmo que uma parede atravesse a outra.

5.1.20 CHAPISCO APLICADO EM ALVENARIA (COM PRESENÇA DE VÃOS) E ESTRUTURAS DE CONCRETO DE FACHADA, COM COLHER DE PEDREIRO. ARGAMASSA TRAÇO 1:3 COM PREPARO EM BETONEIRA 400L. AF_10/2022

Aplicação de chapisco em alvenarias sem presença de vãos e em estruturas de concreto de fachada, utilizando colher de pedreiro e argamassa no traço 1:3 preparada em betoneira de 400L.

5.1.21 EMBOÇO OU MASSA ÚNICA EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MANUAL, APLICADA MANUALMENTE EM PANOS DE FACHADA COM PRESENÇA DE VÃOS, ESPESSURA DE 25 MM. AF_08/2022

O emboço será executado com argamassa de cimento, cal e areia peneirada, com traço de 1:2:8 e ter espessura máxima de 20mm. O emboço de cada pano de parede somente será iniciado após a completa pega das argamassas de alvenaria e chapisco. De início, serão executadas as guias, faixas verticais de argamassa, afastadas de 1 a 2 metros, que servirão de referência. As guias internas serão constituídas por sarrafos de dimensões apropriadas, fixados nas extremidades superior e inferior da parede por meio de botões de argamassa,

com auxílio de fio de prumo. Preenchidas as faixas de alto e baixo entre as referências, dever-se-á proceder ao desempenamento com régua, segundo a vertical. Depois de secas as faixas de argamassa, serão retirados os sarrafos e emboçados os espaços. Depois de sarrafeados, os emboços deverão apresentar-se regularizados e ásperos, para facilitar a aderência do reboco. Serão de responsabilidade da contratada todos os materiais, equipamentos e mão-de-obra necessários para a perfeita execução dos serviços acima discriminados.

5.1.22 EMASSAMENTO COM MASSA LÁTEX, APLICAÇÃO EM PAREDE, DUAS DEMÃOS, LIXAMENTO MANUAL. AF_04/2023

Massa corrida PVA – massa niveladora monocomponente à base de dispersão aquosa, para uso interno e externo, em conformidade à NBR 15348:2006;

Lixa em folha para parede ou madeira, número 120 (cor vermelha); Considerado o esforço de lixamento da massa para uniformização da superfície; Observar a superfície: deve estar limpa, seca, sem poeira, gordura, graxa, sabão ou bolor antes de qualquer aplicação;

Se necessário, amolecer o produto em água potável, conforme fabricante; aplicar em camadas finas com espátula ou desempenadeira até obter o nivelamento desejado;

Aguardar a secagem final para efetuar o lixamento final e remoção do pó.

5.1.23 PINTURA LÁTEX ACRÍLICA ECONÔMICA, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDES, DUAS DEMÃOS. AF_04/2023

Pintura de acabamento com aplicação de duas demãos de tinta acrílica convencional. Superfícies previamente lixadas, limpas e seladas conforme necessidade. Aplicação manual ou mecânica, garantindo cobertura uniforme. Intervalo de secagem entre demãos deverá atender as especificações do fabricante.

5.2 BÍBLIA

5.2.1 ALVENARIA DE BLOCOS DE CONCRETO ESTRUTURAL 14X19X29 CM (ESPESSURA 14 CM), FBK = 14 MPA, UTILIZANDO COLHER DE PEDREIRO. AF_10/2022

As paredes deverão ser executadas obedecendo às dimensões, alinhamento e detalhes, conforme indicados no Projeto Arquitetônico. Serão executadas com blocos de concreto estrutural com dimensões de 14x19x29cm.

As juntas entre os blocos devem ter espessura homogênea. As juntas verticais, desconstruídas pela amarração, devem ser aprumadas. A amarração entre alvenarias deverá ser feita de maneira que as peças de uma parede penetrem na outra parede alternadamente, de forma a se obter um engaste perfeito, mesmo que uma parede atravesse a outra.

5.2.2 CHAPISCO APLICADO EM ALVENARIA (COM PRESENÇA DE VÃOS) E ESTRUTURAS DE CONCRETO DE FACHADA, COM COLHER DE PEDREIRO. ARGAMASSA TRAÇO 1:3 COM PREPARO EM BETONEIRA 400L. AF_10/2022

Aplicação de chapisco em alvenarias sem presença de vãos e em estruturas de concreto de fachada, utilizando colher de pedreiro e argamassa no traço 1:3 preparada em betoneira de 400L.

5.2.3 EMBOÇO OU MASSA ÚNICA EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MANUAL, APLICADA MANUALMENTE EM PANOS DE FACHADA COM PRESENÇA DE VÃOS, ESPESSURA DE 25 MM. AF_08/2022

O emboço será executado com argamassa de cimento, cal e areia peneirada, com traço de 1:2:8 e ter espessura máxima de 20mm. O emboço de cada pano de parede somente será iniciado após a completa pega das argamassas de alvenaria e chapisco. De início, serão executadas as guias, faixas verticais de

argamassa, afastadas de 1 a 2 metros, que servirão de referência. As guias internas serão constituídas por sarrafos de dimensões apropriadas, fixados nas extremidades superior e inferior da parede por meio de botões de argamassa, com auxílio de fio de prumo. Preenchidas as faixas de alto e baixo entre as referências, dever-se-á proceder ao desempenamento com régua, segundo a vertical. Depois de secas as faixas de argamassa, serão retirados os sarrafos e emboçados os espaços. Depois de sarrafeados, os emboços deverão apresentar-se regularizados e ásperos, para facilitar a aderência do reboco. Serão de responsabilidade da contratada todos os materiais, equipamentos e mão-de-obra necessários para a perfeita execução dos serviços acima discriminados.

5.2.4 TEXTURA EFEITO CIMENTO QUEIMADO NERO IBRATIM

Aplicação de textura decorativa com efeito cimento queimado, em superfície previamente preparada.

5.2.5 Chapa de acrílico

Fornecimento e instalação.

6. INSTALAÇÕES ELÉTRICAS DA PRAÇA

As seguintes normas nortearão este projeto e devem ser seguidas durante a execução da obra:

- NBR 5410 - Instalação Elétricas de Baixa Tensão;
- NR 10 – Segurança em instalações e Serviços em eletricidade;
- NTE 013 – Fornecimento de Energia em Baixa Tensão.

6.1 Poste decorativo 2 pétalas, em aço galvanizado com difusor em vidro transparente temperado, com 3m/4m, inclusive lâmpada de led 50w

Instalação de poste decorativo modelo 2 pétalas, em aço galvanizado, com altura de 3,0 m ou 4,0 m. Equipado com difusor em vidro transparente temperado de alta resistência. Incluso fornecimento e instalação de lâmpada LED 50W, com fiação e conexões. Fixação em base de concreto, conforme especificações técnicas do projeto.

6.2 HASTE DE ATERRAMENTO, DIÂMETRO 3/4", COM 3 METROS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2023

Fornecimento e instalação.

6.3 CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 1,5 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023

6.4 CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 10,0 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023

6.5 CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 70 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA REDE ENTERRADA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2021

O isolamento deverá ser constituído de composto termoplástico de PVC, com características para não propagação e auto extinção do fogo, tipo BWF, com tensão de isolamento de 750 V e temperatura máxima admissível de 70°C para serviços contínuos, 100°C e 160°C em curto-circuito.

Deveram ser obedecidos os seguintes códigos de cores (no caso dos circuitos):

- Fase: Preto, vermelho e branco;
- Neutro: Azul claro;
- Retorno: Amarelo;
- Terra: Verde.

O puxamento dos cabos pode ser manual. Devem ser puxados de forma lenta e uniforme até que a enfição se processe totalmente, para aproveitar a inércia do cabo e evitar esforços bruscos. Não devem ser ultrapassados os limites de tensão máxima de puxamento recomendados pelo fabricante.

6.6 Caixa de passagem em alvenaria de tijolos maciços esp. = 0,12m, dim. int. = 0,30 x 0,30 x 0,30m

A caixa de passagem deverá ser construída em alvenaria de tijolos maciços, com espessura de 12 cm. Dimensões internas de 0,30 x 0,30 x 0,30 m, conforme projeto.

Fundo em concreto simples e paredes revestidas internamente com argamassa.
Tampa de concreto ou metálica removível para inspeção.

6.7 DISJUNTOR TRIPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 40A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020

Deverão ser seguidas as especificações do projeto. Além disso, deve-se manter a uniformidade dos disjuntores, todos devem ser do mesmo modelo e fabricante.

6.8 DISJUNTOR MONOPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 16A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020

Deverão ser seguidas as especificações do projeto. Além disso, deve-se manter a uniformidade dos disjuntores, todos devem ser do mesmo modelo e fabricante.

6.9 Refletor Slim LED 50W de potência, branco Frio, 6500k, Autovolt, marca G-light ou similar

Fornecimento e instalação.

6.10 ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO, PVC, DN 32 MM (1"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM FORRO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023

6.11 ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO, PVC, DN 25 MM (3/4"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM FORRO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023

6.12 ELETRODUTO RÍGIDO ROSCÁVEL, PVC, DN 60 MM (2"), PARA REDE ENTERRADA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2021

A distribuição dos circuitos terminais será subterrânea, utilizando eletroduto de PVC flexível corrugado (ou roscável quando DN=60mm).

Os eletrodutos devem ter as bitolas determinadas em projeto e identificados de forma legível e indelével em conformidade com as NBR 5410.

6.13 Entrada de energia elétrica trifásica demanda entre 0 e 15,2 kw - Rev 01

Fornecimento e instalação.

6.14 QUADRO DE MEDIÇÃO GERAL DE ENERGIA PARA 1 MEDIDOR DE SOBREPOR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020

O quadro deverá ter, caixa metálica, em chapa de ferro, com tampa e fecho bloqueável, barramentos bifásicos e barra para neutro e terra independentes, espaço para futuras ampliações em torno de 20% da quantidade total de disjuntores. Os equipamentos internos deverão atender a IEC/ABNT, tais como disjuntores e etc.

O condutor neutro será ligado diretamente à barra de neutro, bem como o de aterramento à respectiva barra de terra. Na porta do QDG deverá haver uma placa de advertência “CUIDADO ELETRICIDADE”, fixada por rebite ou simplesmente impressa por tintura. Todos os painéis e quadros devem ser também aterrados convenientemente. Não sendo permitidas ligações diretas de condutores aos terminais dos disjuntores, sem o uso de terminais apropriados.

6.15 QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO, DE EMBUTIR, COM BARRAMENTO TRIFÁSICO, PARA 12 DISJUNTORES DIN 100A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020

Fornecimento e instalação.

7. MOBILIÁRIO URBANO

7.1 Lixeira em fibra de vidro, com capacidade 50l, com suporte (poste), FIOBERGLASS, REF. CLPD1085 ou similar



Lixeira em fibra de vidro com cesto de 50L e estrutura metálica confeccionada em aço galvanizado com pintura epóxi na cor preto. São produzidas de acordo com as mais rigorosas normas da vigilância sanitária, trazendo segurança, confiabilidade e durabilidade, com a garantia de ser o melhor produto do mercado em sua categoria. As dimensões do produto deverá ser 43cm x 75cm x 37cm.

7.2 Banco de concreto em alvenaria de tijolos, assento em concreto armado, sem encosto, pintado com tinta acrílica, 2 demãos

Execução de banco em alvenaria de tijolos, com estrutura de base revestida e nivelada. Assento em concreto armado moldado in loco, sem encosto, conforme projeto. Superfícies externas regularizadas e lixadas para acabamento. Pintura final com duas demãos de tinta acrílica.

8. PAISAGISMO

8.1 PLANTIO DE GRAMA ESMERALDA OU SÃO CARLOS OU CURITIBANA, EM PLACAS. AF_07/2024

As áreas reservadas para o plantio de grama são consideradas como áreas permeáveis.

O plantio da grama será realizado após o adequado preparo e adubação (para correção do PH) do terreno. A grama deverá ser plantada colocando placa por placa, uma ao lado da outra, sem que haja qualquer espaço entre as mesmas. Concluído o plantio, preencher as junções das placas com terra de escavação,

livre de sementes e outras impurezas. O gramado deverá ser regado periodicamente e com abundância, até que o enraizamento se efetive e a obra seja entregue.

8.2 Planta - Ixora amarela (ixora coccinea yellow), fornecimento e plantio

Plantio de mudas saudáveis e de boa qualidade nos locais especificados conforme projeto.

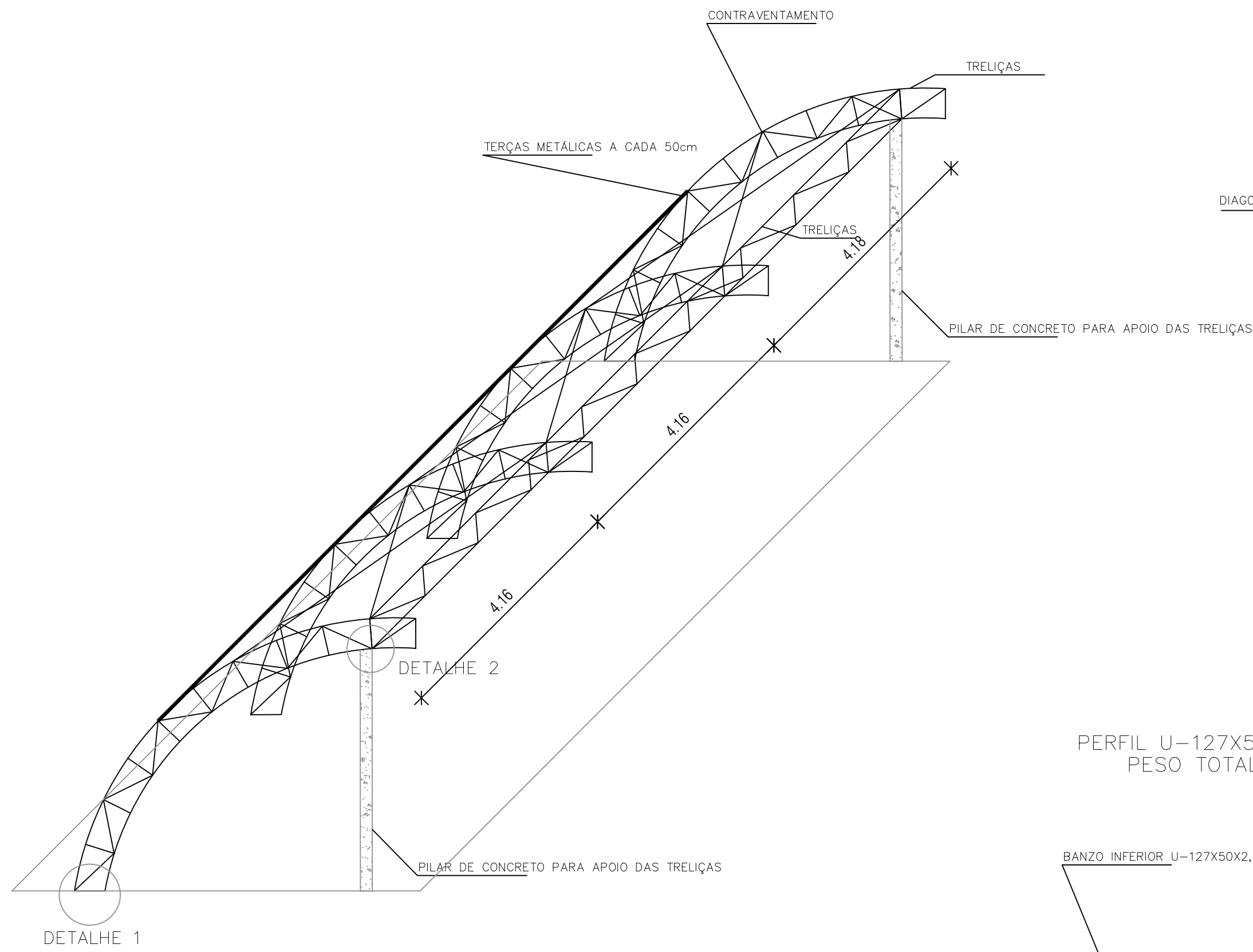
8.3 PLANTIO DE ÁRVORE ORNAMENTAL COM ALTURA DE MUDA MAIOR QUE 2,00 M E MENOR OU IGUAL A 4,00 M . AF_07/2024

Abertura de berço com dimensões adequadas ao porte da muda e adubação básica. Muda tutorada e amarrada para garantir estabilidade durante o enraizamento. Rega inicial e limpeza da área de plantio após execução.

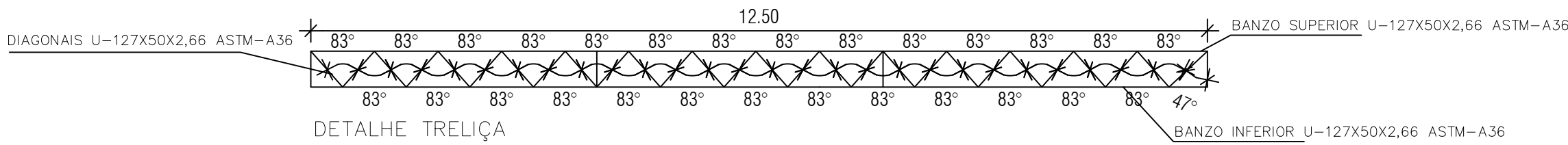
ASSINADO DIGITALMENTE
ADEBALDO RODRIGUES DOS SANTOS
A conformidade com a assinatura pode ser verificada em:
<http://serpro.gov.br/assinador-digital>



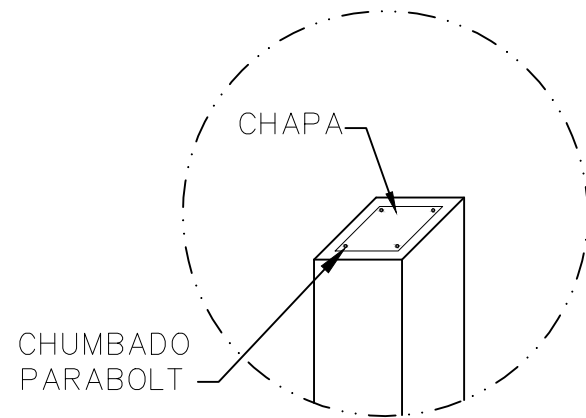
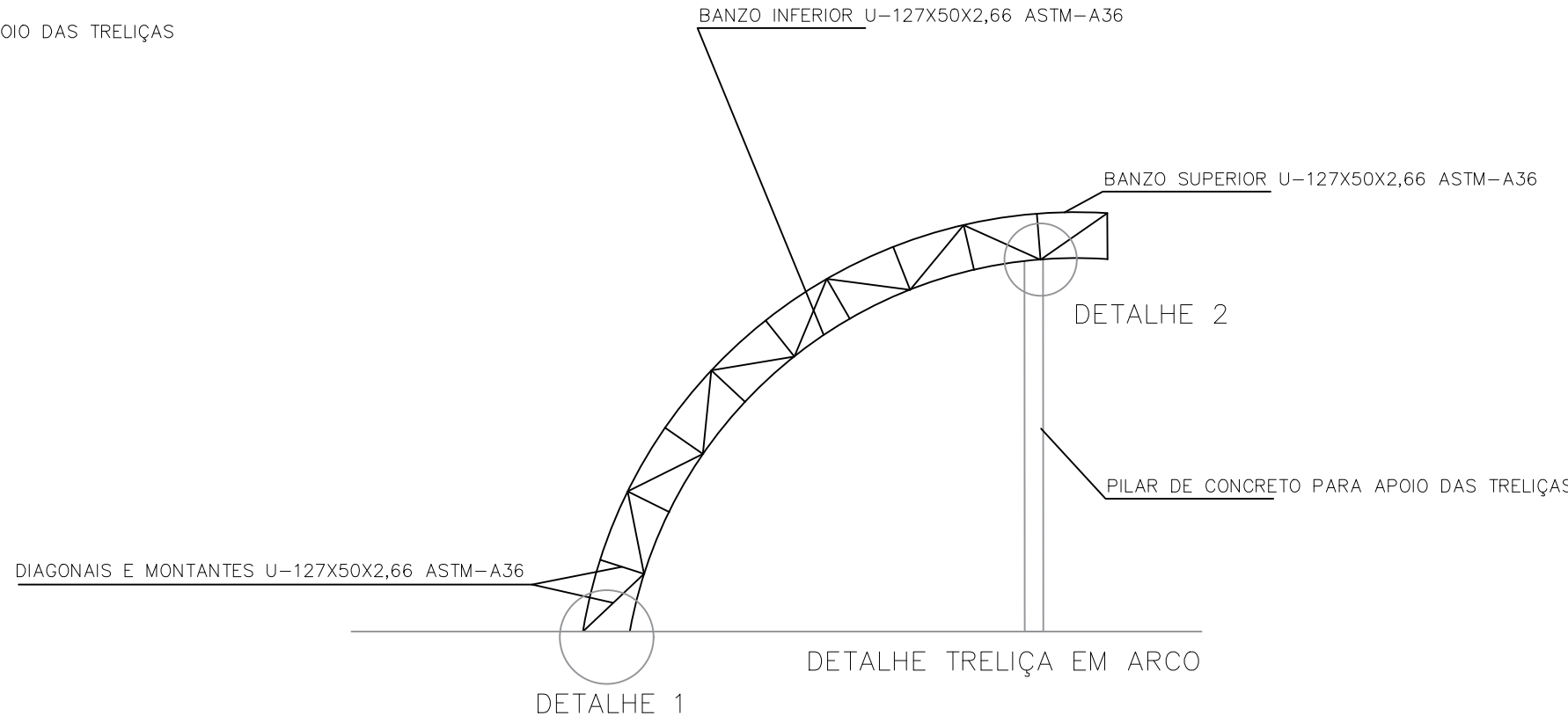
Adebaldo Rodrigues Dos Santos
Eng.º Civil CREA/BA nº 18459/D



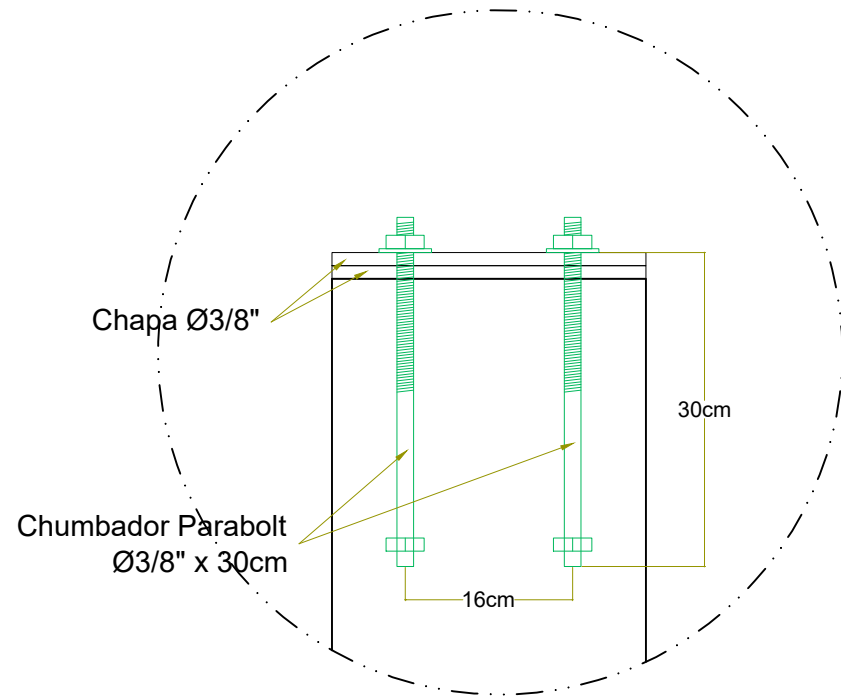
PERFIL U-127X50X2,66 ASTM-A36
PESO TOTAL- 317,72 KG



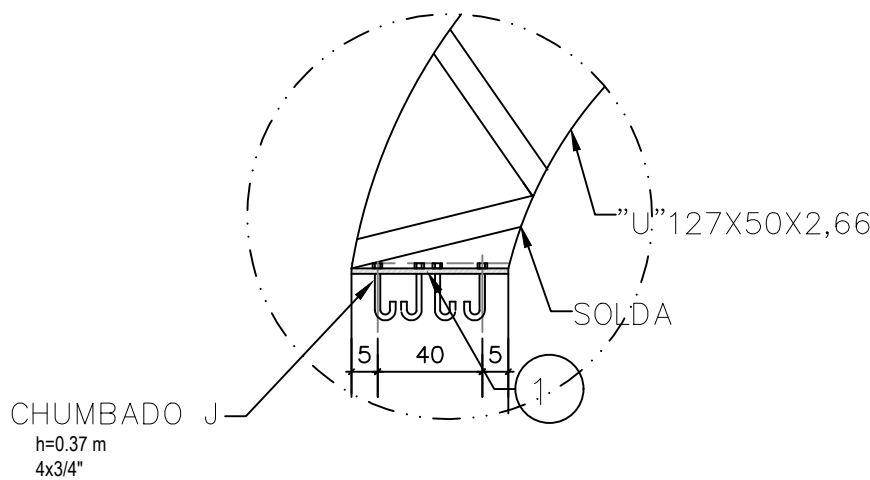
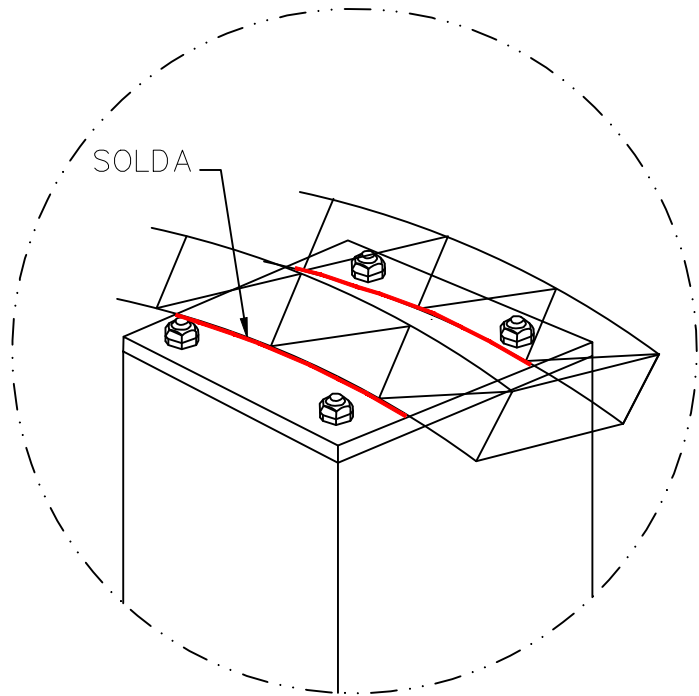
PERFIL U-127X50X2,66 ASTM-A36
PESO TOTAL- 1062,32 KG



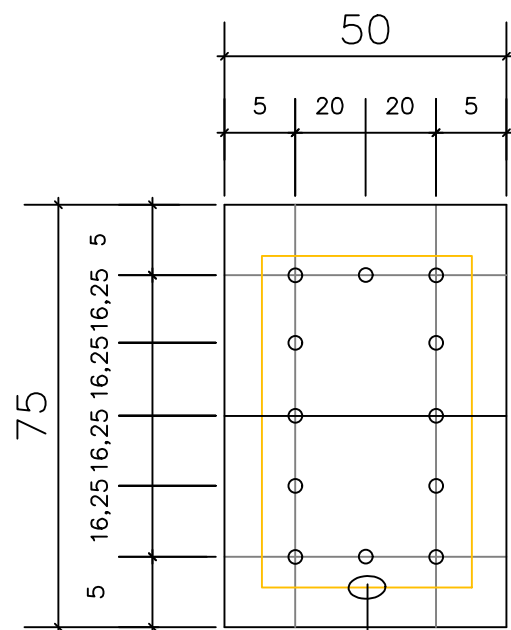
DETALHE 2
sem escala



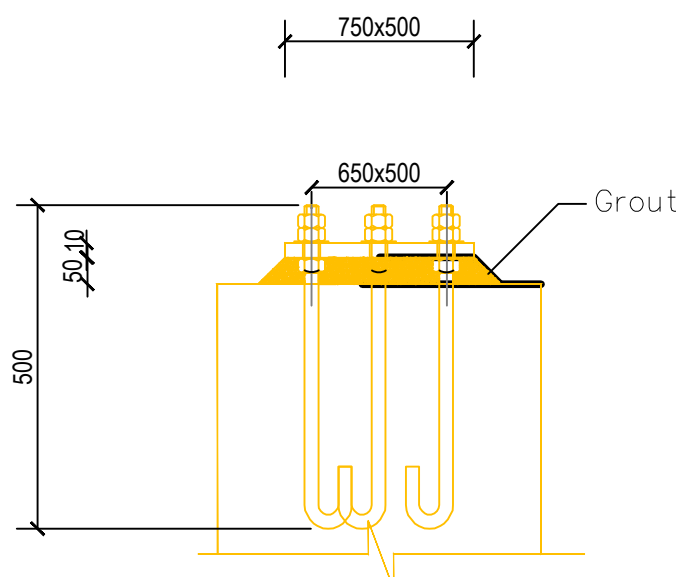
CHUMBADOR PARABOLT
sem escala



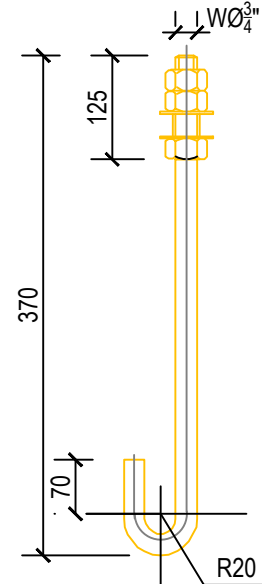
DETALHE 1
sem escala



#CHAPA 3/8"
205X105 X 4
sem escala



SEÇÃO TIPO APOIO
sem escala



CHUMBADOR J DE APOIO
SAE 1020
sem escala

Tabela resumo											
Material		Série	Perfil	Comprimento			Volume			Peso	
Tipo	Designação			Perfil (m)	Série (m)	Material (m)	Perfil (m³)	Série (m³)	Material (m³)	Perfil (kg)	Série (kg)
Aço dobrado	CF-26	U	U50X25X2.66	16.303			0.004			31.04	
			U100X80X6.30	15.635			0.024			184.88	
			U50X25X1.52	62.281			0.009			70.57	
			U50X25X1.9	3.522			0.001			4.92	
			U100X40X1.52	3.572			0.001			7.46	
			U75X40X3.42	2.701			0.001			10.42	
			U100X40X2.25	2.681			0.001			8.17	
			U100X40X1.9	0.574			0.000			1.49	
			U50X25X3.04	3.253			0.001			6.98	
			U100X50X1.90	2.890			0.001			8.35	
			U100X50X4.18	1.025			0.001			6.26	
			U50X25X2.28	2.414			0.001			3.99	
			U75X40X4.25	0.530			0.000			2.49	
			U100X40X2.66	0.574			0.000			2.05	
			U100X50X3.04	1.000			0.001			4.53	
			U100X60X4.75	2.051			0.002			15.62	
			U100X50X2.00	1.196			0.000			3.63	
			U100X40X3.75	0.530			0.000			2.62	
			U125X50X2.00	0.574			0.000			1.97	
			U75X40X2.66	1.596			0.001			4.87	
			U75X40X1.52	43.236			0.010			77.36	
Aço dobrado	CF-26	U	U75X40X2.00	1.190			0.000			2.77	
			U100X50X1.52	100.000			0.030			232.62	
			U250X75X2.65	37.500			0.039			305.18	
			U100X50X3.35	12.500			0.008			62.09	
				319.327			0.135			1062.32	
				319.327			0.135			1062.32	

NOTAS:

1- A LIGAÇÃO DA TRELIÇA METÁLICA AO PILAR DE CONCRETO SERÁ REALIZADA POR MEIO DE PLACA DE AÇO POSICIONANDA NO TOPO DO PILAR, FIXADA POR BARRA DE ANCORAGEM. A TRELIÇA SERÁ SOLDADA À PLACA ATRAVÉS DE SOLDA DE FILETE CONTÍNUA COM GARGANTA MÍNIMA DE 5mm, UTILIZANDO ELETRODO E7018 OU EQUIVALENTE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA IBIÁ

PROJETO: ESTRUTURA METÁLICA - PRAÇA DO EVANGÉLICO

LOCAL:	NOVA IBIÁ / BA	OBJETO:	ESTRUTURAL
ENDEREÇO:	ZONA URBANA	ART:	
RESPONSÁVEL TÉCNICO:	ADEBALDO RODRIGUES DOS SANTOS ENG. CIVIL CREA: 18469/D	FRANCHA:	01
ESCALA:	indicada	DATA:	MAIO/2025
VERSÃO:	01		



COORDENADAS: -13.80941, -39.62659

ASSINADO DIGITALMENTE
ADEBALDO RODRIGUES DOS SANTOS
A conformidade com a assinatura pode ser verificada em:
<http://serpro.gov.br/assinador-digital>



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA IBIÁ

PROJETO:

PROJETO DA PRAÇA DO EVANGÉLICO

LOCAL:

NOVA IBIÁ / BA

ENDEREÇO:

ZONA URBANA

RESPONSÁVEL TÉCNICO:

ADEBALDO RODRIGUES DOS SANTOS
ENG. CIVIL CREA: 18459/D

ÁREA:

ESCALA:
1/500

DATA:
MAIO/2025

OBJETO:

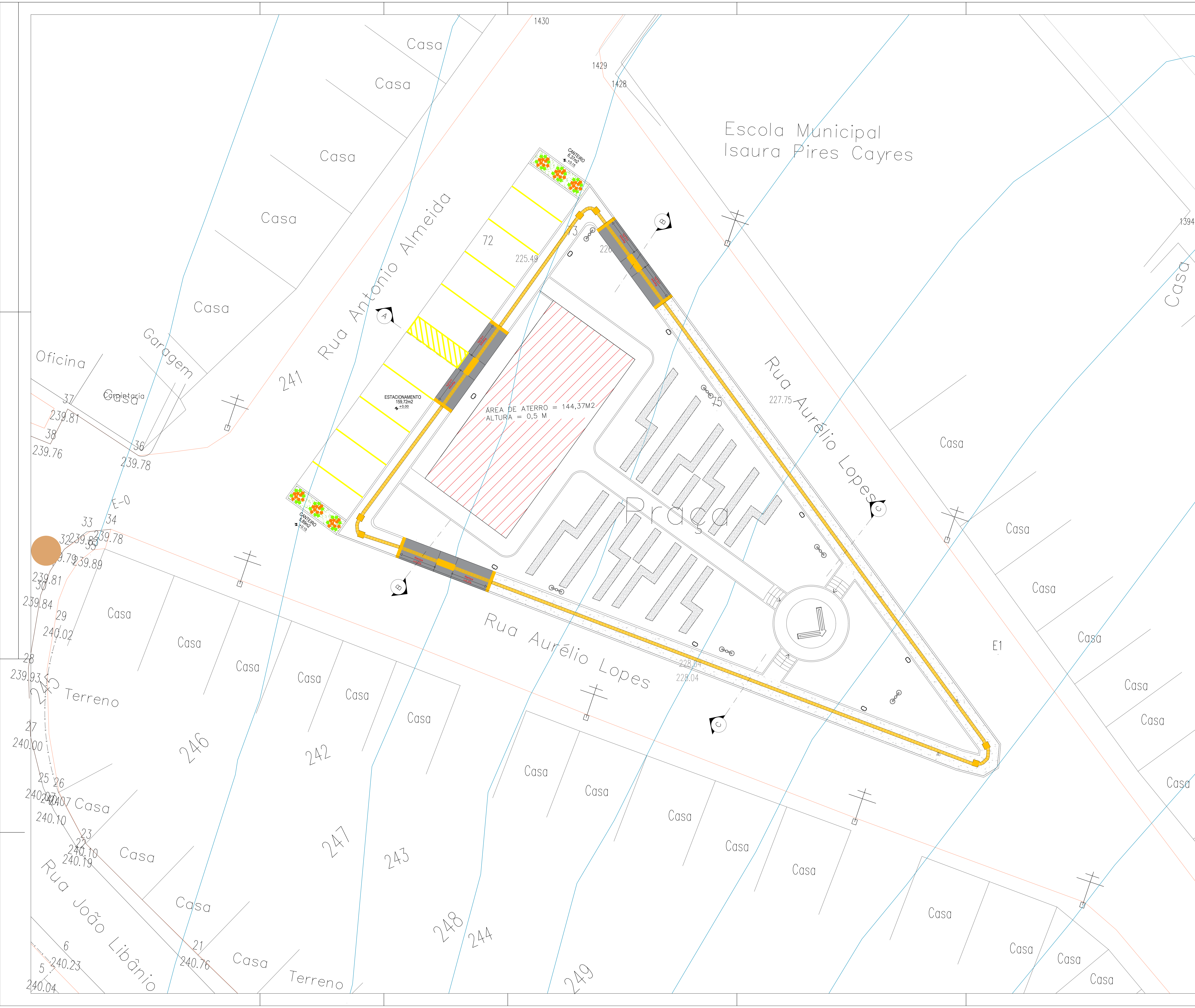
LOCALIZAÇÃO

ART:

VERSÃO: 01

PRANCHA:

01



OBSERVAÇÕES		
DISCRIMINAÇÃO		ÁREA
ÁREA DO TERRENO		1199,45 m2

LEGENDA		
DISCRIMINAÇÃO		QUANT.

OBSERVAÇÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA IBIÁ

PRATO

PROJETO DA PRAÇA DO EVANGÉLICO

LOCAL: NOVA IBIÁ / BA

ENDEREÇO: ZONA URBANA

RESPONSÁVEL TÉCNICO: ADRIANO RODRIGUES DOS SANTOS
PROF. CREA 18880

ÁREA: 1199,45

OBJETO: PLANTA DE ATERRO

DATA: MAIO/2025

VERSÃO: 01

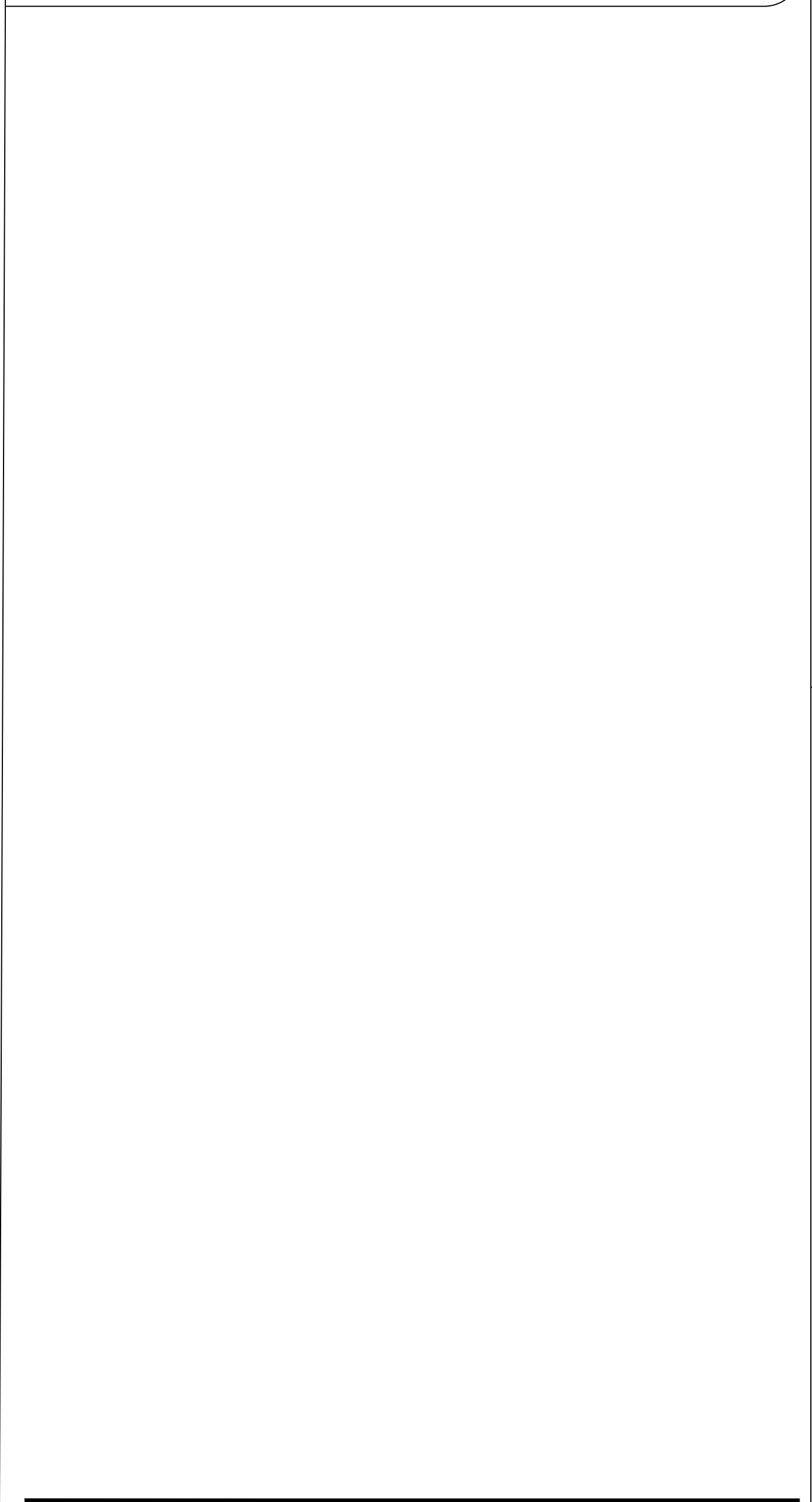
PRONOME: 03

Folha: 01 - Total: 1/10



OBSERVAÇÕES	
DISCRIMINAÇÃO	
ÁREA DO TERRENO	
ÁREA PERMEÁVEL	
ÁREA IMPERMEÁVEL	

LEGENDA		
SIMBOLOGIA	DISCRIMINAÇÃO	QTD
	ÁRVORE À PLANTAR	8 UND
	MINI IXORA	15 UND
	GRAMA ESMERALDA	517,34 M2



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA IBIÁ

PROJETO: PROJETO DA PRAÇA DO EVANGÉLICO

LOCAL: NOVA IBIÁ / BA

ENDEREÇO: ZONA URBANA

RESPONSÁVEL TÉCNICO: ADEBALDO RODRIGUES DOS SANTOS
ENG. CIVIL CREA: 19459/D

OBJETO: PAISAGISMO

ART: PRANCHA: 06

VERSÃO: 01

ESCALA: 1/100

DATA: MAIO/2025

Orçamento Sintético

Item	Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Valor Unit com BDI	Total	Peso (%)
1			SERVIÇOS PRELIMINARES					11.271,11	3,16%
1.1	103689	SINAPI	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA DE OBRA COM CHAPA GALVANIZADA E ESTRUTURA DE MADEIRA. AF_03/2022_PS	m²	4,5	413,02	518,71	2.334,20	0,65 %
1.2	4175	ORSE	Locação de praças com piquetes de madeira	m²	1199,45	0,64	0,80	959,56	0,27 %
1.3	9416	ORSE	Instalação provisória de energia elétrica, aérea, trifásica, em poste galvanizado, exclusive fornecimento do medidor	un	1	1.751,13	2.199,24	2.199,24	0,62 %
1.4	4654	ORSE	Locação de container - Almoxarifado sem banheiro - 6,00 x 2,40m - Rev 02_02/2022	mês	5	800,00	1.004,72	5.023,60	1,41 %
1.5	6096	ORSE	Ligação Predial de Água em Mureta de Concreto, Provisória ou Definitiva, com Fornecimento de Material, inclusive Mureta e Hidrômetro, Rede DN 50mm - Rev 03_10/2022	UN	1	600,77	754,51	754,51	0,21 %
2			MOVIMENTAÇÃO DE TERRA E RETIRADA					19.003,63	5,33 %
2.1	3	ORSE	Limpeza manual de terreno com vegetação rasteira, incluindo roçagem e queima	m²	1199,45	4,64	5,83	6.992,79	1,96 %
2.2	100981	SINAPI	CARGA, MANOBRA E DESCARGA DE ENTULHO EM CAMINHÃO BASCULANTE 6 M³ - CARGA COM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA (CAÇAMBA DE 0,80 M³ / 111 HP) E DESCARGA LIVRE (UNIDADE: M3). AF_07/2020	m³	83,96	9,71	12,19	1.023,47	0,29 %
2.3	97913	SINAPI	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 6 M³, EM VIA URBANA EM REVESTIMENTO PRIMÁRIO (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	M3XKM	100,75	3,28	4,12	415,09	0,12 %
2.4	94304	SINAPI	ATERRO MECANIZADO DE VALA COM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA (CAPACIDADE DA CAÇAMBA: 0,8 M³ / POTÊNCIA: 111 HP), LARGURA ATÉ 2,5 M, PROFUNDIDADE ATÉ 1,5 M, COM SOLO ARGILO-ARENOSO. AF_08/2023	m³	101,06	79,36	99,67	10.072,65	2,83 %
2.5	97913	SINAPI	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 6 M³, EM VIA URBANA EM REVESTIMENTO PRIMÁRIO (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	M3XKM	121,27	3,28	4,12	499,63	0,14 %
3			PAVIMENTAÇÃO					84.056,14	23,59 %
3.1	100577	SINAPI	REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DE SUBLEITO DE SOLO PREDOMINANTEMENTE ARENOSO, PARA OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE PAVIMENTOS. AF_09/2024	m²	1199,45	1,54	1,93	2.314,94	0,65 %
3.2	94273	SINAPI	ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO RETO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 100X15X13X30 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA). AF_01/2024	M	287,43	40,23	50,52	14.520,96	4,07 %
3.3	94279	SINAPI	ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO RETO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 39X6,5X6,5X19 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA), PARA DELIMITAÇÃO DE JARDINS, PRAÇAS OU PASSEIOS. AF_01/2024	M	88,47	38,29	48,09	4.254,52	1,19 %
3.4	92398	SINAPI	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO RETANGULAR COR NATURAL DE 20 X 10 CM, ESPESSURA 8 CM. AF_10/2022	m²	286,46	88,55	111,21	31.857,22	8,94 %

Orçamento Sintético

Item	Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Valor Unit com BDI	Total	Peso (%)
3.5	93681	SINAPI	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO RETANGULAR COLORIDO DE 20 X 10 CM, ESPESSURA 8 CM. AF_10/2022	m²	93,06	109,63	137,68	12.812,50	3,60 %
3.6	100324	SINAPI	LASTRO COM MATERIAL GRANULAR (PEDRA BRITADA N.1 E PEDRA BRITADA N.2), APLICADO EM PISOS OU LAJES SOBRE SOLO, ESPESSURA DE *10 CM*. AF_01/2024	m³	43,35	202,06	253,77	11.000,93	3,09 %
3.7	12436	ORSE	Rampa padrão (trapezoidal) para acesso de deficientes em passeio público, em concreto simples Fck=25MPa, desempolada, pintada em novacor, 02 demãos e piso tátil de alerta/direcional. Rev 01_07/2025	un	3	484,39	608,35	1.825,05	0,51 %
3.8	9418	ORSE	Piso tátil direcional e/ou alerta, de concreto, na cor natural, p/deficientes visuais, dimensões 25x25cm, aplicado com argamassa industrializada ac-ii, rejuntado, exclusive regularização de base	m²	30,26	126,93	159,41	4.823,75	1,35 %
3.9	102507	SINAPI	PINTURA DE DEMARCAÇÃO DE VAGA COM TINTA EPÓXI, E = 10 CM, APLICAÇÃO MANUAL. AF_05/2021	M	69,1	6,91	8,68	599,79	0,17 %
3.10	10602	ORSE	Sinalização horizontal sobre piso cimentado, padrão p/deficientes,com tinta à base de resina acrílica	M2	1,44	25,70	32,28	46,48	0,01 %
4			PALCO					129.987,07	36,47 %
4.1			INFRAESTRUTURA					68.723,00	19,28 %
4.1.1	93358	SINAPI	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA. AF_09/2024	m³	34,02	89,87	112,87	3.839,84	1,08 %
4.1.2	88	ORSE	Forma plana para fundações, em compensado resinado 12mm, 07 usos	m²	116,79	77,10	96,83	11.308,78	3,17 %
4.1.3	104916	SINAPI	ARMAÇÃO DE SAPATA ISOLADA, VIGA BALDRAME E SAPATA CORRIDA UTILIZANDO AÇO CA-60 DE 5 MM - MONTAGEM. AF_01/2024	KG	132,8	16,35	20,53	2.726,38	0,77 %
4.1.4	104918	SINAPI	ARMAÇÃO DE SAPATA ISOLADA, VIGA BALDRAME E SAPATA CORRIDA UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 8 MM - MONTAGEM. AF_01/2024	KG	242,2	13,43	16,87	4.085,91	1,15 %
4.1.5	104919	SINAPI	ARMAÇÃO DE SAPATA ISOLADA, VIGA BALDRAME E SAPATA CORRIDA UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 10 MM - MONTAGEM. AF_01/2024	KG	136	11,84	14,87	2.022,32	0,57 %
4.1.6	104920	SINAPI	ARMAÇÃO DE BLOCO, SAPATA ISOLADA, VIGA BALDRAME E SAPATA CORRIDA UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 12,5 MM - MONTAGEM. AF_01/2024	KG	46,3	9,99	12,55	581,07	0,16 %
4.1.7	94966	SINAPI	CONCRETO FCK = 30MPa, TRAÇO 1:2,1:2,5 (EM MASSA SECA DE CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L. AF_05/2021	m³	9,25	602,34	756,48	6.997,44	1,96 %
4.1.8	103670	SINAPI	LANÇAMENTO COM USO DE BALDES, ADENSAMENTO E ACABAMENTO DE CONCRETO EM ESTRUTURAS. AF_02/2022	m³	9,25	320,79	402,88	3.726,64	1,05 %
4.1.9	98547	SINAPI	IMPERMEABILIZAÇÃO DE SUPERFÍCIE COM MANTA ASFÁLTICA, DUAS CAMADAS, INCLUSIVE APLICAÇÃO DE PRIMER ASFÁLTICO, E=3MM E E=4MM. AF_09/2023	m²	116,79	221,89	278,67	32.545,87	9,13 %
4.1.10	93382	SINAPI	REATERRO MANUAL DE VALAS, COM COMPACTADOR DE SOLOS DE PERCUSSÃO. AF_08/2023	m³	24,77	28,57	35,88	888,75	0,25 %

Orçamento Sintético

Item	Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Valor Unit com BDI	Total	Peso (%)
4.2			SUPERESTRUTURA					23.433,12	6,58 %
4.2.1	7492	ORSE	Forma plana para pilares, em compensado resinado de 18mm, 12 usos, inclusive escoramento	m²	86,18	35,87	45,05	3.882,41	1,09 %
4.2.2	92759	SINAPI	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-60 DE 5,0 MM - MONTAGEM. AF_06/2022	KG	116,70	13,53	16,99	1.982,73	0,56 %
4.2.3	92760	SINAPI	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 6,3 MM - MONTAGEM. AF_06/2022	KG	16,50	12,38	15,55	256,58	0,07 %
4.2.4	92761	SINAPI	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 8,0 MM - MONTAGEM. AF_06/2022	KG	119,60	11,37	14,28	1.707,89	0,48 %
4.2.5	92762	SINAPI	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 10,0 MM - MONTAGEM. AF_06/2022	KG	144,40	10,01	12,57	1.815,11	0,51 %
4.2.7	92764	SINAPI	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 16,0 MM - MONTAGEM. AF_06/2022	KG	50,10	8,01	10,06	504,01	0,14 %
4.2.8	94965	SINAPI	CONCRETO FCK = 25MPa, TRAÇO 1:2,3:2,7 (EM MASSA SECA DE CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L. AF_05/2021	m³	6,05	583,83	733,23	4.436,04	1,24 %
4.2.9	103670	SINAPI	LANÇAMENTO COM USO DE BALDES, ADENSAMENTO E ACABAMENTO DE CONCRETO EM ESTRUTURAS. AF_02/2022	m³	6,05	320,79	402,88	2.437,42	0,68 %
4.2.10	2341	ORSE	Impermeabilização flexível, base acrílica, tipo IgoFlex Branco Sika ou similar, p/lajes, calhas, varandas, terraços e coberturas de reservatórios	m²	86,18	59,23	74,39	6.410,93	1,80 %
4.3			ESCADA					1.787,15	0,50 %
4.3.1	10934	ORSE	Alvenaria bloco concreto estrutural 19x19x39cm, fbk 12 mpa, esp = 0,19m, com argamassa ac-II, junta 1cm - Rev. 01	m²	8,12	154,75	194,35	1.578,12	0,44 %
4.3.2	87894	SINAPI	CHAPISCO APLICADO EM ALVENARIA (SEM PRESENÇA DE VÃOS) E ESTRUTURAS DE CONCRETO DE FACHADA, COM COLHER DE PEDREIRO. ARGAMASSA TRAÇO 1:3 COM PREPARO EM BETONEIRA 400L. AF_10/2022	m²	1,8	7,79	9,78	17,60	0,00 %
4.3.3	87777	SINAPI	EMBOÇO OU MASSA ÚNICA EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MANUAL, APLICADA MANUALMENTE EM PANOS DE FACHADA COM PRESENÇA DE VÃOS, ESPESSURA DE 25 MM. AF_08/2022	m²	1,8	65,28	81,99	147,58	0,04 %
4.3.4	2288	ORSE	Pintura de acabamento com aplicação de 02 demãos de tinta acrílica convencional	m²	1,8	19,40	24,36	43,85	0,01 %
4.4			ESTRUTURA METÁLICA					36.043,80	10,11 %
4.4.1	PMNI02	PRÓPRIA	ESTRUTURA METÁLICA EM PERFIL "U" SIMPLES, FIXADO COM CHAPA GROSSA DE 3/8" E ANCORADOS COM CHUMBADOR "J" 19mm - 200mm E CHUMBADOR PARABOLT 3/8" PARA COBERTURA DE PALCO	UND	1	11.247,94	14.126,29	14.126,29	3,96 %

Orçamento Sintético

Item	Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Valor Unit com BDI	Total	Peso (%)
4.4.2	90284	SINAPI	GRAUTE FGK=25 MPA; TRAÇO 1:1,3:1,6:0,4 (EM MASSA SECA DE CIMENTO/ AREIA GROSSA/ BRITA 0/ ADITIVO) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L. AF_09/2021	m³	0,063	717,55	901,17	56,77	0,02 %
4.4.3	94216	SINAPI	TELHAMENTO COM TELHA METÁLICA TERMOACÚSTICA E = 30 MM, COM ATÉ 2 ÁGUAS, INCLUSO IÇAMENTO. AF_07/2019	m²	99,88	174,27	218,87	21.860,74	6,13 %
5			MONUMENTO DA BÍBLIA					46.288,89	12,99 %
5.1			BASE					26.109,06	7,33 %
5.1.1	93358	SINAPI	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA. AF_09/2024	m³	11,88	89,87	112,87	1.340,90	0,38 %
5.1.2	88	ORSE	Forma plana para fundações, em compensado resinado 12mm, 07 usos	m²	25,57	77,10	96,83	2.475,94	0,69 %
5.1.3	104916	SINAPI	ARMAÇÃO DE SAPATA ISOLADA, VIGA BALDRAME E SAPATA CORRIDA UTILIZANDO AÇO CA-60 DE 5 MM - MONTAGEM. AF_01/2024	KG	32,70	16,35	20,53	671,33	0,19 %
5.1.4	104917	SINAPI	ARMAÇÃO DE SAPATA ISOLADA, VIGA BALDRAME E SAPATA CORRIDA UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 6,3 MM - MONTAGEM. AF_01/2024	KG	19,00	14,78	18,56	352,64	0,10 %
5.1.5	104918	SINAPI	ARMAÇÃO DE SAPATA ISOLADA, VIGA BALDRAME E SAPATA CORRIDA UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 8 MM - MONTAGEM. AF_01/2024	KG	32,80	13,43	16,87	553,34	0,16 %
5.1.6	104919	SINAPI	ARMAÇÃO DE SAPATA ISOLADA, VIGA BALDRAME E SAPATA CORRIDA UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 10 MM - MONTAGEM. AF_01/2024	KG	53,40	11,84	14,87	794,06	0,22 %
5.1.9	92264	SINAPI	FABRICAÇÃO DE FÔRMA PARA PILARES E ESTRUTURAS SIMILARES, EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA PLASTIFICADA, E = 18 MM. AF_09/2020	m²	22,47	211,05	265,06	5.955,90	1,67 %
5.1.10	92759	SINAPI	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-60 DE 5,0 MM - MONTAGEM. AF_06/2022	KG	38,20	13,53	16,99	649,02	0,18 %
5.1.11	92760	SINAPI	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 6,3 MM - MONTAGEM. AF_06/2022	KG	22,50	12,38	15,55	349,88	0,10 %
5.1.13	92762	SINAPI	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 10,0 MM - MONTAGEM. AF_06/2022	KG	50,80	10,01	12,57	638,56	0,18 %
5.1.16	94966	SINAPI	CONCRETO FCK = 30MPA, TRAÇO 1:2,1:2,5 (EM MASSA SECA DE CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L. AF_05/2021	m³	3,67	602,34	756,48	2.776,28	0,78 %
5.1.17	103670	SINAPI	LANÇAMENTO COM USO DE BALDES, ADENSAMENTO E ACABAMENTO DE CONCRETO EM ESTRUTURAS. AF_02/2022	m³	3,67	320,79	402,88	1.478,57	0,41 %
5.1.18	7393	ORSE	Laje pré-fabricada treliçada para piso ou cobertura, inteiros 38cm, h=12cm, el. enchimento em EPS h=8cm, inclusive escoramento em madeira e capeamento	m²	7,02	161,73	203,12	1.425,90	0,40 %
5.1.19	89480	SINAPI	ALVENARIA DE BLOCOS DE CONCRETO ESTRUTURAL 14X19X29 CM (ESPESSURA 14 CM), FBK = 14 MPA, UTILIZANDO COLHER DE PEDREIRO. AF_10/2022	m²	21,22	146,52	184,01	3.904,69	1,10 %

Orçamento Sintético

Item	Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Valor Unit com BDI	Total	Peso (%)
5.1.20	87905	SINAPI	CHAPISCO APLICADO EM ALVENARIA (COM PRESENÇA DE VÃOS) E ESTRUTURAS DE CONCRETO DE FACHADA, COM COLHER DE PEDREIRO. ARGAMASSA TRAÇO 1:3 COM PREPARO EM BETONEIRA 400L. AF_10/2022	m²	21,22	9,06	11,38	241,48	0,07 %
5.1.21	87777	SINAPI	EMBOÇO OU MASSA ÚNICA EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MANUAL, APLICADA MANUALMENTE EM PANOS DE FACHADA COM PRESENÇA DE VÃOS, ESPESSURA DE 25 MM. AF_08/2022	m²	21,22	65,28	81,99	1.739,83	0,49 %
5.1.22	88497	SINAPI	EMASSAMENTO COM MASSA LÁTEX, APLICAÇÃO EM PAREDE, DUAS DEMÃOS, LIXAMENTO MANUAL. AF_04/2023	m²	21,22	18,41	23,12	490,61	0,14 %
5.1.23	104641	SINAPI	PINTURA LÁTEX ACRÍLICA ECONÔMICA, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDES, DUAS DEMÃOS. AF_04/2023	m²	21,22	10,14	12,73	270,13	0,08 %
5.2			BÍBLIA					20.179,83	5,66 %
5.2.1	89480	SINAPI	ALVENARIA DE BLOCOS DE CONCRETO ESTRUTURAL 14X19X29 CM (ESPESSURA 14 CM), FBK = 14 MPA, UTILIZANDO COLHER DE PEDREIRO. AF_10/2022	m²	20,8	146,52	184,01	3.827,41	1,07 %
5.2.2	87905	SINAPI	CHAPISCO APLICADO EM ALVENARIA (COM PRESENÇA DE VÃOS) E ESTRUTURAS DE CONCRETO DE FACHADA, COM COLHER DE PEDREIRO. ARGAMASSA TRAÇO 1:3 COM PREPARO EM BETONEIRA 400L. AF_10/2022	m²	20,8	9,06	11,38	236,70	0,07 %
5.2.3	87777	SINAPI	EMBOÇO OU MASSA ÚNICA EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MANUAL, APLICADA MANUALMENTE EM PANOS DE FACHADA COM PRESENÇA DE VÃOS, ESPESSURA DE 25 MM. AF_08/2022	m²	20,8	65,28	81,99	1.705,39	0,48 %
5.2.4	PMNI01	PRÓPRIA	TEXTURA EFEITO CIMENTO QUEIMADO NERO IBRATIM	m²	20,8	111,38	139,88	2.909,50	0,82 %
5.2.5	7771	ORSE	Placa em acrílico branco leitoso dupla, tipo sanduiche, com aplicação de adesivo sobreposto	m²	5,5	1.664,99	2.091,06	11.500,83	3,23 %
6			INSTALAÇÕES ELÉTRICAS DA PRAÇA					22.984,62	6,45 %
6.1	14031	ORSE	Poste decorativo com 02 pétalas, em aço galvanizado com difusor em vidro transparente temperado, ref. PT-301/2, da Aladin ou similar, com 3,00m, inclusive lâmpada de led 50w	un	7	1.036,70	1.301,99	9.113,93	2,56 %
6.2	96986	SINAPI	HASTE DE ATERRAMENTO, DIÂMETRO 3/4", COM 3 METROS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2023	UN	1	124,73	156,65	156,65	0,04 %
6.3	91924	SINAPI	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 1,5 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	388,62	3,15	3,96	1.538,94	0,43 %
6.4	91932	SINAPI	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 10 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	52,4	17,72	22,25	1.165,90	0,33 %
6.5	92990	SINAPI	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 70 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA REDE ENTERRADA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2021	M	1,7	81,56	102,43	174,13	0,05 %

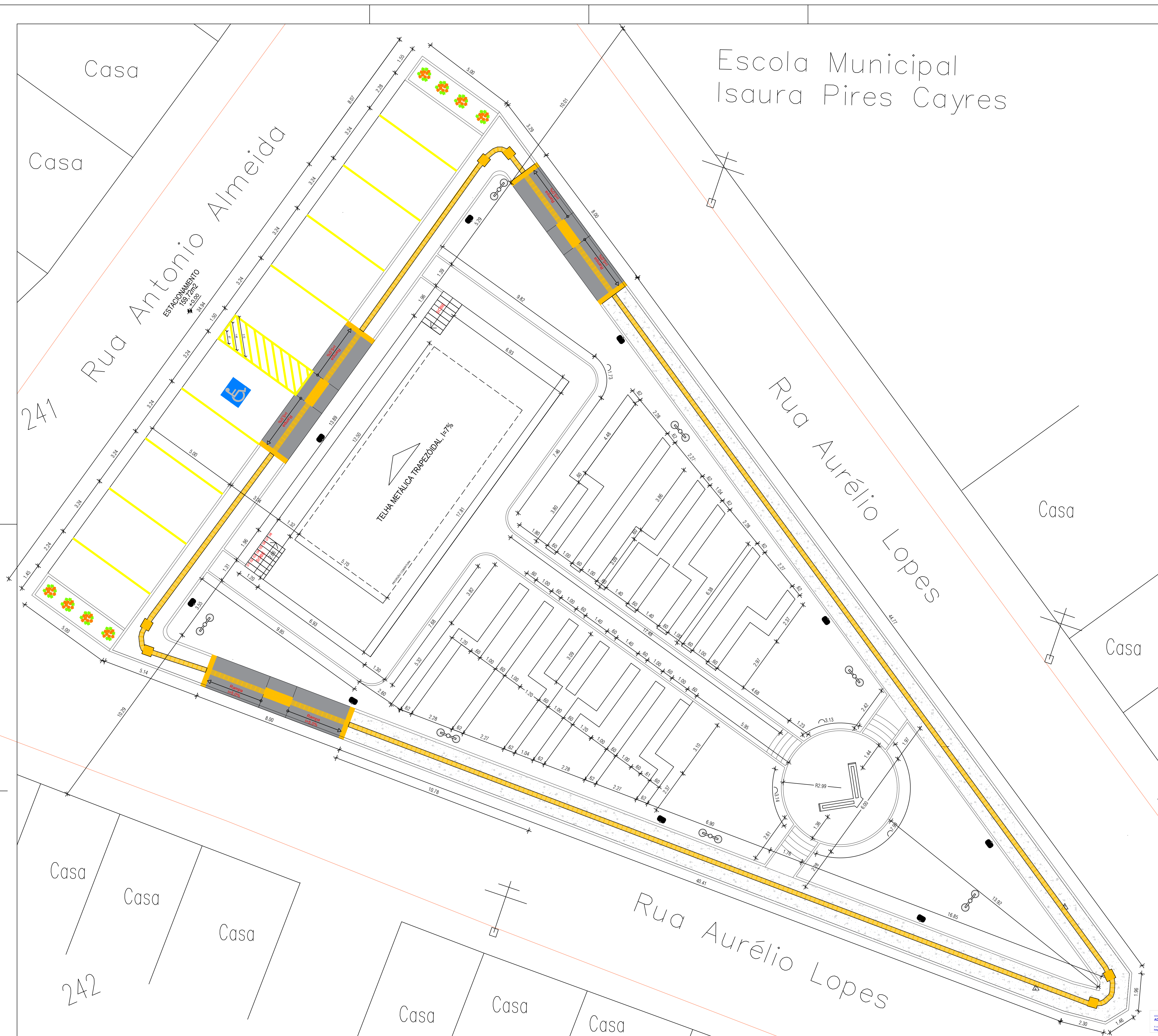
Orçamento Sintético

Item	Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Valor Unit com BDI	Total	Peso (%)
6.6	8075	ORSE	Caixa de passagem em alvenaria de tijolos maciços esp. = 0,12m, dim. int. = 0,30 x 0,30 x 0,30m	un	11	142,75	179,28	1.972,08	0,55 %
6.7	93672	SINAPI	DISJUNTOR TRIPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 40A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	UN	1	84,70	106,37	106,37	0,03 %

Orçamento Sintético

Item	Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Valor Unit com BDI	Total	Peso (%)
6.8	93654	SINAPI	DISJUNTOR MONOPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 16A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	UN	2	11,25	14,13	28,26	0,01 %
6.9	12807	ORSE	Refletor Slim LED 50W de potência, branco Frio, 6500k, Autovolt, marca G-light ou similar	un	5	50,51	63,44	317,20	0,09 %
6.10	91836	SINAPI	ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO, PVC, DN 32 MM (1"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM FORRO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	193,31	20,92	26,27	5.078,25	1,42 %
6.11	91834	SINAPI	ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO, PVC, DN 25 MM (3/4"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM FORRO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	13,1	18,36	23,06	302,09	0,08 %
6.12	93009	SINAPI	ELETRODUTO RÍGIDO ROSCÁVEL, PVC, DN 60 MM (2"), PARA REDE ENTERRADA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2021	M	0,43	24,90	31,27	13,45	0,00 %
6.13	11386	ORSE	Entrada de energia elétrica trifásica demanda entre 0 e 15,2 kw - Rev 01	un	1	1.876,57	2.356,78	2.356,78	0,66 %
6.14	101946	SINAPI	QUADRO DE MEDIÇÃO GERAL DE ENERGIA PARA 1 MEDIDOR DE SOBREPOR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	UN	1	103,38	129,83	129,83	0,04 %
6.15	101875	SINAPI	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO, DE EMBUTIR, COM BARRAMENTO TRIFÁSICO, PARA 12 DISJUNTORES DIN 100A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	UN	1	422,61	530,76	530,76	0,15 %
7			MOBILIÁRIO URBANO					28.966,64	8,13 %
7.1	10536	ORSE	Lixeira em fibra de vidro, com capacidade 50l, com suporte (poste), FIOBERGLASS, REF. CLPD1085 ou similar	un	9	339,89	426,87	3.841,83	1,08 %
7.2	3226	ORSE	Banco de concreto em alvenaria de tijolos, assento em concreto armado, sem encosto, pintado com tinta acrílica, 2 demãos	m	96,12	208,13	261,39	25.124,81	7,05 %
8			PAISAGISMO					13.829,60	3,88 %
8.1	103946	SINAPI	PLANTIO DE GRAMA ESMERALDA OU SÃO CARLOS OU CURITIBANA, EM PLACAS. AF_07/2024	m²	517,35	17,74	22,28	11.526,56	3,23 %
8.2	9869	ORSE	Planta - Ixora amarela (ixora coccinea yellow), fornecimento e plantio	un	15	25,35	31,84	477,60	0,13 %
8.3	98511	SINAPI	PLANTIO DE ÁRVORE ORNAMENTAL COM ALTURA DE MUDA MAIOR QUE 2,00 M E MENOR OU IGUAL A 4,00 M . AF_07/2024	UN	8	181,69	228,18	1.825,44	0,51 %

Total sem BDI	265.475,14
Total do BDI	90.912,56
Total Geral	356.387,70



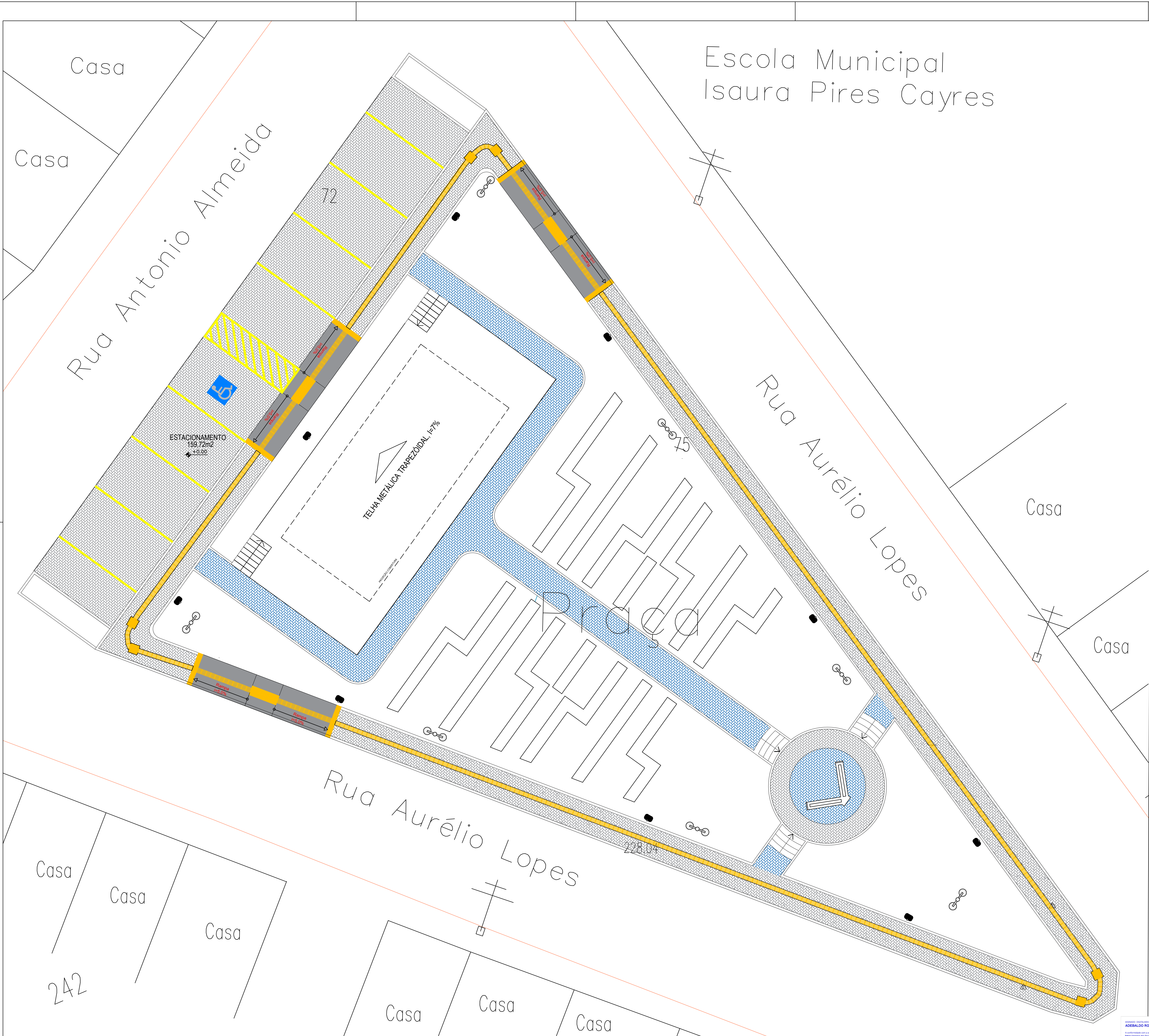
Escola Municipal
Isaura Pires Cayres

Rua Aurélio Lopes

Rua Aurélio Lopes

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA IBIÁ

PROJETO: PROJETO DA PRAÇA DO EVANGÉLICO			
LOCAL: NOVA IBIÁ / BA	OBJETO: PLANTA GEOMÉTRICA		
ENDEREÇO: ZONA URBANA	ART: 01		
RESPONSÁVEL TÉCNICO: ADEBALDO RODRIGUES DOS SANTOS ENG. CIVIL CREA 19459/D	ESCALA: 1/100	DATA: MAIO/2025	PRANCHA: 04



Escola Municipal
Isaura Pires Cayres

OBSERVAÇÕES	
DISCRIMINAÇÃO	
ÁREA DO TERRENO	
ÁREA PERMEÁVEL	
ÁREA IMPERMEÁVEL	

LEGENDA		
SIMBOLOGIA	DISCRIMINAÇÃO	QTD
	PISO EM CONCRETO (PALCO)	144,88 M2
	PISO INTERTRAVADO RETANGULAR NA COR NATURAL 20X10X8	324,71 M2
	MEIO FIO - 100X15X13X30 CM	305,49 M
	MEIO FIO - 39X6,5X6,5X19 CM	88,47 M
	PISO INTERTRAVADO RETANGULAR NA COR AZUL 20X10X8	93,06 M2
	PISO TÁTIL ALERTA EM CONCRETO Largura: 25 cm Comprimento: 25 cm Cor: Amarelo	
	PISO TÁTIL DIRECIONAL EM CONCRETO Largura: 25 cm Comprimento: 25 cm Cor: Amarelo	

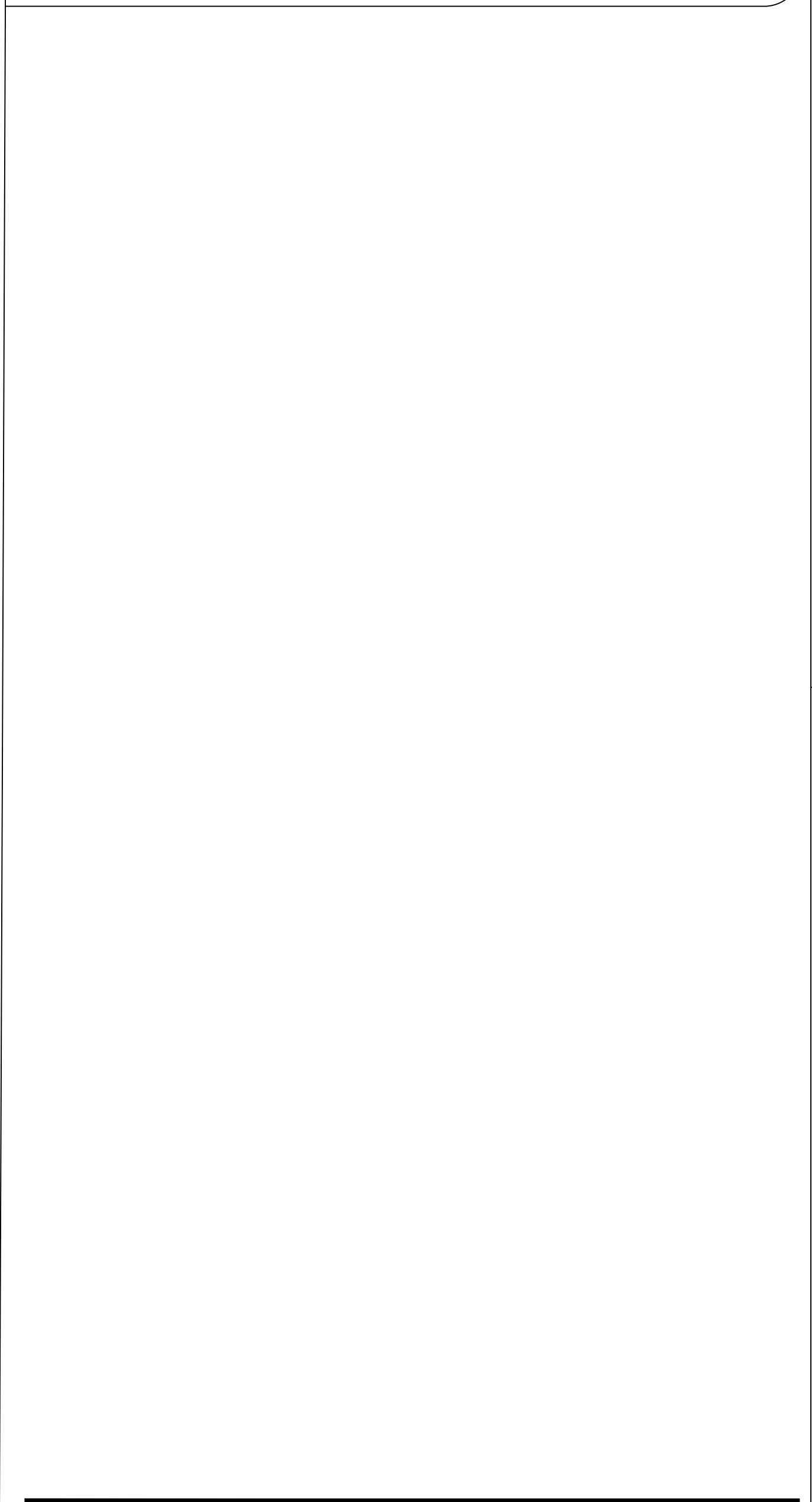
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA IBIÁ

PROJETO: PROJETO DA PRAÇA DO EVANGÉLICO	
LOCAL: NOVA IBIÁ / BA	OBJETO: PAVIMENTAÇÃO
ENDEREÇO: ZONA URBANA	
RESPONSÁVEL TÉCNICO: ADEBALDO RODRIGUES DOS SANTOS ENG. CIVIL CREA: 19459/D	ART: PRANCHA: 05
ESCALA: 1/100	DATA: MAIO/2025
VERSÃO: 01	

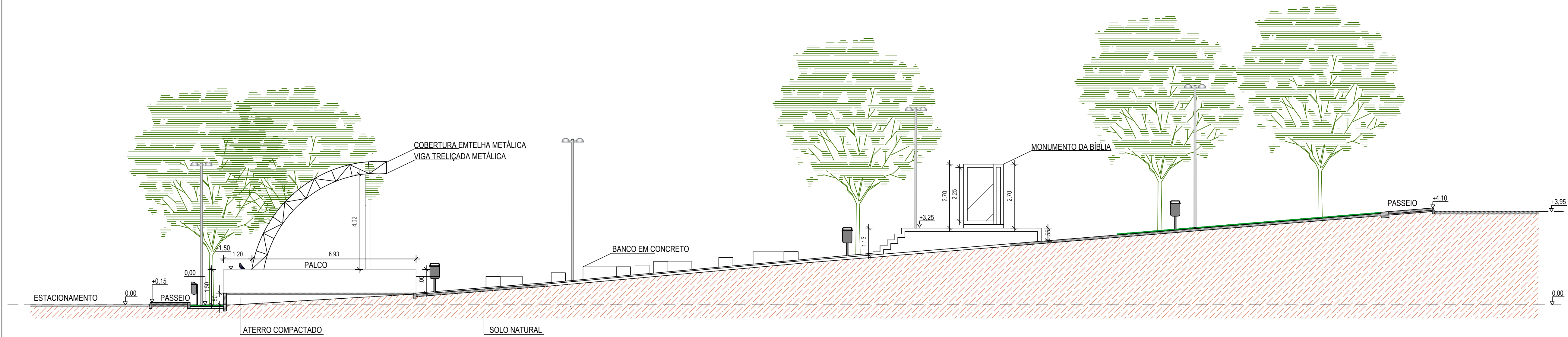


OBSERVAÇÕES	
DISCRIMINAÇÃO	
ÁREA DO TERRENO	
ÁREA PERMEÁVEL	
ÁREA IMPERMEÁVEL	

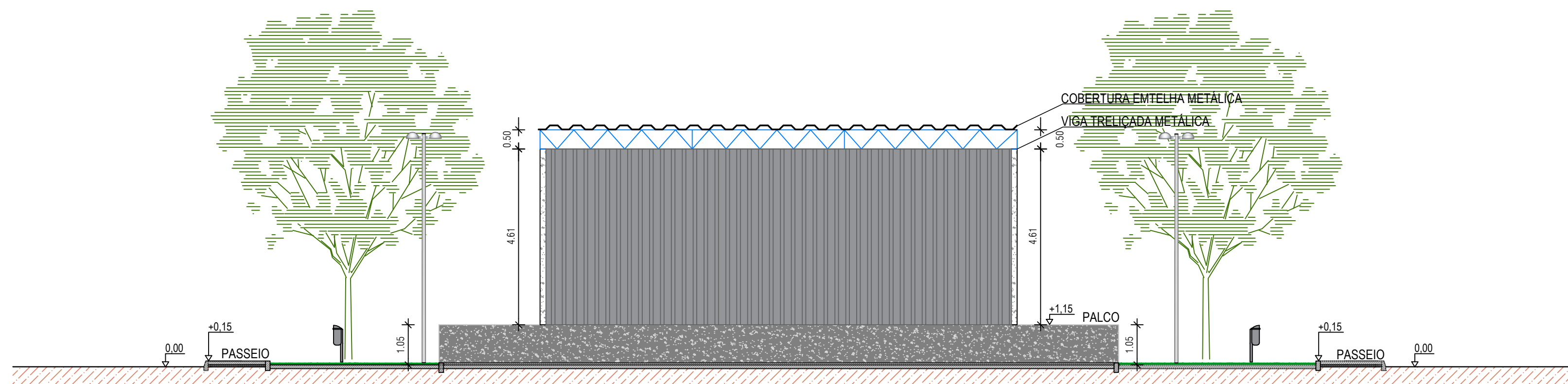
LEGENDA		
SIMBOLOGIA	DISCRIMINAÇÃO	QTD
	ÁRVORE À PLANTAR	8 UND
	MINI IXORA	15 UND
	GRAMA ESMERALDA	517,34 M2



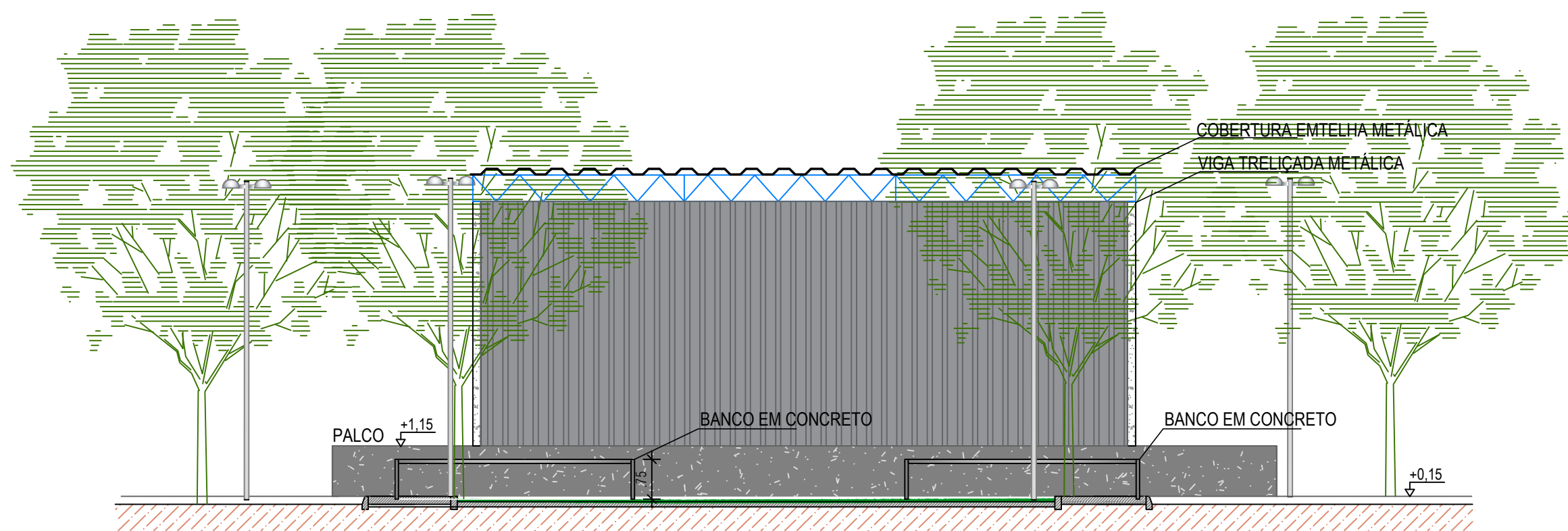
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA IBIÁ			
PROJETO: PROJETO DA PRAÇA DO EVANGÉLICO			
LOCAL: NOVA IBIÁ / BA	OBJETO: PAISAGISMO		
ENDEREÇO: ZONA URBANA			
RESPONSÁVEL TÉCNICO: ADEBALDO RODRIGUES DOS SANTOS ENG. CIVIL CREA 19459/D	ART: 01	PRANCHA: 06	VERSÃO: 01
ESCALA: 1/100	DATA: MAIO/2025		



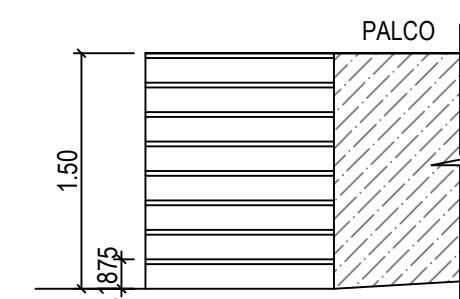
CORTE AA
ESCALA 1:100



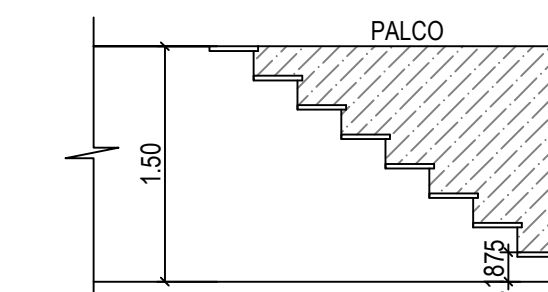
CORTE BB
ESCALA 1:100



CORTE CC
ESCALA 1:100



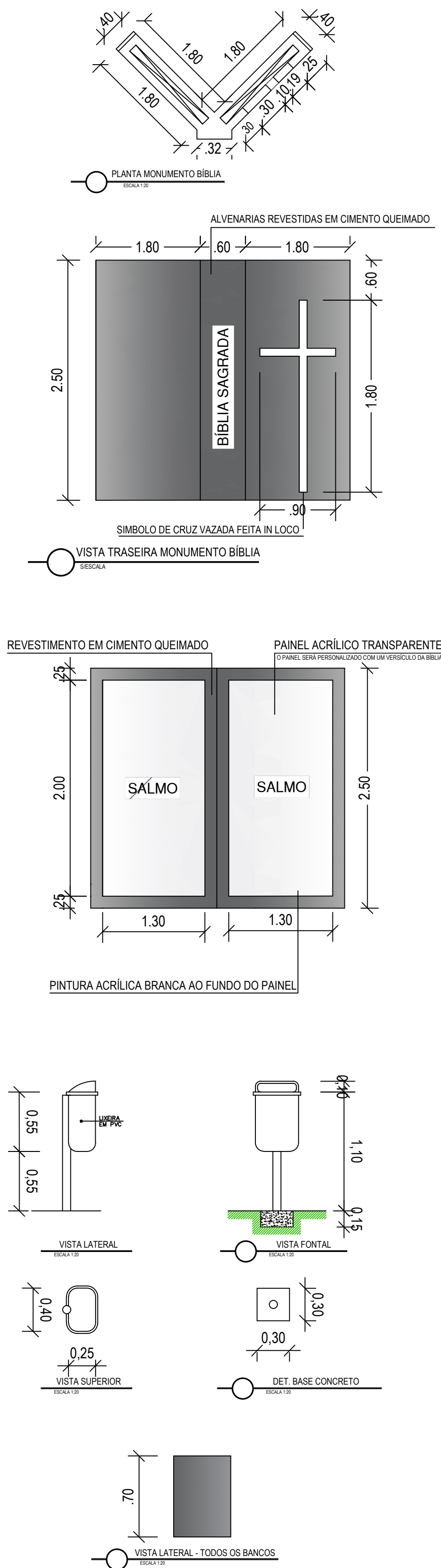
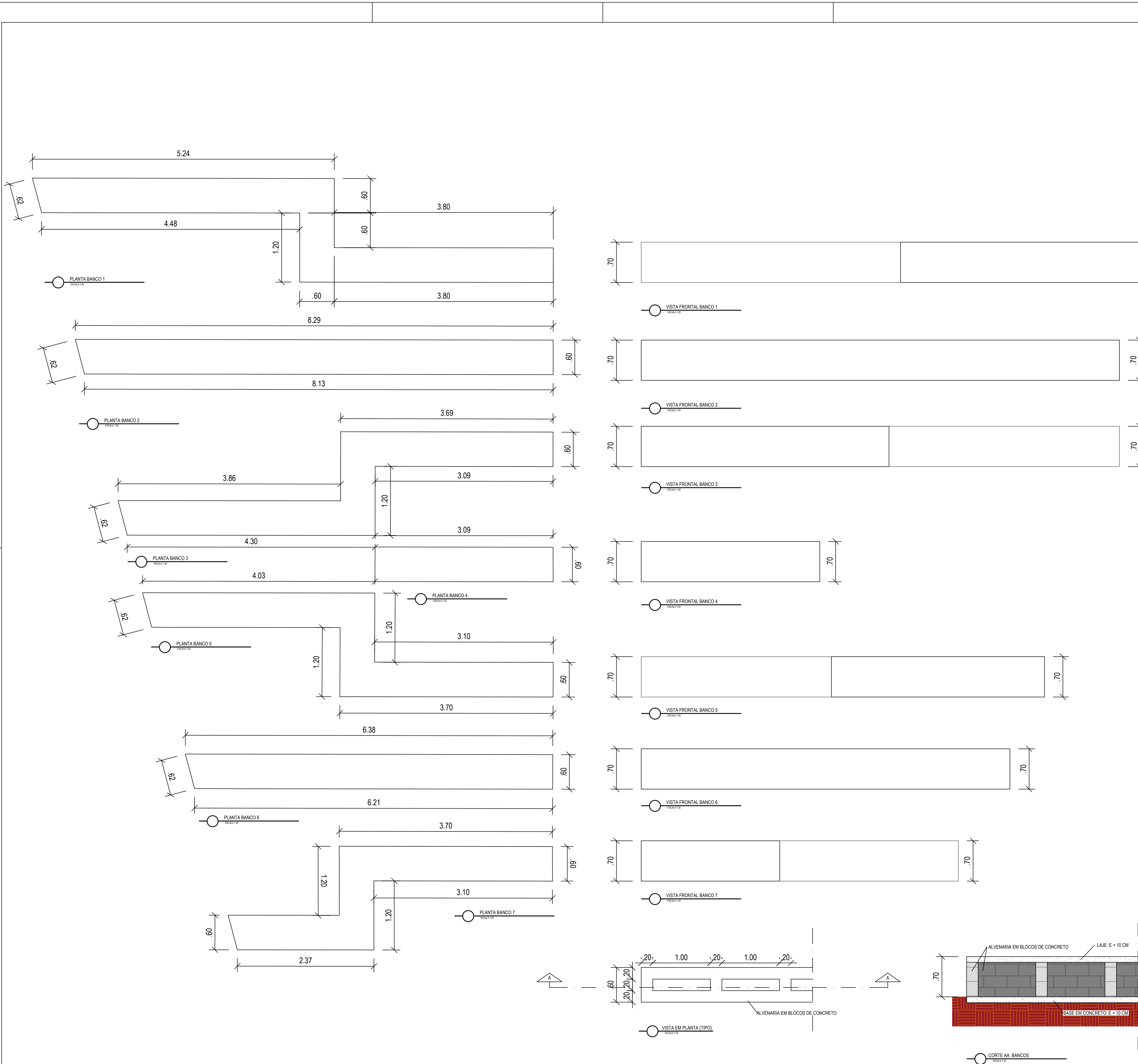
VISTA FRONTAL - ESCADA
ESCALA 1:25



VISTA LATERAL - ESCADA
ESCALA 1:25

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA IBIÁ

PROJETO DA PRAÇA DO EVANGÉLICO			
LOCAL:	NOVA IBIÁ / BA	OBJETO:	VISTAS
ENDEREÇO:	ZONA URBANA	ART:	
RESPONSÁVEL TÉCNICO:	ADEBALDO RODRIGUES DOS SANTOS ENG. CIVIL CREA 19459/D	VERSÃO:	01
ESCALA:	1/100	DATA:	MAIO/2025
PRANCHA:			08



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA IBIÁ			
PROJETO DA PRAÇA DO EVANGÉLICO			
PROJETO:			
LOCAL:	NOVA IBIÁ / BA	OBJETO:	DETALHES
ENDEREÇO:	ZONA URBANA	ART:	
RESPONSÁVEL TÉCNICO:	ADEBALDO RODRIGUES DOS SANTOS	DATA:	MAIO/2025
ESCALA:	1/20	VERSÃO:	01
PRANCHA:	09		

Assinatura e Carimbo:
ADEBALDO RODRIGUES DOS SANTOS
Aqui é onde deve ser colocado o selo do profissional.
<http://www.crea.ba.org.br/assessoria-digital>



ENG. CIVIL CREA: 18459/D

Formato A1 - Escala 1:20